



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – *CAMPUS X*  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGL)

WANDERSON BRANDÃO SOUSA

**IDENTIDADES NEGRAS FEMININAS: O PARADIGMA DA SEXUALIDADE NO  
ROMANCE *SULA*, DE TONI MORRISON**

TEIXEIRA DE FREITAS/ BA  
2025

WANDERSON BRANDÃO SOUSA

**IDENTIDADES NEGRAS FEMININAS: O PARADIGMA DA SEXUALIDADE NO  
ROMANCE *SULA*, DE TONI MORRISON**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação – *Campus X*, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Letras, na linha de pesquisa: Estudos Literários.

Orientadora: Profa. Dra. Juciene Silva de Sousa Nascimento

TEIXEIRA DE FREITAS/ BA  
2025

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
Sistema de Bibliotecas da UNEB  
Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário:  
Lucas Aguiar Bezerra CRB 5-1822

S725i Sousa, Wanderson Brandão  
Identidades negras femininas: o paradigma da sexualidade no romance Sula, de  
Toni Morrison / Wanderson Brandão Sousa. Juciene Silva de Sousa Nascimento.  
Teixeira de Freitas, 2025.  
117 p. : il.

Orientadora: Juciene Silva de Sousa Nascimento  
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Educação. Campus X. Programa de Pós Graduação em Letras –  
PPGL, 2025.

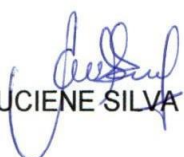
Contém referências, anexos e apêndices.  
1. Mulher negra. 2. Sula. 3. Sexualidade. 4. Identidade. 5. Toni Morrison. I.  
Nascimento, Juciene Silva de Sousa. II. Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de  
Freitas. III. Título.


CDD: 803

**“IDENTIDADES NEGRAS FEMININAS: O PARADIGMA DA SEXUALIDADE NO ROMANCE *SULA*, DE TONI MORRISON”**

**WANDERSON BRANDÃO SOUSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em LETRAS – PPGL, em 29 de abril de 2025, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Mestrado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

  
Professor(a) Dr.(a) JUCIENE SILVA DE SOUSA NASCIMENTO  
UNEB  
Doutorado em Curso de Doutorado em Educação  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
Professor(a) Dr.(a) CLEIDENI ALVES DO N. ACCO  
Doutorado em Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social  
Universidade Federal de Minas Gerais

Documento assinado digitalmente



MARIANA FERNANDES DOS SANTOS

Data: 30/04/2025 10:06:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dr.(a) MARIANA FERNANDES DOS SANTOS  
Ifba - IFBA

Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências  
Universidade Federal da Bahia

## AGRADECIMENTOS

*“Deem graças em todas as circunstâncias,  
pois esta é a vontade de Deus”*

*(I Tessalonicenses 5.18a.)*

Agradeço, primeiramente, à Trindade: a Deus, meu guia e ajudador; a Jesus, meu melhor amigo e fiel companheiro; e ao Espírito Santo, meu consolador.

À minha mãe, dona Marlene, pela força que tem me dado em cada etapa da vida – mesmo em silêncio, consegue fortalecer a pessoa que sou. Sei que minha caminhada sem ela não seria a mesma.

Às outras mulheres da minha vida – Milene, Micaelle, Ríllare, Jhúlia Ranna e Anna Clara – sendo elas irmãs e sobrinhas. E aos meus camaradas, os sobrinhos Kauê e Pyetro, que fizeram com que momentos de tanta tensão fossem, ao mesmo tempo, calmos e tempestuosos. Mesmo diante de tantas lutas, usufruí da força de um amor que não tem medidas.

À minha amiga Tamires, que sempre me incentivou a permanecer e jamais desistir, mesmo diante dos inúmeros desafios que surgiram nessa caminhada. E também ao Natan, que, junto a ela, fez com que minhas noites tão cansativas fossem mais leves. Ao João Carlos Assunção, pelas leituras e por acreditar na minha pesquisa.

À minha orientadora, professora Juciene Silva Nascimento, que demonstrou ser uma profissional de excelência, com paciência, cuidado e muita humanidade para comigo.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Letras, em especial àqueles que proporcionaram um conhecimento tão necessário à minha trajetória, possibilitando, por meio de cada aula, a absorção de valiosos ensinamentos. Sou grato a Deus pelos seres humanos que vocês são: Aline Nascimento, Valci Vieira, Karina Sales, Ivana Teixeira e Décio.

Às professoras da banca, Cleideni Nascimento e Mariana dos Santos, que contribuíram significativamente para o aprofundamento da minha pesquisa.

Aos colegas de curso – alguns mais próximos do que outros – mas unidos por um mesmo objetivo: avançar nessa nova etapa.

Ao Vagno Vales, pelo incentivo e pelas orientações tão preciosas.

Aos meus irmãos, Cristiane e Geraldo, que hoje não estão mais conosco, mas cuja torcida por mim sempre esteve presente.

Ao Anderson Júnior, meu sobrinho, que nos deixou durante essa etapa da minha vida... Não foi fácil viver esses anos pensando que você poderia estar aqui. Muito obrigado por ter existido.

*Sula é a fora da lei e a aventureira, não como alguém partindo em busca de uma fortuna, mas como uma mulher é aventureira, que tem a ver com sua imaginação.*

*(Toni Morrison)*

*Sula enfrenta todas as restrições impostas a ela, rompendo todas as barreiras. Desafiando as noções convencionais de uma sexualidade feminina passiva, ela se afirma como uma sujeita desejante.*

*(bell hooks)*

*O perigo para Sula parece ser encontrar uma forma de viver com total liberdade, sem qualquer responsabilização, sem pesos das culpas.*

*(Fernanda Bastos)*

## RESUMO

Esta dissertação realiza um estudo sobre o paradigma da identidade e da sexualidade da mulher negra, considerando aspectos de tempo e espaço sob diferentes perspectivas culturais, sociais e históricas. Buscou-se, assim, evidenciar essas categorias por meio do romance *Sula*, de Toni Morrison, autora cuja voz se destaca ao retratar personagens femininas como instrumentos de reflexão acerca da manutenção ou do rompimento dos modelos tradicionais. Além disso, procurou-se identificar as similaridades entre o tema e as personagens, a fim de compreender os parâmetros que essas mulheres seguiam em uma sociedade dominada pela supremacia branca, a qual estrutura uma cadeia de opressões na qual a mulher negra é sistematicamente subjugada. Observou-se que, por meio da literatura da autora norte-americana, é possível identificar os instrumentos que revelam as múltiplas tonalidades relacionadas às mulheres ao assumirem papéis que lhes foram historicamente impostos. O estudo investiga, portanto, personagens que rompem com essas estruturas patriarcais, assumindo lugares que outrora eram destinados apenas aos homens, desafiando a lógica do poder machista. Sula, enquanto persona literária, cede apenas aos seus próprios desejos — e não aos masculinos —, sendo compreendida como uma transgressora dos ditames sociais. Sua imagem, embora marginalizada, molda uma nova perspectiva do que é ser mulher. Diante da produção literária selecionada, o estudo fundamenta-se nas vozes de mulheres negras como Angela Davis, bell hooks, Anna Julia Cooper e Lélia Gonzalez. Além disso, autores como Stuart Hall, Homi Bhabha e W. E. B. Du Bois contribuíram para os aportes teóricos sobre identidade. Constatou-se que a personagem Sula se distancia dos moldes tradicionais da sociedade em que vive, rompendo com a imagem estereotipada da mulher negra em um contexto machista. Sua figura ressoa como símbolo de transgressão frente às normas sociais. Para as mulheres de seu meio — Nel Wright, Helene Wright, Eva Peace e Hannah Peace —, a percepção de quem Sula realmente era se apresenta de forma tanto sagaz quanto disruptiva. Assim, compreende-se que os parâmetros da identidade e da sexualidade são elementos entrelaçados na personagem, sendo indissociáveis de sua existência.

**Palavras-chave:** Mulher negra. *Sula*. Sexualidade. Identidade. Toni Morrison.

## ABSTRACT

This dissertation conducts a study on the paradigms of identity and sexuality of Black women, considering aspects of time and space through different cultural, social, and historical perspectives. The aim is to highlight these categories through the novel *Sula*, by Toni Morrison, an author whose voice stands out in portraying female characters as instruments of inquiry into the maintenance or rupture of traditional models. Furthermore, this work seeks to identify the connections between the themes and the characters in order to understand the parameters these women followed in a society dominated by white supremacy – a system that structures a chain of oppression in which Black women are systematically subordinated. Through Morrison's literature, it is possible to identify the tools that reveal the nuances associated with women as they assume roles historically imposed upon them. This study investigates Black female characters who break away from patriarchal structures, thereby occupying spaces previously reserved for men and challenging the logic of a male-dominated power system. Sula, as a literary persona, yields only to her own desires – not to those of men – and is seen as a transgressor of social norms. Her image, although perceived as rebellious, shapes a new perspective on what it means to be a woman. Based on the selected literary work, the study is grounded in the voices of Black women intellectuals such as Angela Davis, bell hooks, Anna Julia Cooper, and Lélia Gonzalez. It also incorporates the contributions of theorists who address identity construction, including Stuart Hall, Homi Bhabha, and W. E. B. Du Bois. The analysis concludes that the character Sula deviates from the traditional models of the society she inhabits, breaking with the stereotypical image of Black women in a sexist social context. Her presence echoes a stance of transgression against normative expectations. For the women around her – Nel Wright, Helene Wright, Eva Peace, and Hannah Peace – the perception of who Sula truly is becomes both piercing and disruptive. Therefore, the parameters of identity and sexuality are shown to be intertwined and inseparable from the character herself.

**Keywords:** Black woman. *Sula*. Sexuality. Identity. Toni Morrison.

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>10</b>  |
| <b>1 OS ENLACES IDENTITÁRIOS .....</b>   | <b>17</b>  |
| 1.1 Identidade e identidade negra: trânsitos entre a tradição cultural e a modernização<br>identitária da diferença .....    | 23         |
| 1.2 Mulher negra: problemáticas identitárias em torno das nuances sexuais .....  | 35         |
| <b>2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA MULHER NEGRA ESTADUNIDENSE .....</b>  | <b>51</b>  |
| 2.1 Vozes silenciadas: a jornada da mulher negra estadunidense no século XX .....  | 51         |
| 2.2 Mulheres negras: diversidade e luta no Norte e Sul dos Estados Unidos.....   | 57         |
| 2.3 Caminhos de resistência: o legado da mulher negra na luta por justiça e direitos .....                                   | 64         |
| <b>3 AS SINGULARIDADES DA LITERATURA NEGRA FEMININA E SUAS<br/>NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA.....</b>                            | <b>73</b>  |
| 3.1 A literatura: o objeto de pesquisa .....   | 73         |
| 3.2 O corpus – a obra literária sula.....  | 78         |
| <b>4 ENTRELAÇOS E LIBERDADE: A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DAS MULHERES<br/>NEGRAS EM <i>SULA</i>.....</b>                          | <b>82</b>  |
| 4.1 Nel Wright: a fidelidade aos padrões sociais e a desconstrução da identidade feminina<br>.....                           | 82         |
| 4.2 Sula Peace: uma voz voraz e ressignificada na construção da mulher negra .....   | 94         |
| 4.3 Sula Peace: a desconstrução do paradigma sexual opressor em detrimento da sexualidade<br>libertária da mulher negra..... | 96         |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>111</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>114</b> |

## INTRODUÇÃO

No contexto de uma sociedade norte-americana historicamente marcada pela segregação e marginalização, a população negra tem sido submetida a diversas formas de fragilidade social. No entanto, as mulheres negras, em particular, emergem como protagonistas de lutas contínuas pela representatividade e visibilidade de sua identidade. Suas singularidades não apenas reafirmam a diversidade de suas experiências, mas também evidenciam os desafios impostos por uma estrutura social que buscou limitar suas trajetórias. Ainda assim, essas mulheres ressignificam suas existências, traçando seus próprios caminhos e desafiando as imposições de uma sociedade que tentou definir o que deveriam ser e herdar.

A presente pesquisa desenvolve-se a partir do tema *Identidade negra feminina: o paradigma da sexualidade feminina negra no romance Sula, de Toni Morrison*. A análise é construída com base nas nuances da obra da autora, cujo o texto literário, *Sula*, apresenta abordagens profundas e singulares sobre a experiência da mulher negra. No universo narrativo de *Sula*, Toni Morrison explora a perspectiva de diversas mulheres, evidenciando suas singularidades e os múltiplos olhares que as cercam. A questão central não se resume apenas à condição de ser mulher negra, mas à maneira como essa identidade é construída dentro de um contexto social que pode influenciá-la positiva ou negativamente.

Diante disso, surge a indagação: como a mulher negra é representada no romance em questão? Ela é retratada como amiga, amante, assassina, prostituta, ambiciosa, traída, protetora, vilã ou visionária? A partir desses questionamentos, torna-se possível refletir sobre o papel das personagens Sula Peace, Hannah Peace, Eva Peace, Nel Wright, Helene Wright: elas são vítimas da sociedade ou de suas próprias escolhas?

A inferiorização imposta às mulheres negras dentro da sociedade serviu como um catalisador para que elas reivindicassem seu espaço e sua existência. Subjugadas por mulheres brancas, homens brancos e homens negros, essas experiências impulsionaram a luta pela representação de sua identidade negra, marcada pela interseccionalidade de gênero, classe e raça, constituindo a base da construção de seu ser enquanto mulher negra.

Sempre fui apaixonado por literatura, apesar de ler pouco. Sempre que me dedicava à leitura, sentia-me transportado para o universo do livro, imaginando-me no lugar dos personagens e vivenciando os acontecimentos narrados. A leitura sempre foi para mim um rio infinito de possibilidades, no qual me tornava um viajante entre as histórias. Durante minha adolescência, aprendi a me aprofundar nos textos bíblicos, mergulhando completamente para compreender sua imensidão. No Ensino Médio, tive contato com uma obra que intensificou

ainda mais minha paixão pela literatura: *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. A partir dessa leitura, minha jornada literária se expandiu com obras como *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e, com cada novo livro, fui percebendo a importância da literatura em minha vida.

Meu primeiro contato com a escrita de Toni Morrison ocorreu durante a graduação, por meio do romance *O Olho Mais Azul* (1970), cuja complexidade narrativa e temáticas envolventes despertaram meu interesse pela literatura voltada à representação das pessoas negras, especialmente das mulheres. Esse primeiro contato me levou anos depois a explorar outras obras da autora, como *Jazz* (1992), que aborda o feminicídio da mulher negra, e *Amada* (1987), cuja escrita impactante me envolveu profundamente, provocando reflexões, espanto e emoção ao retratar a dor e a resistência das personagens negras diante da escravidão. *Sula* (1973) tornou-se o objeto de análise desta pesquisa, pois permite uma investigação dos ditames da sexualidade e identidade da mulher negra, evidenciando como as vozes femininas presentes na narrativa ressoam ao longo da trama, desafiando normas sociais e reivindicando espaços de autonomia.

A protagonista Sula Peace em busca de uma ressignificação, rejeita as imposições sociais que, ao longo dos anos, determinaram como ela deveria ser, agir e viver. Ela desafia as instituições tradicionais em busca de um novo olhar sobre sua própria essência, trilhando um destino diferente das outras mulheres negras. Em face a esses desafios, sua trajetória não poderia ser deixada à mercê das forças naturais do vilarejo; era necessário reivindicar e construir a identidade da nova mulher. Os fundamentos desta pesquisa estão na centralidade da personagem Sula; no entanto, outras vozes também serão consideradas, como as de outras mulheres negras presentes na narrativa, entre elas Eva Peace, Hannah Peace, Nel Wright e Helene Wright.

A formação da identidade de Sula está ligada aos papéis fundamentais que essas mulheres desempenharam. Dessa forma, em torno de diferentes aspectos cada uma reflete a experiência feminina da mulher negra. Eva Peace, como avó, é símbolo de resistência com contraste de força e equilíbrio, mas também controle sobre Sula, enquanto Hannah Peace, sua mãe, cuja morte trágica afeta a protagonista, simboliza a harmonia da sexualidade feminina e os modelos sociais tradicionais. Nel Wright, a amiga de infância, é a representatividade da aceitação e conformidade dos padrões patriarcais, simultaneamente, Helene Wright simboliza o fortalecimento dos valores tradicionais da mulher submissa, que ofusca sua identidade ao se encaixar nos princípios masculinos, contrapondo com a imagem rebelde de Sula. É pela complexidade dessas relações, que Sula ressignifica sua visão sobre a identidade, sexualidade e subordinação social da mulher negra.

Seriam essas mulheres um modelo ideal para uma sociedade patriarcal, ou estariam elas em constante luta contra as múltiplas formas de submissão? A ancestralidade dessas diversas mulheres afro-americanas, assim como as estruturas sociais que buscavam inferiorizá-las, frequentemente limitava suas possibilidades de traçar a própria história. No entanto, no século XX, essas dinâmicas passaram por transformações, fortalecendo a luta pela liberdade e a resistência ao sistema patriarcal.

Diante de um contexto histórico em que mulheres brancas, favorecidas por sua classe social, frequentemente manifestavam sentimentos antinegros mais intensos do que os próprios homens brancos, a opressão sobre as mulheres negras se intensificava. Esse cenário levou as mulheres negras a buscarem seus direitos dentro da mesma sociedade hegemônica que as marginalizava. Dessa forma, a negritude feminina viu-se obrigada a legislar em causa própria, enfrentando e internalizando os conflitos inerentes à interseção entre classe, gênero e raça.

Toda mulher possui uma essência única, com particularidades que a diferenciam das outras, e essas construções estão permeadas pela interseccionalidade, ao considerar a mulher, a mulher negra, a mulher negra mãe, entre outros aspectos. Assim, cada uma busca construir um caminho próprio. Dentro dessa percepção, a mulher negra constrói suas peculiaridades, mas também se insere nas lutas interseccionais. As afro-americanas, em particular, compõem histórias que buscam um novo tempo, uma maior visibilidade na sociedade e o reconhecimento de sua identidade enquanto mulheres negras.

A representatividade da mulher negra, para os homens, era muitas vezes, reduzida a um objeto sexual, estereotipada por sua sexualidade, o que distorcia completamente a visão da mulher negra. No entanto, o romance de Toni Morrison explora as ideias de liberdade sexual buscadas pela mulher negra, aquela que quebra os paradigmas impostos por uma sociedade patriarcal. As relações entre as personagens revelam, com sensibilidade, um olhar atento para a sexualidade negra e as identidades que foram perdidas, outras construídas, desconstruídas, e muitas das quais sequer sabem qual é a sua verdadeira essência.

No que tange à representatividade da mulher negra, é fundamental compreender a história de uma mulher afrodescendente estadunidense, autora do romance *Sula*, que apresenta personagens ficcionais com histórias de vida complexas, mas que remetem à essência de ser mulher e negra. Mulheres que ocupam espaços que, muitas vezes, não foram conquistados, mas herdados; enquanto outras podem conquistar mais do que aquilo que está à sua frente.

A jornada da mulher negra nos Estados Unidos passa por uma visão culturalmente estabelecida, na qual as mulheres são vistas como passivas diante das diversas nuances da sociedade, onde sua presença é desvalorizada e suas funções sempre ligadas aos lugares

subalternos, silenciando, assim, suas vozes. De que forma a mulher afro-americana do século XX rompe com a imagem imposta por uma estrutura sociocultural e patriarcal, sexista, e classista, que determina padrões, para alcançar a ressignificação de sua identidade como mulher negra?

Sendo assim, o estudo investiga a representatividade da mulher afro-americana inserida em uma sociedade hegemônica, caracterizada pela imposição de padrões culturais e pela estrutura patriarcal vigente no século XX, de classe, raça e gênero. Por meio da análise das vozes femininas presentes no romance *Sula*, busca-se compreender como as personagens femininas, especialmente as mulheres negras, são construídas na narrativa e de que forma suas experiências e lutas refletem as dinâmicas de gênero, raça e poder presentes na sociedade da época.

Na busca de responder os questionamentos propostos da pesquisa, procurou-se delinear aspectos históricos que descrevam a afirmação e representatividade feminina negra estadunidense no curso do tempo e do espaço do século XX. Além disso, discutiu-se os principais desafios nos quais as mulheres negras tiveram que lutar por direitos iguais, em uma sociedade segregada, racista, sexista na busca por valorização por meio de nuances dos movimentos das mulheres negras norte-americanas.

Por meio desse contexto histórico, o estudo presente analisa os conceitos fundamentais propostos da identidade e sexualidade da mulher negra, explorando assim como essas categorias são demarcadas e compreendidas dentro das estruturas sociais, culturais e históricas que moldam a vivência e a representação das mulheres negras. A pesquisa explora os aspectos das personagens Morrisoniana do romance *Sula*, refletindo sobre as diversas mulheres negras em busca de uma nova representatividade, levando em consideração suas identidades e sexualidades e o contexto social no qual estão inseridas.

Com base no *corpus* da pesquisa, a obra *Sula*, este estudo adota uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, fundamentada em uma revisão de literatura. A pesquisa explora as conexões históricas para analisar as categorias que permeiam a representatividade da mulher negra norte-americana, considerando os conceitos de identidade, sexualidade e os ditames sociais que a envolvem. Além disso, investiga a representação dessas categorias a partir das perspectivas pós-coloniais e decoloniais, buscando compreender como essas abordagens contribuem para a construção e ressignificação da experiência da mulher afrodescendente. Dessa forma, a análise recorre à materialidade da obra literária, cuja intencionalidade é fornecer elementos de conexão com a realidade.

Diante das categorias que evidenciam problemáticas essenciais neste trabalho, o estudo se fundamenta em teóricos relevantes para as temáticas abordadas, como Angela Davis, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Sueli Carneiro, Paula Giddings, Lélia Gonzalez, Stuart Hall, Homi Bhabha e Frantz Fanon. Além disso, a pesquisa se expande por meio de novas leituras e perspectivas de outros estudiosos, Gerda Lerner, Rosalyn Terborg-Penn, Abdias Nascimento, Ana Julia Copper e W.E.B Dubois, que discutem conceitos similares ou perspectivas com outros olhares, considerando as particularidades que emergem dessas categorias. A cada livro, capítulo, artigo, dissertação e tese analisados, torna-se possível compreender a importância deste estudo e como as discussões existentes contribuem para o seu enriquecimento.

O primeiro capítulo é construído a partir dos olhares que revelam as diversas representações envolvendo os aspectos identitários. Dessa forma, o estudo busca explorar como essas identidades são construídas, desconstruídas ou ressignificadas, com o objetivo de delinear momentos de afirmação para a discussão. Os estudos aqui serão abordados em três momentos. Primeiramente, o tópico *Os enlaces identitários* discute a construção dessas identidades, baseando-se nas discussões sobre a pós-colonialidade e as narrativas da modernidade. Em seguida, o tópico *Identidade e Identidade Negra* explora as perspectivas de uma identidade em constante transformação, que se constrói a partir de suas conexões com o outro. Por fim, a discussão sobre *A Sexualidade da Mulher Negra* aborda as diversas características pelas quais a identidade das mulheres negras foi moldada em uma sociedade machista.

Sendo assim, o segundo capítulo discorre sobre a *Trajetória histórica da mulher negra estadunidense*, em contraste com a personagem Sula, evidenciando a complexidade da identidade feminina negra em relação à sexualidade, diante de uma representação de resistência e desafiando as normas e estereótipos imposto pela sociedade supremacista branca e patriarcal. Dessa maneira, estruturando-se em três momentos; *Vozes silenciadas: a jornada da mulher negra norte-americana no século XX*, no qual se discute a problemática de como as mulheres negras eram vistas dentro dessa sociedade, explorando os paradigmas construídos em torno de seus corpos e os estereótipos reforçados por meio da opressão. O segundo momento deste, *Mulheres negras: diversidade e luta no Norte e Sul dos Estados Unidos*, destaca a maneira como o racismo e o sexismo moldaram a realidade dessas mulheres, enfatizando as distinções enfrentadas nos contextos do Norte e do Sul do país. Por fim, *Caminhos de resistência: o legado da mulher negra na luta por justiça e direitos*, busca reconhecer e afirmar o legado das mulheres negras na conquista de direitos e na luta travada por justiça, evidenciando como, apesar dos direitos básicos que lhes foram negados, elas lideraram movimentos que romperam barreiras e enfrentaram os preconceitos estruturais de sua época.

O penúltimo capítulo propõe um diálogo sobre a importância da literatura e como ela reverbera na realidade, especialmente por meio de categorias que envolvem as especificidades da mulher negra. Nesse sentido, discutem-se os tópicos *A literatura como objeto de pesquisa e O corpus – a obra literária Sula*, compreendendo-a como instrumento de fortalecimento identitário e de reflexão crítica no processo de análise.

Por fim, o quarto e último capítulo, intitulado *Entrelaços e liberdade: a construção narrativa das mulheres negras em Sula*, busca evidenciar as relações entre as categorias de análise que perpassam pela sexualidade e identidade, por meio das personagens da obra *Sula*, figuras femininas que representam tanto o fortalecimento quanto o rompimento com os padrões sociais opressores. Nesse sentido, o item *Nel Wright: a fidelidade aos padrões sociais e a desconstrução da identidade feminina* discorre sobre a trajetória da personagem em relação a um sistema que dita parâmetros rígidos a serem seguidos, demonstrando como a estrutura familiar também atua na imposição desses modelos, levando-a à conformidade. Já os itens *Sula Peace: uma voz voraz e resignificada na construção da mulher negra* e *Sula Peace: a desconstrução do paradigma sexual opressor em detrimento da sexualidade libertária da mulher negra* evidenciam a personagem Sula como transgressora do sistema moralista. Sua imagem promove o rompimento com uma sociedade que, em suas diversas formas, busca marginalizar a mulher negra, associando-a a um objeto de uso e subjugação.

Este estudo busca contribuir de forma significativa para as temáticas discutidas ao longo dos capítulos iniciais. Almeja-se, por meio dessas reflexões, alcançar o objetivo central da pesquisa: compreender as histórias, experiências, vivências, conflitos e lutas das mulheres afrodescendentes norte-americanas diante da supremacia branca racista e classista, bem como das opressões de gênero. A partir da obra literária *Sula*, de Toni Morrison, propõe-se uma análise aprofundada das categorias centrais deste estudo. A partir da materialidade do texto literário, *Sula*, busca-se enriquecer a investigação, uma vez que o texto de Morrison se destaca por sua intensidade, capacidade de confronto e riqueza, que dialogam com a realidade social e histórica das mulheres negras.

O anseio deste estudo é compreender a trajetória intensa das mulheres negras, um percurso marcado pelo rompimento das imposições seculares sobre seus corpos. Durante meu período de cumprimento de créditos, deparei-me com uma situação até então inédita para mim, a impressão de que o texto literário parecia destinado a ser analisado apenas por determinadas pessoas. O conceito de *Lugar de fala*, de Djamilia Ribeiro, gerou em mim um paradoxo: questionar se deveria ou não continuar a pesquisa, considerando que sou homem pardo, o que significa que jamais poderia sentir, na pele, a dor vivenciada pelas mulheres negras.

Com base nisso, reconheci e concordei que este não é, e nunca será, meu lugar de fala. Não posso experienciar uma vivência que não me pertence, assim como, jamais vou conseguir analisar a totalidade da obra de Toni Morrison, pois não sou mulher, muito menos uma mulher negra. Dessa forma, este estudo se torna ao mesmo tempo desafiador e desconfortável, mas também instigante. A cada leitura, ao mergulhar no contexto histórico que se estende do final do século XIX ao início do século XX, busquei compreender essas trajetórias marcadas por lutas e resistência. Houve momentos de choque e muitos desafios, mas senti-me honrado por adentrar e tentar vislumbrar uma história que não é minha. Não pude sentir as dores como uma mulher negra sentiria, mas, como homem, passei a conhecer e reconhecer essas narrativas, valorizando o estudo de uma trajetória repleta de sofrimento, mas também de conquistas para as mulheres negras.

## 1 OS ENLACES IDENTITÁRIOS

A princípio, as assertivas que evidenciam as identidades revelam uma dinâmica complexa, marcada por uma multiplicidade de questionamentos. No caso, questões que incluem a interseção entre raça e gênero, as condições sociais e econômicas, o impacto da escravização, além da pluralidade de experiências vividas por homens brancos, homens negros, mulheres brancas, mulheres negras. Assim, os estudos sobre identidade reconhecem tanto a singularidade de cada trajetória quanto a diversidade que emerge das múltiplas dimensões e tensões que compõem essas identidades.

Essas sutilezas identitárias são abordadas por Stuart Hall na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, em que são colocadas em pauta as identidades modernas e sua descentralização, ou seja, fragmentadas e deslocadas (Hall, 2022, p.9). Com isso, a modernidade possibilita uma complexidade do seu sujeito, já que, a identidade está envolta em demandas culturais, raciais, linguísticas, históricas, étnicas, políticas e religiosas, e que são constantemente moldadas por seus contextos sociais.

Dessa forma, existe uma fragilidade do desenvolvimento social, em que grupos são historicamente marginalizados, como minorias étnicas, do mesmo modo, comunidades indígenas e populações de baixa renda enfrentam maiores dificuldades em acessar recursos para o desenvolvimento social e cultural, o que enfraquece a coesão social. Assim, é possível observar características relativamente frágeis de desigualdade inseridas dentro do tecido social. Portanto, particularidades da era colonial, tais como, “problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização”, ainda persistem no pós-colonial (Hall, 2003, p.56).

Embora o fim do colonialismo seja vislumbrado pela sociedade contemporânea, é possível enxergar como as estruturas de poder e hierarquias sociais deixadas pelo por esse projeto de poder ainda estão profundamente enraizadas no seio social. A discriminação e exclusão de minorias étnicas continuam sendo marginalizados política, econômica e socialmente. Dessa maneira, as populações descendentes de povos colonizados estão em constante movimento na sociedade pós-colonial. Esse movimento pode se referir aos diferentes tipos de ações sociais, políticas e culturais que buscam desafiar as estruturas de poder e desigualdade herdadas do período colonial evidenciando os resquícios da era colonial ainda presentes na atualidade.

Além disso, há uma persistência dos estereótipos coloniais, como a valorização exagerada das culturas ocidentais em detrimento das línguas, religiões e culturas dos grupos étnicos colonizados, que são frequentemente retratados em espaços de marginalização e

inferiorização. Isso contribui para a desumanização dessas comunidades colonizadas, uma vez que a imagem imposta pelo pensamento colonial é a de uma população primitiva, reforçando atitudes racistas contemporâneas.

As heranças coloniais, portanto, potencializam as posições de subordinação das populações colonizadas. As hierarquias raciais estabelecidas durante o colonialismo ainda mantêm a elite branca ou seus descendentes em posições de prestígio e poder. Como consequência, perpetua-se uma desigualdade socioeconômica na qual povos negros, indígenas e outras minorias continuam em situação de extrema pobreza, com acesso desigual à qualidade de vida, educação e saúde. As consequências do colonialismo são destrutivas e persistem nas sociedades contemporâneas, permitindo a continuidade da discriminação racial, da desigualdade, da segregação, da violência e do preconceito.

Nesse contexto, os desdobramentos dos fluxos contínuos, acarretados por copiosas causas de diásporas, ajudam a conceituar um povo com inúmeras identidades. Essas construções identitárias ocorrem através do deslocamento e se estabelecem em múltiplas localidades. Segundo Hall (2022), é possível pensar, a partir disso, em identidades nacionais.

No entanto, Woodward (2014, p. 22) discute como os movimentos migratórios e diaspóricos ao redor do mundo têm produzido identidades moldadas que provocam “identidades desestabilizadas e desestabilizadoras”. Ou seja, identidades que não são fixas ou estáveis, justamente devido às dificuldades em se identificar com uma única cultura, pertencendo, assim, a múltiplos contextos.

Dessa maneira, a autora salienta a noção de diáspora como identidades múltiplas, sem pátria, uma vez que a ideia de ‘sem pátria’ remete à sensação de não pertencimento a um lugar sólido e específico. A pátria é desafiada justamente por esses deslocamentos, fazendo com que esses indivíduos possam se sentir conectados a múltiplos lugares e culturas, criando uma identidade fluida e complexa.

Por meio dessa perspectiva diaspórica, evidenciada mais pela subjetividade do que pelo local em si, os fluxos culturais se espalharam para diversas localidades. Com isso, novas identidades surgiram, enquanto outras foram fragmentadas ou perdidas. A partir da ideia de pertencimento, não mais vinculada ao lugar de origem, mas ao local da atualidade, a ideia de identidades nacionais é colocada em discussão.

Em virtude disso, Hall (2022, p. 44) assegura que as identidades nacionais são representadas pelas conexões “a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares”, e que estão relacionadas aos desdobramentos do pertencimento. Contudo, os caminhos do pós-moderno

global colocam em xeque essas concepções, uma vez que há um fortalecimento das identidades locais, regionais e comunitárias.

O autor ainda salienta que a valorização dessas identidades locais ocorre pelas influências externas no berço cultural da nação. Essas fortes ações ocasionam um enfraquecimento das identidades culturais de um povo. Sendo assim, mantê-la intacta torna-se uma tarefa impossível.

Na medida que a vida social é modificada pelo consumo do mercado global, seja “estilos, lugares, e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalizado interligados, mais *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos” (Hall, 2022, p.43). Assim como, para Woodward (2014, p. 22) as identidades plurais são produzidas pela migração, do mesmo modo, as identidades contestadas, assim, tornando-se os contornos da migração, que refletem as desigualdades nos âmbitos do desenvolvimento social.

A escritora, Toni Morrison, ao criar a personagem Sula, consegue ilustrar de maneira profunda como ela, diante dos movimentos socioculturais e da absorção de fragmentos culturais diversos, assim, experimente transformação contínua da identidade. A autora retrata esse processo de metamorfose, destacando a capacidade da personagem de se reconfigurar à medida que interage com diferentes influências e realidades sociais e culturais.

Os traços das identidades culturais modernas são distintos. Como afirma Nascimento (2019), nos países onde houve a escravização, conseqüentemente, aconteceu uma fusão biológica e cultural entre os povos, ao mesmo tempo que essas raízes culturais tradicionais foram evidenciadas. Hall (2003) considera o berço africano como sendo um produtor de recursos de sobrevivência, formas e padrões culturais modernos e diversos. Em virtude disso, o teórico ainda afirma que o processo de “tornar-se”, é fundamento de formação cultural, uma vez que a cultura não está restrita ao prisma da ontologia, dos estudos voltados ao autoconhecimento.

Portanto, é evidente que os indivíduos são configurados por sua herança cultural, e é intrínseco que, a partir da interação com novas experiências, ideias e influências, esses indivíduos agreguem em si a habilidade de redefinir suas identidades. Dessa forma, enquanto as identidades culturais são individuais, elas também são coletivas. O processo de tornar-se está profundamente entrelaçado com a formação cultural, o que implica, nesse contexto, a influência da cultura ao seu redor, permitindo ao sujeito estar em constante processo de construção, reconstrução e desconstrução.

Diante disso, Nascimento (2019) assegura que as influências coloniais e as histórias são marcadas pelos legados do colonialismo, caracterizados pela mistura de culturas, formando, assim, identidades híbridas, nas quais se entrelaçam as culturas do colonizado e do colonizador. Contudo, mesmo diante de narrativas que questionam a identidade colonizadora e reafirmam as identidades subalternizadas, Nascimento (2019, p.41) aponta como o colonizador continua sendo sagaz no processo de apagamento da identidade cultural da população subalternizada:

Nós, os negros, temos sido forçados a esquecer a nossa história e nossa condição por um tempo demasiadamente longo. Por que ficamos quietos, silenciosos e perdoarmos ou esquecermos o holocausto de milhões sem conta – cem, duzentos, trezentos milhões? – de africanos (homens, mulheres e crianças) friamente assassinados, torturados, estuprados e raptados por criminosos europeus durante a escravidão e depois dela? [...].

Os povos africanos, diante do contexto histórico e social em que estão inseridos, enfrentam um processo de genocídio de sua população, exacerbado pelos acontecimentos históricos. Nesse cenário, o apagamento cultural e identitário torna-se evidente, como resultado da intensa imposição do colonizador, que submete essas populações a um processo contínuo de marginalização e negação de suas culturas originais. A escravidão evidenciou os golpes mais cruéis do império europeu contra a população negra, que era tratada como objeto, mercadoria a ser comprada, fazendo com que a identidade do negro se deteriorasse nessa jornada de sofrimento e abuso psicológico. Portanto, a cor da pele torna-se um instrumento de inferiorização diante da supremacia branca, o que resulta em humilhação, miséria, marginalização e opressão desse povo.

As estruturas da escravidão negra atravessam memórias de lutas e sofrimentos. Assim, para Nascimento (2019, p. 114), o significado da escravidão vai além das conotações abstratas e estáticas nas páginas da História da humanidade, “antes, é uma palavra que nos envolve, parte viva e dinâmica de nossa própria carne e espírito: os nossos antepassados”. Os anseios outrora vividos pela população preta e seus descendentes estão fincados no peito da sociedade moderna preta. Suas lutas são tentativas de preservar na memória as feridas na pele, e as cicatrizes na alma ecoam como vozes de resistência a toda e qualquer classe dominante (Nascimento, 2019, p. 114-115).

Segundo Maldonado-Torres (2020), o processo de colonização do povo afro é assimilado como uma chave de civilização, em que a escravidão é representada como um mecanismo de cooperação para disciplinar os povos subalternos. No entanto, o autor reitera que os colonizadores “esperam que o colonizado ou ex-colonizado seja dócil e grato”, e que questões relacionadas à escravidão ou aos atos de colonização e descolonização sejam tratadas

apenas como curiosidade histórica (Maldonado-Torres, 2020, p. 33). As evidências de exploração dos “sub-humanos” desencadeiam o reconhecimento de identidades formadas através do sofrimento. Por isso, para as nações pretas, que nasceram desse movimento migratório forçado, a escravidão é uma marca que não pode ser apagada de suas raízes. Esse desconforto inserido nos seios da humanidade moderna faz do colonizado um “questionador e potencial agente” (Maldonado-Torres, 2020, p. 33).

Partindo da perspectiva colonial, o pós-colonial surge com o intuito de amenizar os discursos ideológicos hegemônicos, a fim de enfrentar as forças predominantes de desigualdades e irregularidades na representação cultural das minorias. Sua busca tenta quebrar os discursos já estabelecidos na modernidade, discursos esses que “tentam dar ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos” (Bhabha, 2013, p. 275). A marca do projeto pós-colonial na contemporaneidade formula a reconstrução do discurso da diferença cultural. Sob essa perspectiva, Hall (2003) afirma que o preconceito, a injustiça, a discriminação e a violência contra o “outro” nasceram com base nesta “diferença cultural” disfarçada.

A vertente pós-colonialista, dentro de um contexto histórico, econômico e social, traz a ideia de um direcionamento para “aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento” (Bhabha, 2013, p. 276), assim como uma explicação social no que tange à identificação das fronteiras culturais que não neguem sua alteridade, constituindo-se em “reinterpretação e reescrita” de um espírito colonial (Bhabha, 2013, p. 279).

Ao pensar na perspectiva pós-colonial, o indo-britânico Homi K. Bhabha (Bhabha, 2013, p. 281) discorre sobre sua visão sobre o processo de reconstrução, ressignificação, sobrevivência dessa corrente,

Ela insiste que a identidade cultural e a identidade política são construídas através de um processo de alteridade. Questões de raça e diferença cultural sobrepõem-se às problemáticas da sexualidade e do gênero e sobre determinam as alianças sociais de classe e de socialismo democrático. [...] A própria linguagem da comunidade cultural precisa ser repensada de uma perspectiva pós-colonial [...].

Ao precisar de uma outra abordagem significativa, a decolonialidade permeia os campos do tempo e espaço, subjetividade e sociabilidade humana. Sua perspectiva permite identificar “os modos pelos quais os sujeitos colonizadores experimentam a colonização e, ao mesmo tempo, fornece ferramentas conceituais para avançar na descolonialização” (Maldonado-Torres, 2020, p. 29). Já a decolonialidade exige um compromisso com a atitude do sujeito, de

impor e tomar o lugar correto em oposição aos métodos colonialistas e seus impactos “materiais, epistêmicos e simbólicos”. Dessa maneira, repensar as atitudes decoloniais é crucial para examinar criticamente a colonialidade do “poder, saber e ser”, fomentando, assim, a decolonialidade como um projeto. Portanto, mutuamente, as atitudes decoloniais são importantes para os projetos decoloniais.

Dentro da perspectiva da decolonialidade, é possível notar que ela transcende a modernidade, não se limitando apenas em explorar as diferenças que estão imersas nesse contexto. Nesse sentido, o autor Maldonado-Torres (2020) discorre sobre as narrativas da modernidade criadas, que partiam de uma concepção de espacialidade e atemporalidade, mas esses espaços eram destinados aos privilegiados da civilização em detrimento a outros espaços. Sendo assim, a decolonialidade perpassa esses lugares de privilégios, onde todos possam existir. Como define o autor, o ato de múltiplas concepções de conhecimento, subjetividade, sociabilidade, tempo e espaço precisam “coexistir” e “relacionar produtivamente” (Maldonado-Torres, (2020, p. 36).

Por fim, Maldonado-Torres (2020, p.50) exemplifica os aspectos da decolonialidade,

A decolonialidade, entretanto, não é um projeto de salvação individual e sim um projeto que aspira “construir o mundo do Ti”. O pensamento, a criatividade e a ação são todos realizados não quando se busca reconhecimento dos mestres, mas quando estendemos as mãos aos outros condenados. São condenados e os outros, que também renunciam à modernidade/colonialidade, que pensam, criam e agem em várias formas de comunidade que podem perturbar e desestabilizar a colonialidade do saber, poder e ser, e assim mudar o mundo. A decolonialidade é, portanto, não um evento do passado, mas um projeto a ser feito.

Além de ser uma corrente que tem em suas raízes a ruptura com o discurso da colonização, a decolonialidade é um instrumento de resistência. Seus estudos desencadeiam novos horizontes por meio das múltiplas facetas do pensar, criar e agir. Sua força reside em causar ruídos perturbadores, desestabilizadores, que estremecem as estruturas colonialistas já enraizadas nas cadeias sociais por séculos. Com isso, sua ênfase está em transformar e mudar o mundo. Maldonado-Torres (2020) enfatiza que os estudos da decolonialidade estão intrinsecamente ligados aos condenados, aos colonizados, às populações negras e aos povos ameríndios. Assim, a partir das classes subalternas, é que a visão de mundo precisa mudar, e não da perspectiva da população branca.

As populações africanas, que foram condenadas a uma dominação e opressão branca, sujeitos escravizados, foram forçadas a desenhar, em suas histórias, linhas de indiferenças, preconceitos, apagamentos culturais e religiosos, nuances inconsistentes com seu verdadeiro

ser. Suas raízes simbólicas foram esquecidas em detrimento da colonização. Contudo, o povo colonizado não se vê mais como súdito, membro inserido dentro de uma sociedade civil. No processo de decolonialidade, eles criam territórios culturais diversos, materiais, espirituais, internos e externos (Bhabha, 2013, p. 363).

Em face aos princípios da pós-colonialidade e da decolonialidade, embora ambos discutam as consequências do colonialismo e as formas de resistência a ele, apresentam enfoques distintos e servirão como categorias de análise para esta pesquisa. Esses conceitos são fundamentais para compreender como as personagens, especialmente na obra de Toni Morrison, são influenciadas em sua vida social, cultural, política e econômica pelas estruturas mentais herdadas da era colonial, ainda presentes nas sociedades pós-coloniais. A decolonialidade, por sua vez, refere-se ao processo de descolonização do pensamento, das estruturas de poder e das práticas culturais enraizadas na sociedade. Nesse contexto, o rompimento com as perspectivas dominantes do Ocidente permite compreender a construção da personagem Sula, que transcende os parâmetros sociais impostos pela colonialidade.

### 1.1 Identidade e identidade negra: trânsitos entre a tradição cultural e a modernização identitária da diferença

A pós-modernidade constitui-se de diferentes sujeitos sociais, cujas identidades afirmam esse processo de descentralização dos indivíduos em sua posição no universo social e cultural. Além disso, o corpo social moderno apresenta sinais de “mudança constante, rápida e permanente” (Hall, 2022, p. 12), características eminentes no processo de diferenciação entre as sociedades modernas e tradicionais.

Em virtude dessa diferenciação, Anthony Giddens (1991, p. 37-39), em sua obra *As consequências da modernidade*, salienta que a cultura moderna é reflexiva, sendo o agora evidenciado por meio do abandono do passado. Suas raízes estão fincadas no conhecimento reflexivamente aplicado. Deste modo, a cultura tradicional está alicerçada em uma valorização do passado, das experiências vividas ao longo das gerações, enquanto a moderna é marcada por sua capacidade de se reinventar a cada nova geração. Assim, o sociólogo reafirma: “ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes” (Giddens, 1991, p. 38).

Inclusive, ao projetar as discussões culturais sobre o tempo passado, Hall (2003, p. 30) discorre que não é possível desassociar as questões históricas do processo que cerca a

construção da identidade. Portanto, o esquecimento do passado identitário é, ao mesmo tempo, uma ruptura com a cultura tradicional. Desse modo, o que ocorre é um apagamento das heranças históricas de um povo. De certo modo, ao longo da história dos povos africanos, essas rupturas ocorreram de maneiras violentas e aterrorizantes. A escravização, por exemplo, proporcionou aos povos um desligamento de sua pátria, seu local de origem, e, muitas vezes, identidades foram rompidas e perdidas ao longo de toda a exploração.

Segundo Stuart Hall (2003, p. 29),

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de "tradição", cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua "autenticidade".

Com isso, pode-se observar as importantes relações entre a tradição cultural e suas origens genuínas, bem como as consequências provocadas pela continuidade/manutenção de suas heranças. A tradição está entrelaçada ao conjunto de princípios, costumes, crenças e valores transmitidos de geração em geração. Desse modo, a tradição desempenha um papel crucial na formação da identidade cultural, tornando-se um alicerce essencial para que a construção da identidade ocorra.

É possível entender a tradição como um instrumento de manutenção da identidade, uma vez que há conexões inerentes com o passado. Isso não impede, porém, que a tradição passe por processos de reinterpretação ou até seja modificada à medida que o tempo avança e evolui por meio das mudanças sociais. Portanto, os povos, em um processo de negociação cultural, redefinem e ressignificam aspectos de suas tradições, escolhendo o que preservar, modificar ou abandonar. Isso resulta em identidades culturais que combinam elementos do passado e do presente.

Diante disso, o sujeito pós-moderno, segundo Hall (2022, p. 12), é aquele que “assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente”. O interior de um indivíduo é repleto dessas diferentes identidades, que surgem em consequência da multiplicidade cultural. Ele não se reconhece como único ou como possuidor de uma identidade estática, a qual será reconhecida do nascimento à morte. No entanto, é a partir de uma identidade em constante movimento, como afirma Hall (2022, p. 11), uma “celebração móvel”, que são evidenciadas as diversas personalidades possíveis a existir em seu interior, mesmo que seja momentaneamente.

Por meio do processo de construção da identidade do indivíduo, é possível compreender que há multiplicidade, uma vez que a identidade não é fixa ou estável, mas composta por diversas dimensões que se interrelacionam e se modificam ao longo do tempo, conforme as circunstâncias sociais, culturais e históricas. Assim, as influências externas cooperam para que a identidade seja construída, tornando-a fluida e diversificada de acordo com o contexto em que o indivíduo está inserido.

Portanto, as identidades podem ser influenciadas por fatores como nacionalidade, religião, raça e gênero, e essas influências mudam conforme o tempo e o lugar onde a pessoa vive. Segundo a autora Woodward (2014, p. 14), não existem identidades unificadas, uma vez que há contradições em seu interior. Ela ainda salienta que os processos sociais e simbólicos são primordiais para a “construção e manutenção das identidades”. Dessa forma, “a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social” (Woodward, 2014, p. 10).

Para Hall (2022, p. 24), “a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada’”. Assim, existe um vislumbre gradativo da identidade humana, na medida em que a construção do sujeito está em curso, e esse progresso de formação é o que Hall (2022) enfatiza como sendo chamado de *Identificação*, já que a identidade do indivíduo é inacabada e mutável. De acordo Woodward (2014), com a origem na psicanálise, a identificação descreve processos de reconhecimentos através do outro, em que a diferença e a separação são instrumentos de supostos resultados de similaridades.

Mediante a ideia sobre o conceito de Identificação, Bhabha (2013, p. 84) expõe o seu pensamento,

[...] a questão de identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora - é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação - isto é, ser para um Outro - implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora alteridade. A identificação [...] é sempre o retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura do lugar do Outro de onde ela vem.

Essa afirmação de Bhabha (2013), assim como as ideias de Hall (2022), mostram que as concepções da identidade do indivíduo, ou até mesmo de um grupo social, estão nos enlaces de um estado resultante, uma vez que, conforme o sujeito entra em constante relação com o outro, as características aparentemente fixas são moduladas. Baseando-se nesse diálogo, evidencia-se que a identidade é feita de interações. Contudo, esse processo de construção

identitária não denota simplesmente a incorporação de hábitos, “mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sociossituacionais – situações, contexto, circunstâncias – de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de 'visões de mundo' identitárias ou étnicas” (Candau, 2019, p. 27).

Em virtude da concepção de identificação, Hall (2014) busca compreensões para tal, visto que os conceitos sobre identidade são mais aprofundados nas proporções culturais e sociais. O autor ainda discute definições pertinentes ao termo, a priori, referente aos estudos da linguagem: a identificação resulta do reconhecimento de uma origem ou característica comum partilhada com outro grupo ou indivíduo, ou podem até basear-se nos mesmos ideais. Não obstante essa descrição, Hall (2014) dialoga com as definições do naturalismo, em que destaca o conceito em constante construção, inacabado e incompleto, a cada momento em processo. “Ela não é, nunca, completamente determinada – seu sentido de que se pode, sempre, 'ganhá-la' ou 'perdê-la'; no sentido de que ela pode ser sempre, sustentada ou abandonada” (Hall, 2014, p. 106). A identificação, em todos os seus processos de conotação, está submetida à diferença, uma vez que o que está do lado de fora é o que a constitui.

Em relação ao conceito identificação, Hall (2014, p.107) esclarece:

Ela está fundada na fantasia, na projeção e na idealização. Seu objeto tanto pode ser aquele que é odiado quanto aquele que é adorado. Com a mesma frequência com que ela é transportada de volta ao seu inconsciente, ela “empurra eu para fora de si mesmo”. Foi em relação a identificação que Freud desenvolveu a importante distinção entre “ser” e “ter” o outro.

Por outro lado, é significativo também tensionar não apenas as similaridades, mas também as diferenças como estado resultante dessa construção do sujeito, visto que, de acordo com Hall (2022), um indivíduo sabe quem ele é em relação ao outro através de suas diferenças. Como conceito, a identidade está intrinsecamente ligada à diferença, conforme Silva (2019, p. 75), sendo indissociáveis, formando uma cadeia de dependência um do outro. Nessa perspectiva, a diferença é considerada “um produto derivado da identidade”. Assim, as identidades são concebidas com base na diferença e não fora dela. Portanto, é necessário entender que essa articulação ocorre por intermédio das conexões estabelecidas com o Outro, pela negação com aquilo que não é, que falta, o que os estudos têm denotado como “*seu exterior constitutivo*” (Hall, 2014, p. 110).

As marcas da diferença constituem-se por concepções envoltas em laços positivos e negativos, sendo ambivalentes em seu sistema (Hall, 2016, p. 160). Por esse motivo, Woodward (2014, p. 50) salienta que, ao colocar o olhar sob a diferença, é possível enxergar traços

positivos, já que é por meio dela que a construção cultural das identidades tem sido fomentada pelos “novos movimentos sociais”, assim como “fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo”. Por outro lado, há resíduos negativos da marcação da diferença. A autora ressalta que esses resíduos se manifestam por meio da marginalização ou exclusão de povos que são vistos como “outros”.

Dentro desses contornos, Hall (2016) afirma que a diferença é essencial e, ao mesmo tempo, ameaçadora, perigosa. Para o autor, é a partir da diferença que o sujeito carrega consigo significados, os quais, sem eles, o sujeito não existiria. Assim sendo, “o significado depende da diferença” (p. 160). Dessa forma, é por meio da interação e da troca com o outro que se significam e se modificam o que se diz; em suma, o outro é importante para a construção de significados, do mesmo modo que para as construções identitárias.

Para Hall (2014, p.110), a identidade do sujeito tem funcionado como objeto de identificação no percurso de toda a história, assim como nos enlaces nas características inerentes “para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em 'exterior, abjeto’”. Com isso,

Toda identidade tem, à sua “margem”, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume e como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado. (Hall, 2014, p. 110).

Com base nos estudos que desencadeiam as diferenças, o conceito de identidade proporciona uma série de singularidades. Nesse prisma, diante da identidade do sujeito branco, nota-se as idiossincrasias em relação à identidade do sujeito negro. Essas características, defendidas por Homi Bhabha (2013), permeiam um contexto oriundo da relação do negro com o colonizador. A princípio, o autor destaca como a identidade do sujeito negro é construída nos entre-lugares (in-between), isto é, por meio da relação de movimento entre culturas diferentes, das culturas locais às tradições coloniais. Assim, o indivíduo negro vivencia uma identidade fluida, transitória e fragmentada (Bhabha, 2013).

Não obstante, outra peculiaridade que Bhabha (2013) discute é o conceito de mimese. O colonizador é imitado pelo colonizado, o que o autor referencia como mimetismo. Contudo, esse processo não acontece de maneira integral, pois a reprodução acaba por se tornar incompleta e distorcida, criando assim uma identidade ambígua e ambivalente. É possível notar que, diante dessa perspectiva, o cidadão negro adota princípios, ideias e culturas ocidentais, mas jamais se torna semelhante ao colonizador e seus valores, permanecendo na posição de

"diferente", em que o sujeito negro não se encaixa em lugares intermediários, estando próximo, mas jamais idêntico (Bhabha, 2013).

Diante do contexto pós-colonial, o hibridismo torna-se uma vertente de destaque para o autor Homi Bhabha, uma vez que, a identidade do povo negro, é formada por meio de uma mistura de influências, de ambos os povos (colonizador/colonizado), carregando aspectos culturais tanto da Europa quanto da África. Portanto, o hibridismo denota uma identidade em construção e transformação, ainda não formada em sua totalidade, o que remete a uma identidade que está sempre em negociação, jamais ligada totalmente a uma cultura e não a outra.

À vista dessas especificidades identitárias e em decorrência de um sistema que fortalecia a superioridade da imagem do branco, em detrimento à personalidade do indivíduo negro, é possível notar como Bhabha (2013, p. 80) enfatiza que “os olhos do homem branco destroçam o corpo do homem negro”. A visão da identidade é desorientada, perturbada, transgredida, desestabilizada, em que o negro perde a referência do seu eu. Para o autor, as heranças de opressão testemunham as fragilidades das narrativas dos povos pretos,

A presença negra atravessa a narrativa representativa do conceito de pessoa ocidental: seu passado amarrado a traiçoeiros estereótipos de primitivismo e degeneração não produzirá uma história de progresso civil, um espaço para o *Socius*; seu presente, desmembrado e deslocado, não conterà a imagem de identidade que é questionada na dialética mente/corpo e resolvida da epistemologia da aparência e realidade (Bhabha, 2013, p.80).

Para Silvério (2020), ao responder “Quem foi o negro?”, o autor traça uma perspectiva da narrativa do colonizador nas relações de apagamento identitário dos povos originários africanos, ao mesmo tempo em que busca construir “uma identidade coletiva negativa, inferiorizante, portanto, colonizadora e construtora de um Outro mitologicamente sem história e sem cultura” (Silvério, 2020, p.273). Assim, a visão do colonizador para os não europeus passa pela percepção das relações sociais entre o homem branco e o negro, já que Bhabha (2013, p. 82) salienta “o preto escravizado por sua inferioridade, o branco escravizado por sua superioridade”.

Visto sob essa compreensão de aniquilação das identidades dos povos afro, é que Silvério (2020, p.274) discorre sobre os termos “negro/raça/africano” e suas dimensões, uma vez que se referem à situação de inferioridade dentro do corpo social. Desse modo, as fissuras internalizadas pela humanidade estabelecem quem será subalternizado, e quais requisitos o sujeito compõe em sua herança cultural para que ocorra o ato de inferiorização. A partir desses desdobramentos, o autor reforça que “uma sociedade é organizada hierarquicamente por

cor/raça” (Silvério, 2020, p.274), com isso, a condição do indivíduo de origem africana é pré-determinada.

Nisso residem as rachaduras no interior da humanidade, assim, as estruturas socioculturais, econômicas e políticas têm beneficiado, em sua maioria, a elite branca, em detrimento à classe subalterna, que engloba a população preta (Nascimento, 2019). A autora ressalta ainda que os sociólogos, em seus estudos, destacam que as dificuldades enfrentadas pelos negros estão relacionadas à estrutura socioeconômica. As estruturas sociais e econômicas corroboram para a genuína libertação do negro, por meio da consciência imediata dessas realidades, e ele ainda salienta que, se existe um complexo de inferioridade, este resulta de um duplo processo: “primeiramente econômico e, posteriormente, pela interiorização/epidermização da inferioridade” (Fanon, 2020, p.25).

As questões emblemáticas que situam as fraturas da identidade negra emergem de constantes correntes, tais como desigualdade, racismo, preconceito, opressão psicológica e cultural. Diante dessas problemáticas que giram o mundo e se situam em diversas localidades, de acordo com Nascimento (2019), o sofrimento de um grupo familiar negro — homem, mulher e criança — é uma manifestação internacional. Essas sutilezas transcendem apenas um local na sociedade mundial; elas são evidentes em diversas culturas, e suas peculiaridades estão enlaçadas com as realidades vividas nas relações de colonizador e colonizado.

A identidade negra é vista com base na ausência de olhares, da invisibilidade do corpo negro (Bhabha, 2013). Logo, ao retratar o contexto pós-colonial, ressalta o autor que “o problema da identidade retorna como um questionamento, do espaço da representação, onde a imagem — pessoa desaparecida, olho invisível [...] — é confrontada por sua diferença, seu Outro” (Bhabha, 2013, p.87). Para Souza (2021), o negro toma como referencial o Outro (o branco), tanto para se certificar de quem é quanto para negar-se. A autora ainda enfatiza as representações que a pessoa negra tem diante da sociedade, ao discorrer sobre uma das falas míticas, “o macaco e o homem branco”, o que exclui o negro do único lugar de representação na humanidade, passando da biologia para a história (Souza, 2021, p.57).

Os estereótipos que cercam as pessoas negras, estão diante de situações enraizadas pelo colonizador, as sutilezas das suas identidades negras estão frequentemente associadas à sua cor da pele e seus corpos negros estão sujeitos aos ditames da inferioridade. Kilomba (2019, p.56) evidencia essa condição ao afirmar que a negritude colocada como “estar fora do lugar”, ou seja, não pertencente, enquanto, a branquitude representa os sinais de “estar dentro”, exercendo assim a sua superioridade, ocupando o lugar de pertencimento e poder. Portanto, é necessário refletir que a imagem é sempre/meramente um acessório da identidade, jamais podendo ser

vista exclusivamente como indício da realidade, uma vez que “o acesso à imagem da identidade só é possível na negação de qualquer ideia de originalidade ou plenitude” (Bhabha, 2013, p.95), o que reforça o caráter instável e construído das identidades, que jamais deve ser entendida como realidades plenas e fixas.

A partir dessa visão, é possível estabelecer uma conexão entre Kilomba e Bhabha. Se por um lado Kilomba denuncia o deslocamento e a exclusão da subjetividade negra, por outro Bhabha desestabiliza o conceito de uma identidade essencial e imutável, sugerindo que toda identidade é resultado de negociações e repetições. Assim, compreender a identidade negra não exige somente distinguir as imposições coloniais que a marginalizam e oprimem, mas também questionar os mecanismos que tentam fixar o sujeito negro em imagens estereotipadas e inferiorizadas. Para Souza (2021, p.57), a identificação do negro como o despossuído — “de valores, de civilidade, de humanidade” — nas percepções propostas, evidencia identidades oprimidas pelas heranças colonizadoras.

Segundo Hall (2016, p.174), a essência do negro foi limitada aos significantes do corpo, da aparência física, “lábios grossos, cabelos crespos, rosto e nariz largos, e assim por diante”. Desta forma, as diferenças entre negros e brancos estavam fomentadas nessas condições. Contudo, a cor, sendo o significante mais emblemático dos contornos da identidade do negro na modernidade, leva a perceber também que as posições sociais subalternas são designadas ao povo preto. A título de exemplo, empregada doméstica (secretária), pedreiro, jardineiro, babá, entre outros. Ocorre que, durante anos, a falta de representatividade do povo preto nos lugares privilegiados leva à valorização da identidade do povo branco, enquanto a identidade do povo preto era resumida ao que o corpo negro pode oferecer.

A partir do olhar do povo branco de desprezo e recusa da humanidade negra, é que para Hall (2016), surgiram a violência e os estereótipos raciais, já que, não há o reconhecimento do outro, no caso, a pessoa negra. É possível afirmar que o negro consegue reconhecer a identidade do branco mais facilmente do que a sua própria, em virtude da centralização positiva das características físicas, culturais, sociais e econômicas voltadas à sociedade branca. Diante disso, Hall (2016, p.175) discorre em sua obra *Cultura e Representação* sobre o slogan utilizado no século XIX pelo abolicionista estadunidense, que enfatizava a humanidade do povo negro, ao invés da diferença estereotipada pelo povo branco, ao declarar: “Você não é um homem e um irmão? Você não é uma mulher e uma irmã?”

Por meio do slogan, é perceptível que há destroços e ruínas da imagem do negro, sendo a cor da pele o que o constitui como um ser humano ou um animal irracional. Diante desse desdobramento de inferiorização racial, pode-se levantar um questionamento: O que levaria um

homem branco a olhar para a imagem do homem preto e dizer que ele não é um ser humano, mas sim um animal? Por esse motivo, devido à cor, não reconhecendo o outro como igual, é evidente que as questões raciais entrelaçam as fragilidades existentes na construção da identidade do negro.

Bhabha (2013, p.111) esclarece as angústias nas relações do corpo negro e branco,

A demanda da autoridade não consegue unificar sua mensagem nem simplesmente identificar seus sujeitos. Isto porque a estratégia do desejo colonial é representar o drama da identidade no ponto em que o negro *desliza*, revelando a pele branca. Na extremidade, no intervalo entre o corpo negro e o corpo branco, há tensão de ser e sentido, ou alguns diriam de demanda e desejo, que é em contrapartida psíquica daquela tensão muscular que habita o corpo nativo.

Nota-se sutilezas por parte de Bhabha ao afirmar os anseios das questões identitárias do sujeito negro colonial, sua dificuldade de se reconhecer, “despersonalizado, deslocado” diante da sua imagem, uma manipulação da sua representação. Portanto, a forma de poder exercida pelo período colonial sobre os negros denota fragilidades em sua identidade, exercendo a negação do seu corpo negro diante de si mesmo. Para Frantz Fanon (2020), as pessoas de cor se posicionam bidimensionalmente em relação às outras, aos seus iguais negros e aos brancos. Assim, o negro desliza quando a pele negra é enfraquecida, enquanto, em contrapartida, há uma valorização intensa da pele branca. O desejo pelo estereótipo branco é o que o vislumbra.

Não obstante disso, Bhabha (2013, p.135) afirma que a pele é o “significante chave da diferença cultural e racial no estereótipo”, o que torna um dos fetiches mais visíveis nos discursos culturais, políticos e históricos, desempenhando um papel público no drama racial que se desenrola diariamente nas sociedades coloniais.

O que se tem em mente é o discurso colonial dominando a identidade do negro, em suas ênfases discriminatórias e opressoras, uma vez que, para Bhabha (2013, p.124), a função do discurso colonial é mostrar “o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial, de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas”. Os sujeitos negros coloniais são lançados sob os estereótipos negativos no discurso colonial. Com isso, a busca por uma originalidade é destruída pelas diferenças “raça, cor e cultura” (p.124). Diante dessa fragilidade, as representações eminentes de raça transcendem o ser humano que ocupa a pele negra.

Para Fanon (2020, p.186), “onde quer que vá, um negro continua sendo um negro”. Os estereótipos atribuídos às identidades negras sublimam os dramas das sociedades coloniais. Bhabha (2013, p.131) afirma que “os estereótipos raciais e culturais nas histórias infantis, onde

heróis brancos e demônios negros são apresentados como pontos de identificação ideológica e psíquica”. O negro, como personificação do mal, está enraizado pela cor da sua pele. Nas dimensões entre ambas as peles, branca e negra, as diferenças são subitamente diferenciadas por imposições coloniais. Em virtude disso, a personalidade maligna é direcionada ao corpo negro. Nas profundezas escuras desse estranhamento de cor personificado é que Fanon (2020, p.200) descreve:

[...] O carrasco é o homem negro, Satã é negro, falamos de trevas, estamos pretos quando estamos sujos – aplica-se isso à sujeira física ou à sujeira moral. [...] O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, denegrir a reputação de alguém; e do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. [...] Na Europa, ou seja, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado[...].

Não obstante disso, para Sueli Carneiro, “a identificação do corpo negro como portador do mal, para usar uma expressão foucaultiana, em oposição ao corpo branco, portador dos mais elevados atributos humanos” (Carneiro, 2023, p.123). Os estereótipos lançados sobre o negro, em figuras de desumanização, evidenciam identidades corrompidas, enquanto sujeitos ditos através do outro, e que não são características emitidas sob o próprio olhar do negro, mas sim impostas na personalidade como sendo reais. A partir desse pensamento sobre o dizer o que o outro é, Carneiro (2023) discute as interdições, conceito este que, segundo a escritora, filósofa e ativista, são defensores da ideia de uma sociedade que normaliza “a inferioridade dos negros”.

Por essa perspectiva, Carneiro (2023) assegura que a interdição representa a construção do outro a partir da não aceitação da plenitude do outro como humano. Suas inferências buscam animalizar a pessoa negra, pô-la como ameaça, malefício e perigo. As engrenagens inseridas nesse processo buscam construir sujeitos pela imposição de diversos pensamentos que assolam a identidade da pessoa negra. De acordo com a autora, o que era irregular nos parâmetros sociais torna-se regular. Com isso, naturalizam-se as ideias de que a cor da pele precede todos os tipos de qualidades do negro. Bem como Carneiro afirma (2023, p.125) que “no caso do negro, a cor opera como metáfora de um crime de origem, da qual a cor é uma espécie de prova, marca ou sinal que justifica essa presunção de culpa”.

Sendo assim, nos contornos apresentados por Carneiro (2023, p.126), o problema criminal é inerente à racialidade negra, assim como, “a substância do crime é a negritude”. Na pele do sujeito, inscrevem-se peculiaridades diversas dentro de uma sociedade. No tocante a essa assertiva, a pele do indivíduo branco fornece a ele tons de superioridade, enquanto ao negro, a inferioridade. As ideias eminentes dos conceitos de Carneiro abordam as implicações

envoltas à negação do eu, às rupturas das identidades e ao racismo “que conduz o negro destruído pelo complexo de inferioridade” (Carneiro, 2023, p.128)

A identidade do negro é tecida por diversas vertentes. À vista dos discursos coloniais, a pele sobressai o ser que a habita. Por isso, para Carneiro (2023, p.129-130),

A diversidade humana e a multiplicidade de identidades que atravessam os indivíduos, em suas diferentes características – profissão, gênero, classe etc. – desaparecem quando entrar em jogo o fator negro. O negro chega antes da pessoa, o negro chega antes do indivíduo, o negro chega antes do profissional, o negro chega antes do gênero, o negro chega antes do título universitário, o negro chega antes da riqueza. Todas essas dimensões do indivíduo negro têm que ser resgatadas a posteriori, isto é, depois da averiguação, como convém suspeitos a priori.

A autora apresenta o fator da cor como símbolo da inferioridade social do negro, independentemente da posição que ele ocupa. Os negros são construídos e representados através de práticas discursivas europeias, nas quais o negro é carregado de todos os atributos negativos. Por isso, Fanon (2020, p.200) diz: “o negro, o obscuro, a sombra, as trevas, o pecado, o satã, a sujeira”.

Como dispositivo de racialidade, nunca para uma produção de realidades que legitimam o racismo, a inferiorização, a desconstrução identitária e as hierarquias sociais, é que “negros e brancos devem demonstrar em sua existência o que se atribui às suas respectivas racialidades” (Carneiro, 2023, p.127). Isto posto, a raça é um dos atributos para afirmar a identidade de um povo, já que, para Hall (2022), a diferença genética não pode ser usada para distinguir uma pessoa de outra. Tanto que raça é uma categoria discursiva, não biológica.

No mesmo enlace em que as identidades são construídas através do contato com o outro, as identidades também podem ser perdidas pelas opressões estabelecidas pela classe dominante, o Outro. Assim, “as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem as nossas identidades” (Woodward, 2014, p.56).

Em torno do conceito de identidade e como elas são construídas, pode-se pensar que as mulheres negras enfrentam diversas problemáticas interligadas, e enfrentam uma vulnerabilidade única e multifacetada – o que reflete não apenas a condição de gênero, mas também de raça, classe social e histórica. Diante desses ditames, as mulheres negras são reduzidas a figuras subalternizadas e desumanizadas nas mais diversas esferas sociais (sistema educacional, saúde, mercado de trabalho).

Além disso, a luta pela visibilidade e pelo reconhecimento de suas histórias e conquistas é um constante desafio, já que o apagamento cultural e histórico das mulheres negras é uma

prática enraizada, que limita o espaço para a valorização de suas identidades e contribuições sociais.

Durante o período colonial, houve uma exploração e apropriação do corpo da mulher negra como um instrumento de submissão e controle, configurando uma opressão dessas mulheres. Com o intuito de sustentar uma estrutura patriarcal, o corpo das mulheres negras deveria estar disponível para o sistema. Assim, os ditames que entrelaçam a sexualidade da mulher negra estão envolvidos com uma associação à objetificação e à hipersexualização, como afirma hooks (2020, p.117): “a sexualidade da mulher negra tem sido historicamente moldada pelas forças coloniais e patriarcais, que a viabilizam como objeto de desejo e submissão”.

Nos enlaces de uma sociedade machista e racista, as mulheres negras são frequentemente silenciadas, assim como privadas de liberdade para impor suas próprias experiências e vivências através da sua sexualidade. Os ditames da condição da mulher negra revelam que as políticas sexuais pressupõem que o gênero é o principal fator que afeta todas as mulheres negras, independentemente de raça e classe, conforme argumenta Collins (2020).

As mulheres negras, inseridas em um contexto histórico de supremacia branca, tiveram sua sexualidade e fecundidade definidas e controladas pelos homens brancos, que impunham as normas e as condições relacionadas a esses aspectos de suas vidas. Collins (2020, p.175) salienta que isso “forma sutilmente uma trama com opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade”. Uma das evidências dessa opressão é o silenciamento das vozes das mulheres negras, especialmente no que diz respeito às questões que envolvem a sexualidade de seus corpos. Na visão da autora, dentro da sociedade norte-americana, uma vez que a sexualidade é exposta publicamente, torna-se um dilema para essas mulheres negras.

Em face a tonalidade da sexualidade, Collins (Collins, 2020, p.244) discorre sobre o termo na perspectiva de Evelyn Hammonds:

[...] a sexualidade das mulheres negras é frequentemente descrita por metáforas que fazem referência à falta de palavras, espaço ou visão; como um ‘vácuo’ ou espaço vazio que é ao mesmo tempo visível (exposto) e invisível, no qual o corpo das mulheres negras já está colonizado.

De acordo com a autora, os corpos dessas mulheres se encontram em espaços paradoxais entre o visível e o invisível, gerando uma complexidade na sua definição. É dentro de uma matriz dominadora de supremacia branca que sua sexualidade é construída. Nesse contexto, o corpo das mulheres negras é entendido como já colonizado.

## 1.2 Mulher negra: problemáticas identitárias em torno das nuances sexuais

*Pessoas brancas criaram uma hierarquia social baseada em raça e sexo que posicionou homens brancos em primeiro lugar, mulheres brancas em segundo, homens negros em terceiro lugar e as mulheres negras eram as últimas.*

*(bell hooks, 2020)*

As histórias que cercam qualquer pessoa são, de fato, particulares e singulares, por vezes até solitárias. Dessa forma, é possível compreender que cada ser humano é composto por vivências e perspectivas que são exclusivamente suas. Discutir a sexualidade e a identidade da mulher negra, portanto, implica em buscar compreender as lutas, as problemáticas e as experiências que essas mulheres conseguiram narrar ao longo de sua história. Assim, a pesquisa busca estabelecer um contato com a experiência dessas mulheres, entendendo as tonalidades que as envolvem, e também como o homem negro pode ter uma visão dessas histórias, que foram construídas com inúmeras marcas. Em razão disso, estudar a sexualidade e a identidade da mulher negra é colocar em pauta a visão de Davis e hooks, ao conceituar o feminismo – seja ele negro ou não – como um instrumento de estudo acessível a todos, destacando como seria relevante que as pessoas compreendessem esses princípios.

A identidade da mulher negra, ao longo da história, foi marcada por estereótipos e opressões que a desumanizaram, reduzindo-a a um objeto de desejo e exploração. Durante a escravidão, seus corpos foram hipersexualizados e violentados, sendo vistas tanto como reprodutoras quanto como instrumentos de satisfação sexual, sem que lhes fosse concedido o direito à autonomia sobre sua própria sexualidade. Diante de um momento histórico de muitas repreensões, silenciamento e opressões, ainda é possível observar como estes corpos negros ainda são objetificados na modernidade, ainda retratada muitas vezes como devassas ou exóticas, desprovida de quaisquer expressões de dignidade.

O papel da mulher para as sociedades patriarcais era determinado pela sua biologia, uma visão tradicional criticada por Stuart Hall. Ao salientar que “para a mulher a biologia era o seu destino” (Hall, 2016, p. 173), o autor afirma que os predicados denotativos que carregava uma pessoa ao nascer do sexo feminino, suas linhas históricas pré-determinavam o que seria dessa mulher. Diante dessa prerrogativa, entende-se que o gênero feminino limitava-se às funções naturais, determinando quais caminhos ela deveria seguir. Portanto, a sociedade já entendia os papéis destinados às mulheres, e projetava a sua trajetória para que desempenhasse da melhor maneira o seu papel. Assim, mulheres eram vistas como subalternas a toda engrenagem social,

submetidas a viver conforme as imposições lançadas a elas. Uma vez que, segundo Morrison (2020), as opressões de classe no seio da sociedade estão intrinsicamente ligadas às forças do sexismo.

Partindo de uma construção ideal dos discursos dominantes eurocêntricos e patriarcais, em que a mulher branca conota em si todos os padrões de feminilidade, enquanto a representação da mulher negra é apagada e distorcida desses padrões. Diante disso, pode-se observar as mulheres brancas sendo mais valorizadas que as negras. Conseqüentemente, as lutas das mulheres negras não foram apenas contra o patriarcado, mas também pelas diferenças impostas pela sociedade entre brancas e negras, que construiu ao longo dos tempos sistemas de privilégios, assim como, discriminações.

Nas fissuras do século XIX, é possível entender como o cristianismo via a mulher, aquela que trouxe o pecado sexual ao mundo e que levou o homem à queda. Assim, o sistema religioso implanta na humanidade a visão de uma mulher que carregava consigo os atributos do mal, em que sua sexualidade era instrumento do pecado. Para hooks (2020, p. 59), na educação cristã fundamentalista “a luxúria sexual se iniciou com ela; os homens foram meramente vítimas de seu poder devasso”. Assim, a sociedade do período colonial busca purificar a mulher branca, buscando virtudes que sejam acrescentadas a ela, impondo leis para que controlassem o seu desejo sexual, dessa forma, mantendo-a nos caminhos da retidão, sem que se desviassem.

Contudo, hooks (2020) assegura o afastamento dos pensamentos fundamentalistas que mudam a percepção que os homens tinham das mulheres brancas diante da sociedade. Assim, elas já não eram vistas como sedutoras dos desejos sexuais, mas como aquelas que tinham o dever de inspirar e elevar os sentimentos masculinos aos mais altos impulsos. Para a autora, a sua nova imagem era a representação de uma deusa, ao invés de pecadora, virtuosa, pura, inocente; assim, removeram os estereótipos designados pelos cristianismos às mulheres brancas deste século (hooks, 2020, p. 61).

Diante dos acontecimentos de uma personificação da mulher branca como pura, as fissuras por este determinismo de quem elas são, da sua nova imagem perante a sociedade, imposta pelos homens brancos, que suprimia seus desejos carnis, houve um desapego da sua sexualidade, glorificando uma identidade assexuada da mulher branca. À vista disso, hooks (2020, p. 62) afirma que “a maioria das mulheres brancas absorveu com avidez a ideologia sexista defensora de que as mulheres virtuosas não tinham impulsos sexuais”. Por fim, elas foram silenciadas quanto aos seus desejos sexuais, e a sua virtude estava em esconder o que sentiam, sentimentos sexuais velados pela aceitação de um sistema patriarcal (hooks, 2020, p. 62).

Portanto, “a biologia e o preconceito são os inimigos históricos” nas particularidades pertinentes à mulher (Morrison, 2020, p. 126). Ao nascer mulher, já lhe era traçado um destino; contudo, as histórias determinadas pelo corpo social para elas variam de acordo com sua posição social. As suas trajetórias seriam distintas, assim como seus corpos seriam contemplados diante de perspectivas e olhares diferentes. Mulheres ricas tinham um percurso de vida oposto ao da mulher pobre, assim como a mulher branca, da negra e da indígena. Deste modo, a caminhada de cada uma era particular, e com isso, pode-se observar que, mesmo dentro de um espaço que contemplasse a mesma categoria, “a mulher”, as diferenças seriam eminentes.

A ideia de que todas as mulheres vivenciam as mesmas experiências ou enfrentam lutas idênticas oculta as particularidades das opressões que afetam mulheres negras, pobres e de minorias, em comparação com as mulheres brancas e de classes mais privilegiadas. Os discursos ideológicos de séculos beneficiariam a mulher branca em detrimento da preta, a rica em detrimento da pobre. A categoria mulher passaria por diversas nuances; a sua representação iria além apenas da terminologia, pois as categorias afirmariam as suas individualidades. As lutas surgiram pelas diferenças impostas pela própria sociedade, ao lançar vertentes de privilégios, discriminação, subalternidade, sexualidade, etc.

Historicamente, no Ocidente, os discursos ideológicos de gênero foram moldados pela experiência da mulher branca, o que fica evidente ao ignorar as experiências das mulheres negras, que já carregavam consigo a opressão do gênero, além do racismo estrutural. Os enlaces históricos durante as primeiras ondas do feminismo, na luta pelo sufrágio e pelos direitos civis, evidenciaram como as mulheres negras e pobres tiveram suas lutas deixadas de lado, uma vez que se concentrou nas necessidades de mulheres brancas da classe média.

Enquanto a sexualidade da mulher negra era tabu nas estruturas sociais durante séculos, sendo vista como “devassa por natureza e selvagem sexual” (hooks, 2020, p. 64), seu corpo era associado ao pecado, que levava o homem branco à luxúria e à perda dos seus horizontes. Com isso, a mulher negra carregava a personificação do mal feminino, enquanto as mulheres brancas eram purificadas pelas doutrinas implantadas pelo sistema religioso. hooks (2020) afirma que a imagem da mulher branca perante a sociedade é transformada em íntegra, idônea, correta, honesta, decente e honrada, ao mesmo tempo em que houve a intensa exploração sexual do corpo feminino negro escravizado.

Frente aos estudos de hooks (2020, p. 284), as mulheres negras passaram a sofrer todos os ataques misóginos possíveis, sendo retratadas pela sociedade branca do século XIX como “fêmeas castradoras por excelência”, mais autossuficientes do que as mulheres brancas. Com isso, a mulher negra foi retratada como a “personificação de todos os traços negativos, enquanto

as mulheres brancas eram retratadas como a personificação de todos os traços positivos.” Assim, a população branca do século XX deu continuidade a essa visão distorcida da mulher negra (hooks, 2020, p. 285). Não obstante, a autora ressalta a ideia sexista e racista disseminada no seio dos Estados Unidos acerca da mulheridade negra, em que as negras são mais “assertivas, independentes e dominadoras” do que as brancas.

Assim, a mulher branca era vista como merecedora de todos os privilégios: um casamento, um lar, as melhores roupas; em contrapartida, o corpo da mulher negra era visto como objeto sexual para os homens brancos e também para os negros, assim como para os senhores de fazenda, um produto para a reprodução de novos escravos. À vista disso, houve uma valorização intensa da habilidade reprodutiva das escravas, sendo avaliadas a serviço de sua fertilidade ou da ausência dela (Davis, 2016).

As mulheres negras eram colocadas em posição de vulnerabilidade e desumanização, já que, diante da sociedade branca, o corpo da mulher negra tornava-se invisível e marginalizado, embora desempenhassem papéis cruciais para a sociedade escravocrata, seja como mão de obra nos campos, serviços domésticos nas casas brancas, cuidadoras das crianças ou amas de leite dos filhos dos seus senhores. Esses corpos jamais foram tratados com respeito ou dignidade dentro da sociedade, não reconhecendo o seu valor social ou até moral. Elas foram usadas, seus corpos violentados, contudo, o existir diante dessa sociedade lhes foi negado. Diante disso, é possível notar que ocorre um extermínio das histórias e experiências dessas mulheres.

Para hooks (2020, p. 75), as mulheres negras reprodutoras valiam muito mais do que aquelas que não reproduziam. Dessa forma, ela ainda afirma que as “mulheres negras estéreis é que mais sofriam dentro do sistema de reprodução”. O cenário de reprodutoras em que se encontravam as mulheres negras escravizadas fortaleceu as ameaças de violência sexual que muitas delas sofriam para que a engrenagem dentro do mercado escravo ocorresse. À vista disso, as mulheres negras precisavam se unir sexualmente com um homem para se reproduzir; ao recusar o que lhes era determinado, eram obrigadas a se deitar com homens escolhidos pelos seus senhores ou feitores. Portanto, legitimados pelas estruturas sociais, a reprodução foi um mecanismo criado para a exploração sexual das mulheres negras (hooks, 2020, p. 75).

Por conta do sistema escravista, as mulheres negras foram privadas de sua identidade como mães, fortalecendo a identidade de meras reprodutoras: “animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir da sua capacidade de se multiplicar” (Davis, 2016, p. 19). Diante disso, esse processo desumanizador as tratava como objetos de produção, apagando o papel materno e afetivo e destacando apenas seu potencial reprodutivo em termos econômicos. Elas eram verdadeiras riquezas, preciosidades a serem comercializadas, e seus

filhos vendidos como bezerros. A autora ainda salienta que, durante esse período, as questões ideológicas sobre a maternidade não se estendiam às escravas, mas apenas às mulheres brancas, já que para os donos escravistas, elas eram apenas objetos ou recursos para o aumento da força de trabalho escravo, jamais sendo vistas como mães.

Pode-se notar, que as mulheres negras, as escravas, ficaram expostas a todos os tipos de repreensão sexual, já que, além das formas brutais de açoitamentos e mutilações sofridas pelo homem negro, a elas também eram acrescidos os abusos sexuais. Não obstante disso, as mulheres negras em sua situação de trabalhadoras eram inúmeras vezes estupradas: “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário” (Davis, 2016, p. 20). Enquanto hooks (2020) afirma que os estupros cometidos contra as mulheres negras eram socialmente aceitos, uma vez que, durante e após o período da escravização, o corpo feminino negro ainda continuava a ser violentado sexualmente por homens brancos.

Diante da memória da escravidão, as mulheres negras foram alvo de uma desumanização, já que seus corpos eram tratados como propriedades, dando liberdade aos seus senhores para serem constantemente controlados, abusados e explorados. Em virtude disso, houve uma depreciação da imagem da mulher negra na sociedade estadunidense, discorrendo sobre como uma violação do corpo feminino negro no período da escravização foi desencadeada pelo público branco a partir das visões conturbadas de que as mulheres negras eram complacentes em relação ao sexo, e que os anseios dessas mulheres estavam em ser violentadas sexualmente pelos homens, sendo eles brancos ou negros (hooks, 2020).

A intensificação da exploração do corpo e da identidade da mulher negra a transforma em alvo das opressões combinadas do racismo e do sexismo. Diante disso, Carneiro (2019, p. 38) debruça-se no pensamento de Arnaldo Xavier ao afirmar que “o machismo é, por excelência, o espaço de solidariedade existente entre homens negros e brancos” e o resultado principal de tal “solidariedade” é a ampliação dos níveis de exploração sobre a mulher negra [...]”. Nesse cenário, homens negros e brancos podem reproduzir sistemas de dominação, desconsiderando as lutas e os sofrimentos específicos das mulheres negras. A interseção dessas opressões não apenas afeta as mulheres, mas também demonstra como as estruturas de poder são sustentadas pela convivência entre homens de diferentes raças, em detrimento das mulheres negras.

As representações das narrativas sexistas impõem a essas mulheres negras uma visão conturbada de seu corpo, uma vez que esses enredos alimentavam uma cadeia de exploração, na qual a sexualidade da mulher negra é constantemente tratada como algo a ser consumido. Este processo de objetificação do corpo feminino negro só intensifica a representação que

Carneiro (2023, p. 44) traz ao dizer: “O olhar que nós temos para a mulher negra é o olhar daquela que é fruto erótico, uma coisa para ser comida”, um alimento desejado, de livre acesso ao corpo masculino. A autora enfatiza a visão de que a mulher negra nunca teve a de “musa”, diferente da mulher branca, que era considerada assim. A luta social é onde as mulheres negras são valorizadas não apenas por sua aparência ou por papéis estereotipados, mas como protagonistas de suas próprias vidas, com vozes e experiências que merecem ser reconhecidas e apreciadas.

A autora bell hooks (2020, p. 93) salienta que as “mulheres negras como a meretriz, a devassa, depravadas, imorais, decaídas, prostitutas, e sexualmente desinibidas” são resultado do período escravocrata, em que a sociedade branca, homens e mulheres, designaram as negras como culpadas, uma vez que eram elas que iniciavam o ato sexual com os homens. Por conta desse pensamento sexista, emergiu o estereótipo em que as mulheres negras eram denominadas como “selvagens sexuais, não humanas”, sendo vistas como animais, o que dava legalidade para a violação do seu corpo, conforme argumenta hooks (2020, p. 93).

Diante dos modelos ideológicos dominantes, a mulher “se tornou sinônimo de ‘mãe’ e ‘dona de casa’, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente” (Davis, 2016, p. 20). Por essa percepção, as mulheres negras foram silenciadas em suas identidades, não eram mães, mas reprodutoras de novos escravos; não eram donas de casa, pois o trabalho nos campos também era destinado a elas, além de serem objetos de exploração sexual. Essas acepções colocam as mulheres negras em uma postura passiva perante a sociedade, em seus relacionamentos sociais com o homem branco, a mulher branca, e o homem negro.

Dessa forma, tratavam-nas como subordinadas, desprovidas de quaisquer merecimentos, como afirma hooks (2020, p.79),

Como a mulher negra não era protegida nem por lei nem por opinião pública, ela era alvo fácil. Enquanto o racismo foi o mal que decretou que as pessoas negras seriam escravizadas, sexismo foi o que determinou que o destino da mulher negra seria mais pesado, mais brutal do que o do homem escravizado.

Nos endossos dessas fragilidades perante as mulheres negras, as identidades e estereótipos são estabelecidos. Em palavras persuasivas, hooks cita a ativista Angela Davis em sua obra *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*, na qual as camadas da sociedade estabelecem um “terrorismo institucionalizado com o objetivo de desmoralizar e desumanizar as mulheres negras” (hooks, 2020, p. 55). À luz dessa perspectiva, a autora destaca

a vulnerabilidade sexual enfrentada pelas mulheres negras, cujos corpos são frequentemente expostos a um acesso irrestrito por parte de homens, sejam eles brancos ou negros.

Nesse contexto, a sexualidade delas permanece desprotegida pelo sistema social machista, o que as torna ainda mais vulneráveis à exploração e à violência. Assim, como as mulheres negras são tratadas como objetos, sujeitas a diversos tipos de humilhação, elas se tornam vítimas de uma sociedade machista e racista. De acordo com Carneiro (2019), essas mulheres experienciam as maiores violências dentro dessas estruturas sexistas. A exploração do corpo negro durante a escravidão expôs, de forma mais acentuada, a constante vulnerabilidade do corpo negro feminino em comparação aos homens, refletindo as terríveis experiências comuns a esse período, conforme aponta hooks (2020).

As mulheres negras compartilhavam com seus companheiros as mesmas experiências de opressão, evidenciando como o racismo e a exploração eram igualmente direcionados a ambos. Como descreve Davis (2016, p. 35), “as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam”. Contudo, as mulheres negras vivenciaram singularidades de sofrimentos, abusos e humilhações dirigidas exclusivamente a elas. Essas particularidades não apenas aprofundaram a dor da opressão, mas também evidenciaram como a interseção entre raça e gênero gerou formas únicas de violência e desumanização.

Desta forma, a trajetória da escravidão para as mulheres negras teve aspectos diferentes comparados aos homens negros, principalmente nos enlances sexuais. Sendo assim, a experiência da mulher negra escravizada pode ser considerada singular – assim como assegura hooks (2020, p.47),

Apesar de isso de maneira alguma diminuir o sofrimento de homens negros escravizados e a opressão contra eles, é óbvio que as duas forças, sexismo e racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos das mulheres e a opressão contra elas. [...] O homem negro escravizado foi primordialmente explorado como trabalhador do campo; a mulher negra foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto para o assédio sexual perpetrado pelo homem branco.

É seguro afirmar que as mulheres negras exerceram um papel marcado por cicatrizes cruéis em suas histórias, em decorrência da evidência do sexismo introjetado nas cúpulas sociais, já enlaçadas aos atos racistas e escravocratas. A sexualidade da mulher negra foi explorada pela sociedade, que a via como instrumento de desejo, um corpo feminino acessível para satisfazer as barbáries do homem branco. Por essa percepção histórica, Davis (2016, p. 38) assegura que, pela posição econômica dos homens brancos, eles “tinham acesso ilimitado ao corpo das mulheres negras”. A exploração do corpo da mulher negra atravessa as mais diversas

nuances, como salienta hooks (2020): trabalhadora do campo, doméstica (faxineira, cozinheira, lavadeira), babá, reprodutora e objeto sexual. Em diálogo com a contemporaneidade, Gonzalez (2020, p.170) afirma que

[...] a mulher negra é vista na sociedade brasileira como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do carnaval cuja sensualidade recai na categoria erótico-exótico.

Os discursos ideológicos racista e sexista distorcem o papel da mulher negra na sociedade, a visão implantada estabelece estereótipos que se penduram por gerações como afirma a autora “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” (Gonzalez, 2020, p.169). A autora reitera como as raízes históricas da discriminação racial e de gênero impacta os corpos das mulheres negras, categorizadas e subjugadas socialmente pela cor da sua pele.

Diante dessa perspectiva, Gonzalez aponta as características de uma sociedade submersa em uma organização sexista e racista. Ela chama atenção para uma divisão social ruída em suas escolhas, na qual o corpo das mulheres foi submetido a estereótipos, enfraquecendo as mulheres negras, que eram sempre vistas pela exploração física e pela invisibilidade. Isso contribuiu para uma visão de que as negras deveriam carregar o peso árduo do trabalho tanto no campo quanto no doméstico, sendo boas para o trabalho braçal, jamais para o casamento, assim, desumanizadas pela sociedade branca.

Enquanto isso, a mulata, que tem suas origens a partir do processo de miscigenação — muitas vezes resultante dos abusos sexuais sofridos pelas mulheres negras por seus senhores — é associada ao desejo, ao prazer, à hipersexualização de seu corpo, e vista como objeto sexual, disponível para saciar os desejos dos homens brancos. A visão do seu corpo mulato era exótica e sensual, valorizada pela sua sexualidade e beleza, contudo, para o casamento, tornava-se inapropriada. Esses estereótipos perduraram no pós-abolição, em que as negras e as mulatas continuaram a ser vistas apenas para os serviços de prazer e trabalho designados pela sociedade branca.

À luz da discussão sobre a posição da mulher negra dentro dos âmbitos sociais machistas, a teórica feminista bell hooks (2020) discorre sobre as duas forças no processo de opressão contra os negros escravizados. O racismo ficou evidente em sua totalidade, enquanto o sexismo colaborou para o enfraquecimento da figura da mulher. Partindo dessa ideia, a autora destaca que as distinções sexistas colaboram para uma visão centralizada na imagem do homem, em que as posições de confiança e liderança dos seus donos eram designadas apenas aos homens

negros, mesmo que ambos realizassem o mesmo tipo de trabalho agrícola. A autora ainda destaca que as rupturas sociais inseridas dentro da subcultura dos negros faziam com que a valorização e o merecimento viessem pelo sexo, não importando se ambos ocupavam o mesmo espaço social.

Para hooks (2020), as mulheres negras inseridas dentro de uma cultura dominante carregavam ressentimentos quanto à sua posição social, primeiramente por não serem consideradas como mulheres e, conseqüentemente, não receberem os mesmos privilégios destinados às mulheres brancas. Conforme a autora, as mulheres negras buscavam agregar ao seu íntimo a “modéstia, pureza sexual, a inocência, o jeito submisso” — características essas destinadas à feminilidade e à mulheridade da mulher branca (hooks, 2020, p. 84). Diante disso, a identidade da mulher negra estava na busca constante por se tornar a mulher perfeita, carregada de todos os traços positivos e particularidades sociais impostas pelo cristianismo à mulher branca.

Dessa forma, começa o processo de negação do seu eu negro ao tentar se encaixar nos moldes da sociedade branca eurocêntrica, se inferiorizando. Assim, é vista agora não a partir de si, mas do outro, o branco. Diante dessa perspectiva, Fanon (2020) discute este processo de negação do negro diante da imagem branca, o que gerou uma ação drástica no sujeito negro, chamada de alienação psicológica, já que o sistema colonizador, com seus princípios brancos, impunha à identidade do negro estereótipos totalmente negativos.

Diante da opressão, gera-se no negro, tanto homem quanto mulher, um complexo de inferioridade, já que havia uma exaltação e idealização da imagem do branco, considerado superior às pessoas negras através dos valores racistas do colonizador. Por essa razão, o negro se vê perdido, ajustando-se aos padrões impostos pelo colonizador, não se vendo mais como realmente é, mas determinando para si modelos eurocêntricos. Fanon (2020) caracteriza esse processo como uma alienação racial, em que o indivíduo negro sente a necessidade de rejeitar sua própria negritude para se conformar a uma imagem idealizada, que, porém, permanece inatingível, já que o racismo estrutural continua a excluí-lo e mantê-lo à margem social.

Todo o processo de distanciamento de sua identidade e do ser negro, como afirma Fanon (2020, p. 174), é “consequência do medo do preto”, o medo de não ser aceito e amado do jeito que realmente é pela sociedade branca. Homens e mulheres negras acabam por suprimir sua presença na tentativa de escapar de suas próprias identidades e heranças. Estas fissuras cooperam para uma alienação da condição do ser negro, uma vez que toda negação ocorre pela denegação dos seus traços identitários culturais, “uma recusa inconsciente motivada pelo recalque” (Nascimento e Botton, 2021, p. 144).

De acordo com Nascimento e Botton (2021), o processo de “recalque da identidade negra” (estudos direcionados pelo teórico Frantz Fanon) ocorre quando indivíduos negros se tornam meros instrumentos ao negar sua individualidade e liberdade. Estes se encontram sob as pressões de uma sociedade branca com modelos idealizados, onde o negro é totalmente excluído de modelos a serem seguidos, tornando-o desagradável para tais parâmetros. À vista disso, o negro recorre à negação de sua identidade e à instrumentalização de seu corpo, adequando-se às imposições determinadas pelo ambiente social hegemônico branco. Portanto, “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (Costa, 2021, p. 25).

Por meio da repressão e negação de aspectos da identidade racial e cultural, ao assimilar os padrões culturais dominantes e uma branquitude idealizada, na tentativa de aceitação/aprovação, fica evidente a desvalorização da negritude, do corpo negro em seus traços linguísticos, culturais e físicos. Assim, inconscientemente ou não, é possível enxergar uma reafirmação da identidade do branco como suprema, enquanto a do negro é desmerecida, desvalorizada e estigmatizada, primeiramente pelo homem branco, e em seguida pelo próprio homem negro.

Na busca incessante pelos modelos dos colonizadores e pela inclusão nos meios sociais brancos, o homem e a mulher negra passam por processos de constante negação em seu interior para que o seu exterior fosse reconhecido e assimilado pela cultura branca. Para eles, diante da supremacia branca, tal atitude era vista como uma questão de sobrevivência, já que ser reconhecido pelo branco era um prêmio a ser alcançado, mesmo diante dos impactos que acometeriam ainda mais a invisibilidade, o racismo e a opressão desses corpos negros.

Sob a perspectiva das consequências de negar a si mesmo, as mulheres negras cederam para a sociedade os papéis destinados a elas. Conforme hooks (2020, p.89) salienta,

Ao aceitar completamente o papel da mulher conforme definido pelo patriarcado, mulheres negras escravizadas aceitaram e confirmaram uma ordem social sexista e opressora e se tornaram (junto com a irmãs brancas) tanto cúmplices nos crimes penetrados contra as mulheres quanto vítimas desses crimes.

Com base nessas perspectivas, pode-se observar a desvalorização da identidade da mulher negra e como a sua essência é corrompida pelo sistema patriarcal. Os poderes opressores sexistas e racistas enfraqueceram as mulheres negras, o que as levou à aceitação de uma posição subalternizada no seio da sociedade. É evidente que as mulheres negras rompem com esse

sistema; com isso, lutas e movimentos são traçados para a libertação de quaisquer vínculos de repressão e opressão da sociedade determinante.

Para Collins (2020), a experiência das mulheres negras tem sido distorcida, assim como excluída nas esferas transnacionais, uma vez que as figuras das mulheres afrodescendentes enfrentam diversas interpretações da classe branca masculina. A autora discorre sobre a importância de as mulheres negras carregarem consigo um conhecimento sobre elas mesmas nas temáticas eminentes na sociedade. Deste modo, Collins (2020, p.149) ressalta que “as mulheres negras não podem se dar ao luxo de serem tolas, uma vez que a sua objetificação como ‘outras’ as nega a proteção conferida pela pele branca, pela masculinidade e pela riqueza”. Com isso, é necessária a sobrevivência desses corpos negros femininos afro-americanos por meio do conhecimento das dinâmicas de opressão.

Na perspectiva de uma consciência feminista negra, como afirma Collins (2020), as mulheres negras, sob o controle de homens brancos, dentro de uma estrutura tradicional, recorrem a artes como música, literatura, conversas e experiências cotidianas para produzir o conhecimento sobre si mesmas, sendo que, “a experiência vivida é alcançada a um critério de significação” (Collins, 2020, p.150). Portanto, para se examinar a conexão nas diversas epistemologias, é possível observar que as mulheres negras e suas experiências auxiliam uma localização social:

Como as mulheres negras têm acesso a experiências que acumulam o ser negra e ser mulher, uma epistemologia alternativa utilizada para rearticular o ponto de vista delas deve refletir a convergência desses dois conjuntos de experiências. Raça e gênero podem ser analiticamente distintos, mas na vida cotidiana das mulheres negras eles operam conjuntamente [...] (Collins, 2020, p.165).

Um estigma foi lançado sobre a identidade das mulheres negras. Mesmo após serem alforriadas pelo sistema, ainda havia estereótipos negativos sobre a sua imagem. Como afirma hooks (2020, p.102), “mesmo que uma mulher negra se tornasse advogada, médica ou professora, era provável que ela fosse rotulada, por brancos, de meretriz, prostituta”. Essas mulheres ainda eram categorizadas como objetos sexuais, e se viam coagidas pelo sistema opressor branco. Em virtude dessas mazelas, hooks (2020) ainda salienta que esses corpos femininos negros foram tocados e violados, mesmo depois da abolição. Tanto homens brancos quanto negros viam esses corpos como desinibidos, prontos para as atrocidades sexuais, de modo que as mulheres negras, nas ruas, casas e empregos, estariam sob o domínio público desses violadores.

Diante dessa perspectiva de marginalização, em que corpos são hierarquizados, a posição da voz da mulher negra fica evidente. Para hooks (2020), em uma organização social, a mulher negra é a última posição nessa cadeia, sendo sobreposta pelo homem negro, pela mulher branca e pelo homem branco. As sociedades patriarcais, as quais sustentam o processo de desvalorização da mulher negra, evidenciam seus corpos objetivados e violados sexualmente, sua voz silenciada, sua identidade distorcida e perdida. Essa mulher está diante de múltiplas particularidades em seu interior.

A mulher negra foi vítima de uma subjugação de raça e classe, na qual foram construídas narrativas autodestrutivas sobre a sua imagem (Morrison, 2020). Esse desmerecimento da pele feminina negra não está apenas vinculado ao período da escravidão, como certifica bell hooks (2020, p.103),

[...] a exploração sexual das mulheres negras continuou por muito tempo depois do fim do período da escravidão e foi institucionalizada por outras práticas opressivas. A desvalorização da mulheridade negra depois do término da escravidão foi um esforço consciente e deliberado dos brancos para sabotar a construção da autoconfiança e do autorrespeito da mulher negra.

Diante da supremacia branca, hooks (2020) afirma que o ataque à figura da mulher negra não foi simplesmente ódio, mas um “controle social” minuciosamente calculado. A autora ainda salienta que dois mitos foram implantados na sociedade, levando as pessoas brancas a terem o mesmo pensamento acerca das pessoas negras alforriadas: “o mito da mulher negra ‘má’ e sexualmente desinibida” e “o mito do homem negro estuprador”. Apesar de nenhum desses mitos serem baseados em fatos reais, foram disseminados na sociedade, como declara hooks (2020), realizando uma lavagem cerebral nas pessoas. Em virtude dos mitos que desencadearam preconceitos na sociedade, hooks (2020) discorre sobre as fissuras evidentes ao abordar ambos os mitos. Com o tempo, a figura do “negro estuprador” foi desaparecendo, enquanto a imagem da mulher negra desinibida permanecia imutável.

Os corpos das mulheres negras atravessam o tempo e o espaço. Os mitos lançados sobre eles trazem uma perspectiva de novas representações na contemporaneidade. Esses corpos não carregam ausências, mas mudanças de trajetórias, um novo olhar para a corporeidade, raça, gênero e classe. Essas novas dimensões são abordadas por Tate (2015, p.164, tradução nossa), que afirma que “[...] as mulheres negras estão presentes, como seus corpos interrompem as normas e as maneiras pelas quais seus corpos se tornam alternativos à medida que produzem

novas políticas de raça e gênero”<sup>1</sup>. Os estudos da autora ainda salientam sobre a multiplicidade de corpos de mulheres negras como locais de resistência, destacando que, por meio desses corpos, são expressos inúmeros posicionamentos contra os ditames brancos, o que resulta em uma valorização da pele das mulheres negras.

O anseio das mulheres negras é não serem vistas em zonas subalternas e apagadas das representações dos seus corpos. Assim, a identidade dessas mulheres não é ditada pela soberania dos homens brancos. Por isso, elas rejeitam as imposições de ser para os outros, adotando a posição de agentes de suas próprias definições, fora da imagem das mulheres negras como objetos de desejo masculino, fora das imagens racializadas e das perspectivas pejorativas atribuídas às mulheres negras. Dessa forma, a mulher negra da jornada contemporânea é determinada a causar mudanças constantes, assim como, a visão que se tem sobre si “na medida em que se torna o objeto do seu próprio olhar” (Tate, 2015, p.169). As correntes desse processo de libertação de olhares opressores validam a perspectiva de que mulheres negras, sendo elas “inocentes, ignorantes ou egoístas”, lutem contra as implicações que evidenciam o preconceito de classe, raça e cor.

Para Morrison (2020), as mulheres negras querem ser reconhecidas e vistas como seres humanos, sem serem dominadas ou masculinizadas. A autora discorre sobre como esse seria o lugar onde a figura das mulheres negras emerge entre as ruínas de um passado sexista, racista e desigual. Nas inquietudes das mulheres negras, pode-se esperar que elas estejam longe de quaisquer obrigações de cuidar dos filhos ou do lar, tornando-se “agentes de ação, líderes e inventoras” (Morrison, 2020, p.122). Essas mudanças radicais estão imersas em uma série de emoções que envolvem o corpo das mulheres negras, que se encontram diante de novas direções, buscando reescrever uma história marcada pelo apagamento e invisibilidade.

Aos olhos dessa perspectiva em que as mulheres negras tornam-se agentes de sua própria jornada dentro de um corpo social, elas assumem um papel ativo nas suas narrativas, rompendo com os estereótipos, marginalidade, opressão e sexismo dentro de uma estrutura social machista e sexista. Ao tomar essa decisão de serem protagonistas, seus enredos demandam agora uma luta para resgatar culturas e histórias que muitas vezes foram apagadas pelo racismo e por um colonialismo severo para os negros, no qual a identidade das mulheres negras foi distorcida, objetivada, desumanizada e subalternizada.

A exclusão das mulheres negras na sociedade está diretamente relacionada à percepção delas como uma ameaça às hierarquias de raça e gênero estabelecidas. Conforme aponta hooks

---

<sup>1</sup> “[...] how Black women are present, how their bodies disrupt norms and the ways in which their bodies become alternative as they produce new ‘race’ and gender body politics”.

(2020, p. 115), “as mulheres negras não são aceitas porque elas são vistas como uma ameaça à hierarquia de raça e sexo existente”. Isso promove uma hostilidade à imagem das mulheres negras, que, embora sejam indesejáveis para o casamento, são vistas como objetos sexuais, prontas para satisfazer os desejos ilícitos dos homens brancos. Os elevados estereótipos levaram incessantemente à exploração do corpo feminino negro, o que fica claro ao observar que, ao longo da história dessas mulheres, a opressão racista e sexista não partiu apenas de homens brancos, mas também de mulheres brancas (hooks, 2020).

Os vestígios dos esforços coletivos de homens/mulheres brancos da exploração das mulheres negras é que contribui para uma constante desvalorização delas, como evidencia hooks (2020, p.119),

A sistemática desvalorização da mulheridade negra levou a degradar qualquer atividade feita por mulheres negras. Várias mulheres negras tentaram tirar o foco da atenção da sexualidade ao enfatizar o seu comprometimento com a maternidade. [...] elas se esforçaram em provar o seu valor e sua dignidade ao demonstrar que eram mulheres cuja a vida estava fortemente fundamentada na família.

Para a autora, nos Estados Unidos as mulheres negras alcançaram o ápice da mulheridade no início do século XX, o que hooks chama de um verdadeiro ato de abnegação. Diante disso, um outro olhar é lançado sobre mulheres negras, o que ficou evidenciado como o matriarcado, com isso, as mulheres negras escravizadas eram vistas como indivíduos sub-humanas, masculinizadas e irreais. Alguns aspectos corroboram para a visão distorcida que homens brancos patriarcais tiveram sobre elas, uma vez que a capacidade delas de realizar tarefas tradicionalmente atribuídas aos homens negros reforçava essa percepção. A autora ainda alega que os conceitos sexistas em que habilidades eram designadas pelo sexo, “de homem” e “de mulher” é que se norteia o matriarcado, visto que, as tarefas pertinentes a elas envolviam “cuidar de casa, cozinhar e educar as crianças”, assim como, as mulheres negras eram capazes de “aguentar o sofrimento, dor e privação”, até artifício que correspondia aos homens negros (hooks, 2020, p.122).

Essas interpretações acerca das mulheres negras foram idealizadas pelos homens brancos, a fim de comprovar os estereótipos, hooks (2020, p.122) afirma que “eles forçavam as mulheres a trabalhar em tarefas difíceis enquanto escravizados negros ficavam à toa”. Segundo hooks (2020), por mais que a elite branca estadunidense considerasse as mulheres negras de matriarcas, “jamais existiu matriarcado nos Estados Unidos”, com isso, o mito da mulher negra em um status patriarcal se enfraquece. Em face disso, Davis, citada por hooks (2020, p.123), afirma que “a designação de matriarca para a mulher negra é um equívoco cruel, porque ignora

os profundos traumas que mulher negra deve ter vivenciado quando precisou entregar sua gestação aos interesses econômicos alheios e predatórios”.

De certo modo, mesmo não ocorrendo o matriarcado dentro do território norte-americano, algumas mulheres negras estiveram dispostas a aceitar a teoria, pois se identificavam com o sistema, visto que, para elas haveriam um reconhecimento de sua contribuição para a estrutura familiar negra (hooks, 2020, p.135). Essas sutilezas, afirma hooks (2020), levaram as mulheres negras a aceitarem o título de matriarca, já que seus sentimentos estavam envoltos em reconhecimento, assim se sentiam privilegiadas. É preciso considerar a sagacidade do colonizador opressor, uma vez que, “distorciam a realidade dos colonizados de forma que estes aceitem conceitos que na verdade, fazem mais mal do que bem a eles” (hooks, 2020, p.136).

Assim, algumas mulheres negras assumiram um rótulo que enfraqueceu a sua imagem para a sociedade, o que contribui para uma permanência de mitos e estereótipos para a sua imagem como mulher negra. Por essa percepção é hooks (2020, p.121) reitera,

Todos os estereótipos utilizados para caracterizar as mulheres negras eram antimulher. Como a ideologia sexista foi aceita pelas pessoas negras, esses mitos e estereótipos com efeito ultrapassaram as fronteiras de classe e de raça e afetaram tanto a forma como mulheres negras eram percebidas por pessoas de sua própria raça quanto a percepção que tinham de si mesmas.

É possível observar a complexidade que se entrelaçam nos conceitos do sexismo e racismo direcionados às mulheres negras, diante dos sofrimentos e opressões que as cercam. Em virtude disso, presente nas sociedades patriarcais, as ideologias opressoras da desumanização, hipersexualização, desvalorização da feminilidade negra, assim como, o silenciamento dessas vozes, fizeram com que essas mulheres internalizassem estereótipos desumanizantes, levando a uma constante crise de identidade. Essas imposições abalam seu psicológico, resultando na aceitação de papéis subordinados, desvalorizados e silenciados.

Diante dos olhares negros, e cheios de representações históricas e sociais que estrutura o homem negro a olhar para mulher negra com moldes já determinados pelos seios sociais racistas e sexistas, é possível perceber como a subjetividade da mulher negra é constantemente violentada e invisibilizada. Contudo, o homem negro pode enxergar na mulher negra uma companheira que enfrenta as mesmas opressões raciais e desafios de sobrevivência em uma sociedade que desvaloriza ambos ou reproduzir as mesmas dinâmicas patriarcais de objetivação, desumanização, subordinação e estereótipos do corpo negro feminino, direcionados pelo colonizador branco.

Essa perspectiva complexa mostra como o homem negro pode se ver dividido entre a solidariedade racial e a manutenção das engrenagens patriarcais de poder. Dessa maneira, a visão do homem negro diante da mulher negra pode variar entre o reconhecimento da luta conjunta e a perpetuação das opressões de gênero. É fundamental destacar que o homem negro nunca ocupará os mesmos espaços que a mulher negra. As profundezas das diversas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres não serão experimentadas pelo homem negro, que deve compreender que não é seu lugar de fala, nem de sentimento, nem de luta (Ribeiro, 2017).

Diante disso, os estudos se concentrarão no homem negro que analisa a mulher negra, reconhecendo os espaços que ela consegue conquistar e as lutas que tem superado como formas de resistência contra o sistema machista e sexista de opressão. Além disso, serão abordadas as imposições rompidas sobre esse corpo feminino negro, frequentemente cercado de estereótipos deterministas, como forma de sobrevivência e resistência. Essa mulher negra, que transforma sua jornada em um caminho de escolhas, ainda enfrenta padrões e tradições que não lhe pertencem mais, repletos de lutas que ainda precisam ser vencidas.

A personagem Sula, da autora Toni Morrison, representa uma mulher negra que habita uma sociedade patriarcal, racista e sexista, carregando consigo as diversas imposições que recaem sobre ela, mas rompendo com essas estruturas. Além dela, outras personagens como Nel Wright, Eva Peace e Hannah Peace também serão examinadas sob a ótica do homem negro, que não busca perpetuar estereótipos, mas sim analisar essas figuras a partir de diferentes perspectivas.

No decorrer da narrativa de Morrison, Sula adota comportamentos que subvertem as noções estereotipadas da identidade da mulher negra, sobretudo em relação à sexualidade, nos quais podemos notar a utilização do discurso narrativo como instrumento de descolonização da figura da mulher negra. Essa abordagem literária não apenas desconstrói estereótipos, mas também oferece uma representação mais complexa e multifacetada da mulher negra, destacando suas vivências, desejos e resistências em um contexto marcado pela opressão de raça e gênero.

## 2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA MULHER NEGRA ESTADUNIDENSE

*A mulher de cor, então, não deve ser ignorada porque sua casca repousa nas águas silenciosas da enseada abrigada. Mesmo assim, ela observa os movimentos dos competidores e está ainda mais qualificada, talvez, para avaliar, julgar e aconselhar, porque não é ela mesma na emoção da corrida.*  
(Ana Julia Cooper)

No início do século XX, as mulheres negras nos Estados Unidos enfrentavam um desafio singular: sobreviver e prosperar em uma sociedade estruturada pela supremacia branca e pelo patriarcado. Apesar das barreiras impostas pelo racismo e sexismo, elas emergiram como líderes em suas comunidades, promovendo mudanças sociais e resistindo à opressão. Este capítulo explora intelectuais que discutiam as problemáticas do corpo negro em torno da supremacia branca. Assim, Anna Julia Cooper, Nannie Helen Burroughs, Ida B. Wells, bell hooks, Angela Davis e W.E.B. Du Bois discorrem sobre as vozes das mulheres negras, destacando suas contribuições para a luta por justiça e igualdade.

Ao traçar um panorama do contexto histórico dos Estados Unidos no século XX, período em que as mulheres negras enfrentaram diversas problemáticas relacionadas à sua identidade, sendo marcadas por múltiplas formas de violência, a proposta aqui é estabelecer uma conexão entre a história e a ficção. Considera-se que Toni Morrison, em *Sula*, aborda as experiências e os desafios enfrentados pelas mulheres negras desse período. Dessa forma, a análise se concentra em compreender as estratégias de resistência presentes na obra, bem como a maneira como as personagens são inseridas e afetadas por esse contexto sociopolítico.

### 2.1 Vozes silenciadas: a jornada da mulher negra estadunidense no século XX

O romance *Sula* foi publicado em 1973, mas é ambientado entre as décadas de 1920 e 1960. O início do século XX nos Estados Unidos foi marcado por desafios constantes para as mulheres negras, que enfrentavam uma dupla opressão: o racismo e o sexismo. Ser mulher, por si só, já carregava consigo estigmas enraizados na sociedade, mas ser uma mulher negra era ainda mais perturbador para os padrões preconceituosos da época. Nesse sentido, Du Bois (2021, p.15) relata que "o problema do século XX é o problema da linha de cor". As lutas enfrentadas por essas mulheres foram muitas, pois, além de combaterem o preconceito racial em uma sociedade profundamente racista, também precisaram lidar com a discriminação de gênero.

Deste modo, as forças determinantes para os movimentos feministas das mulheres negras estão justamente envoltas nas fragilidades relacionadas às mulheres brancas. Durante os séculos XIX e XX, as mulheres brancas acolheram as mulheres negras em seus movimentos e nas lutas pelas causas destinadas às mulheres. Contudo, as razões das mulheres afro-americanas estavam envolvidas em suas próprias experiências no combate à discriminação racial e ao sexismo, assim como questões da identidade racial.

Para a autora bell hooks (2015), o feminismo surgiu a partir de um seleto grupo de mulheres brancas, universitárias e de classe média alta, que estavam cansadas de serem apenas donas de casa, limitadas aos afazeres domésticos, como ir às compras, cuidar dos filhos e da casa. Essas mulheres ansiavam por mais e buscavam explorar o que a vida podia oferecer fora do âmbito do lar. É possível perceber vozes íntimas de mulheres brancas que queriam ser ouvidas; elas desejavam ser mais do que mães e donas de casa, almejando alcançar profissões e se libertar do trabalho doméstico que lhes era imposto.

Por essa perspectiva, as mulheres brancas de classe média buscavam ter acesso às mesmas profissões que os homens brancos. Contudo, essas mulheres, nesse primeiro momento, não olharam para as outras "necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar", ignorando a existência de todas as mulheres não brancas e das pobres, como afirma hooks (2015, p.194). A ausência de consciência por parte dessas mulheres brancas, que permaneceram restritas às suas próprias experiências, deveria ter sido superada por uma ampliação de perspectivas que considerasse as múltiplas fissuras da vida das mulheres nos Estados Unidos.

Diante dessa sociedade predominantemente branca, as mulheres afro-americanas encontravam-se em posições desfavorecidas. Por parte das feministas brancas, havia uma discriminação aberta contra as mulheres negras. A melanina mais clara de algumas afro-americanas fazia com que essas mulheres fossem mais aceitas pelas mulheres brancas, em detrimento daquelas com tons de pele mais escuros. Como afirma Terborg-Penn (1997, p.18, tradução nossa), “o grau de cor da pele também foi um fator na determinação da aceitabilidade de negros por brancos”<sup>2</sup>.

Além disso, os homens negros eram frequentemente mais valorizados pelas mulheres brancas do que as mulheres negras, o que se reflete no discurso de bell hooks (2020), ao afirmar que, dentro de uma hierarquia, a mulher negra ocupa uma posição inferior a todas as outras: o homem branco, a mulher branca e o homem negro.

---

<sup>2</sup> “Degree of skin color was also a factor in determining the acceptability of blacks by whites”.

As mulheres negras ocupavam e ainda hoje há resquícios dessa estrutura excludente, situando-se abaixo de qualquer outro grupo e carregando os fardos impostos pela opressão machista e sexista. Dessa forma, as mulheres negras, dentro da sociedade, acabam por não desempenhar nenhum papel de opressão em qualquer escala. Essa reflexão se evidencia no que propõe hooks (2015, p. 207-208), quando afirma que

[...] As mulheres brancas e os homens negros têm as duas condições. Podem agir como opressores ou ser oprimidos. Os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras.

Anular o corpo do outro em benefício próprio foi o objetivo dessas duas classes, considerando que o homem branco ocupa a posição de maior opressor na hierarquia social. A exploração do homem negro e da mulher branca serviu para reforçar a perpetuação da opressão de outros grupos, especialmente das mulheres negras. É com base nessa visão distorcida que mitos sobre as mulheres negras continuam a permear diversos âmbitos sociais, propagando uma imagem falsa sobre quem elas realmente são. A autora bell hooks (2015) destaca que a condição das mulheres negras está intrinsecamente ligada às imposições estruturais que as confinam a espaços socialmente determinados.

Estereótipos racistas da supermulher negra forte são mitos que atuam nas mentes de muitas mulheres brancas, que lhes permitem ignorar até que ponto as mulheres negras têm probabilidades de ser vitimizadas nesta sociedade, e o papel que as brancas podem cumprir na manutenção e perpetuação dessa vitimização. [...] (hooks, 2015, p.206).

A partir dessa conceituação, é possível perceber que o estereótipo da “mulher negra forte” é utilizado como um mito que desumaniza e mascara a vulnerabilidade e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras na sociedade. Esse estereótipo, embora aparentemente positivo por exaltar uma imagem de força e resiliência, funciona como um mecanismo opressor, ao tornar invisível as experiências de dor, exploração e vitimização que essas mulheres vivenciam.

Ao afirmar que tais mitos atuam nas mentes de muitas mulheres brancas, hooks (2015) destaca como essa percepção equivocada serve para justificar a negligência e a indiferença em relação às injustiças enfrentadas pelas mulheres negras. Ao enxergá-las apenas como figuras inabaláveis, as mulheres brancas muitas vezes ignoram as profundas desigualdades e violências estruturais que afetam as mulheres negras. Dessa forma, contribui-se para a perpetuação do

sistema de opressão, pois exime as mulheres brancas de reconhecerem o papel que desempenham na manutenção das hierarquias de poder e privilégio racial.

A autora ainda questiona os discursos e imagens que sustentam o racismo e o sexismo, mostrando como esses mitos operam para limitar as possibilidades de solidariedade interseccional. A superação dessa visão distorcida exige não apenas reconhecer as experiências das mulheres negras em sua totalidade, mas também a desconstrução dos elementos que permitem a perpetuação desses estereótipos.

Nas vias discriminatórias, as mulheres negras foram explicitamente excluídas da engrenagem social por muito tempo. À vista disso, no contexto histórico em que as mulheres negras buscavam direitos outrora negados a elas, destaca-se uma exclusão pertinente em sua maioria dos movimentos feministas brancos. Apesar de ambos os grupos lutarem por causas em comum, como o sufrágio, as evidências demonstram que as fragilidades vividas pelas mulheres brancas, como discriminação de gênero, situações agravantes no trabalho e na educação, não eram as mesmas enfrentadas pelas mulheres negras. Assim, Terborg-Penn (1997, p.21) afirma: “as mulheres brancas não tinham a necessidade de reivindicar a sua dignidade por meio de gritos nacionais de que eram devassas, imorais e socialmente inferiores”<sup>3</sup>.

As lutas das mulheres negras também estavam entrelaçadas com estereótipos, como afirma a autora: “devassas”. Esse estigma foi atribuído ao corpo da mulher negra em diversos lugares para onde os negros foram levados como escravizados pelos colonizadores, e a mulher afro-americana não estava livre dessa marca estampada em seu ser. Essas definições arbitrárias de superioridade branca cooperaram para a perpetuação de um sistema racista e sexista nos Estados Unidos, no qual as mulheres negras eram as principais vítimas.

É possível notar que, mesmo após o fim da escravização nos Estados Unidos, continuaram as diversas formas de exploração sexual das mulheres negras. Elas seguiram sendo retratadas como objetos sexuais, assumindo em seus corpos uma sexualidade diferente, tanto para os homens brancos quanto para os negros. Dessa forma, as mulheres negras eram personificadas como “más”, possuidoras de uma liberdade sexual distinta das mulheres brancas. Por isso, para Lerner (1972, p.163, tradução nossa),

[...] Foi criado um mito de que todas as mulheres negras estavam ansiosas por façanhas sexuais, voluntariamente "soltas" em sua moral e, portanto, não mereciam nenhuma das considerações e respeitos concedidos às mulheres brancas. Toda mulher negra era, por definição, uma vagabunda de acordo com essa mitologia racista;

---

<sup>3</sup> White women had no need to vindicate their dignity in the midst of national cries that they were wanton, immoral, and socially inferior.

portanto, agredi-la e explorá-la sexualmente não era repreensível e não carregava consigo nenhuma das sanções comunitárias normais contra tal comportamento<sup>4</sup>.

Segundo a autora, o racismo e o sexismo se entrelaçam na criação de mitos desumanizadores, utilizados como instrumentos de controle e exploração das mulheres negras. Lerner também discute a normalização dos abusos que as mulheres negras sofriam, destacando que o solo americano não estabeleceu leis para protegê-las, pois, para a sociedade da época, tais atos não eram considerados repreensíveis. Dentro dessa perspectiva, é evidente como o corpo da mulher branca era tratado com o respeito que merecia, enquanto o corpo da mulher negra não recebia o mesmo tratamento.

As evidências presentes na narrativa de Toni Morrison exploram questões mais complexas, revelando como a percepção da mulher negra é, muitas vezes, corrompida pela própria população negra. Nesse contexto, a personagem Sula é marginalizada e considerada indigna de companhia devido a traços de sua personalidade que não eram aceitos nem mesmo entre outras mulheres negras. Um exemplo disso é Helene Wright, que já nutria um julgamento negativo sobre Hannah Peace, mãe de Sula, por sua liberdade em se relacionar com homens sem se preocupar com os padrões sociais. Para Helene, esse comportamento era visto como impuro e inadequado. Esse desprezo direcionado a Hannah se estende à sua filha, Sula, que, desde cedo, carrega o peso das escolhas maternas. Esse julgamento fica evidente quando, na primeira visita de Sula à casa dos Wright, Helene altera sua percepção inicial: "Na primeira visita de Sula à casa dos Wright, o desprezo azedo de Helene se transformou em manteiga. A amiga da filha não parecia ter nem um pingo da frouxidão da mãe" (Morrison, 2020, p. 52).

É possível observar como o controle da sexualidade e do corpo da mulher negra está enraizado não apenas na opressão branca, mas também nas dinâmicas internas da própria comunidade negra, onde certos comportamentos são aceitos, enquanto outros são amplamente condenados de acordo com a moralidade dominante. O termo "frouxidão" evidencia a ideia de permissividade, especialmente em relação aos padrões impostos às mulheres negras, que frequentemente carregam consigo estereótipos negativos. Ao definir as mulheres negras como inerentemente "vagabundas", como afirma Lerner (1972), essa mitologia racista não apenas normalizava os abusos, mas também consolidava uma hierarquia social na qual a sexualidade das mulheres negras era controlada e explorada para atender aos interesses dos homens brancos.

---

<sup>4</sup> A myth was created that all black women were eager for sexual exploits, voluntarily "loose" in their morals and, therefore, deserved none of the consideration and respect granted to white women. Every black woman was, by definition, a slut according to this racist mythology; therefore, to assault her and exploit her sexually was not reprehensible and carried with it none of the normal communal sanctions against such behavior

Em contraste, as mulheres brancas eram protegidas e exaltadas como símbolos de pureza e virtude. Essa oposição reforçava as barreiras raciais e de gênero, perpetuando a desumanização das mulheres negras e assegurando o controle dos homens brancos sobre seus corpos.

Diante das experiências, essas mulheres de cor acabam por permanecer na posição de objetos de desigualdade e inferioridade dentro da hierarquia social. No contexto em que estavam inseridas, tanto as mulheres brancas quanto os homens negros contribuíram para a perpetuação de estereótipos que recaíam sobre o corpo feminino negro, amplamente sustentados pelos mitos criados e naturalizados pela supremacia branca. No entanto, a violência e a exploração sexual dessas mulheres representam práticas cruéis, desumanas e moralmente condenáveis. Esses corpos, marcados por uma história de violação e abuso, carregam as cicatrizes de uma herança construída ao longo do tempo, pautada na dor, no sofrimento, na desvalorização e na subjugação.

Nesse contexto, bell hooks (2020) destaca que, na última década do século XIX, as mulheres negras foram alvo de ataques misóginos, sendo retratadas como "bodes expiatórios racistas" e associadas a traços negativos, enquanto as mulheres brancas eram exaltadas como representantes de características positivas. A supremacia branca, no limiar do século XX, continuou perpetuando práticas racistas e sexistas contra as mulheres negras. Conforme bell hooks (2020, p. 285), essas práticas consistiam em "idealizar e elevar o status do grupo de mulheres brancas ao depreciar e degradar o grupo de mulheres negras".

Nesse sentido, Lerner (1972, p.167, tradução nossa) ressalta os contrastes presentes na visão distorcida acerca da condição das mulheres negras,

Uma mulher de cor, por mais respeitável que seja, é inferior à prostituta branca. A mulher branca do Sul declarará que nenhuma mulher negra é virtuosa, mas ela coloca seus filhos inocentes sob seus cuidados... Nenhuma quantidade de discussão alterará um fato, e é um fato que um grande número de mulheres negras são depravadas. [...] A imoralidade da mulher negra se mostra mais claramente do que a de sua irmã branca porque ela é pobre e ignorante<sup>5</sup>.

A cor da pele tornou-se um fator determinante na consolidação da distorção da imagem da mulher negra, que passou a ser cada vez mais caracterizada de forma negativa em comparação à mulher branca. Nesse processo, a sociedade reforçou narrativas cruéis e desumanizadoras, negando às mulheres negras qualquer virtude ou caráter. Além disso, essa

---

<sup>5</sup> A colored woman, however respectable, is lower than the white prostitute. The Southern white woman will declare that no Negro women are virtuous, yet she places her innocent children in their care.... No amount of discussion will alter a fact, and it is a fact that a very great number of Negro women are depraved. [...] The black woman's immorality shows more plainly than her white sister's because she is poor and ignorant.

estigmatização foi ampliada pelas interseções de classe, associando a pobreza à ignorância e justificando, sob a lógica da supremacia branca, os abusos e a exploração sistemática dessas mulheres. Lerner (1972), assim, alerta para os impactos duradouros desses estereótipos, que não apenas legitimaram a opressão, mas também continuam a influenciar a maneira como as mulheres negras são percebidas e tratadas na sociedade contemporânea.

## 2.2 Mulheres negras: diversidade e luta no Norte e Sul dos Estados Unidos

Nas primeiras décadas do século XX, período conhecido como pós-Emancipação, que se seguiu à Guerra Civil Americana, as mulheres negras dos Estados Unidos apresentavam diferenças significativas em suas experiências, particularmente entre aquelas residentes no Sul e no Norte do país. Como afirma Du Bois (2021), existem dois grupos de negros que representam tendências opostas, compromissos diferentes e lutas distintas. Essas diferenças manifestavam-se em diversos aspectos, como nas oportunidades econômicas disponíveis, nas condições de vida e nas distintas formas de discriminação que enfrentavam em seus respectivos contextos regionais.

No Sul, as mulheres negras estavam sujeitas a um racismo institucionalizado, presente nas leis de segregação racial Jim Crow<sup>6</sup>, que as marginalizavam de maneira sistemática, assim como todos os negros norte-americanos, homens, mulheres e crianças. Elas viviam em uma sociedade profundamente racista e segregada, o que as impunha a lutar não só contra o preconceito racial, mas também contra a falta de oportunidades econômicas e educacionais. A maioria estava envolvida em atividades agrícolas ou como empregadas domésticas, sendo muitas vezes forçadas a trabalhar em condições análogas à servidão, o que Davis (2016, p.122) considera um período crítico para a população preta, ao afirmar: “o terror e a violência obrigavam a mão de obra negra do Sul a aceitar pagamentos que pouco diferiam da escravidão e condições de trabalho frequentemente piores do que as do período escravagista”.

Enquanto no Norte, apesar de o racismo ainda ser uma realidade, as mulheres negras tinham mais acesso à educação e a oportunidades de trabalho, especialmente nas cidades industriais. Elas estavam empregadas principalmente em fábricas, escolas ou no setor de serviços urbanos, como lavanderias em hotéis. Embora enfrentassem discriminação racial e de gênero, as condições no Norte ofereciam maior liberdade em comparação com o Sul. “O Norte

---

<sup>6</sup> Conjunto de leis que formalizava a segregação racial no Sul dos Estados Unidos, impondo a separação entre brancos e negros em espaços e serviços públicos, como escolas e transportes, além de locais privados, como restaurantes. Essas leis vigoraram por quase um século, de 1876 a 1965.

parecia oferecer muita esperança em contraste com o desespero do Sul”<sup>7</sup> (Giddings, 2006, p.141, tradução nossa), e as mulheres negras encontravam espaços para se envolver em movimentos sociais e organizações que defendiam seus direitos.

No que se refere às experiências de racismo e sexismo vivenciadas pelas mulheres negras em diferentes contextos geográficos, observa-se que aquelas residentes no Sul dos Estados Unidos enfrentavam formas de opressão mais severas. Nesse cenário, o racismo era explícito e se manifestava tanto em atitudes sociais quanto em legislações e políticas públicas. O racismo no Sul era mais sistemático, profundamente enraizado nas estruturas institucionais e amplamente legitimado por práticas sociopolíticas da época. Para Lerner (1972, p.165-166),

O preconceito está aqui e em todo lugar, mas pode não se manifestar tão brutalmente quanto no Sul. O principal interesse no Norte parece estar centrado nos negócios, e é nos negócios que o preconceito racial se mostra mais forte. O principal interesse no Sul é a supremacia social; portanto, o preconceito se manifesta mais fortemente contra até mesmo uma abordagem imaginária ao contato social<sup>8</sup> (tradução nossa).

Conforme destaca Lerner (1972), o preconceito racial no Sul manifestava-se de forma brutal, feroz e desumana, evidenciando uma crueldade sistemática. Segundo Davis (2016, p.123), o racismo se alimenta de iniciativas imperialistas, o que contribuiu, na última década do século XIX, para o surgimento e consolidação do racismo moderno. Além disso, esse preconceito se intensificava nas dinâmicas econômicas e comerciais, áreas em que o Norte dos Estados Unidos também estava profundamente envolvido, contribuindo para a consolidação das desigualdades raciais em todo o país.

Diante disso, é possível observar que o preconceito racial está profundamente enraizado tanto nas estruturas sociais quanto nos sistemas econômicos. Nesse contexto, fica evidente que, apesar das diferenças regionais, a reprodução das desigualdades raciais se manifesta de maneira distinta no Norte e no Sul, moldando as formas de preconceito racial de acordo com as particularidades de cada região. Nesse sentido, Lerner (1972) discute como os polos Norte e Sul, respectivamente, se concentram na exclusão econômica, na manutenção da supremacia branca e na imposição de barreiras sociais.

Nessas esferas sociais, as mulheres negras foram profundamente impactadas pelas condições estruturais de cada região. Enquanto no Norte as mulheres sofriam desafios

<sup>7</sup> “the North seemed to offer so much hope in contrast to the South’s despair”

<sup>8</sup> Prejudice is here and everywhere, but it may not manifest itself so brutally as in the South. The chief interest in the North seems to be centered in business, and it is in business where race prejudice shows itself the strongest. The chief interest in the South is social supremacy; therefore, prejudice manifests itself most strongly against even an imaginary approach to social contact.

relacionados ao mercado de trabalho, dificultando o acesso aos postos de trabalho, assim como as oportunidades de ascensão profissional. É importante ressaltar que essas mulheres começaram a ocupar posições em oficinas e fábricas, deixando para trás os empregos domésticos (lavar, passar, cozinhar) que historicamente lhes foram destinados. Como afirma Giddings (2006), as mulheres negras do Norte começaram a atuar em diversos ramos trabalhistas, como policiais, trabalho social, farmácia e saúde pública. Contudo, essas mudanças não representaram uma superação completa das desigualdades, já que muitas dessas mulheres continuaram a enfrentar discriminação racial e de gênero, bem como limitações impostas pela segregação estrutural do mercado de trabalho, como afirma a autora:

Embora fosse verdade que as mulheres negras estavam deixando a cozinha e a lavanderia, elas fizeram isso apenas na mesma velocidade em que as mulheres brancas ascenderam na carreira. As mulheres negras encontraram empregos principalmente nos lugares deixados vagos pela transferência meninas húngaras, italianas e judias para as fábricas de munições, onde havia os salários mais altos <sup>9</sup> (Giddings, 2006, p. 143, tradução nossa).

As condições empregatícias que marcaram a trajetória das mulheres negras no Norte dos Estados Unidos permitiram que muitas delas ascendesse de posições historicamente marginalizadas, ocupando novos espaços na sociedade. Apesar dessas conquistas representarem avanços significativos, Giddings (2006) ainda ressalta um aspecto negativo dessa ascensão: os postos ocupados pelas mulheres negras eram, em grande parte, aqueles deixados por mulheres brancas de origem imigrante, como húngaras, italianas e judias, que haviam migrado para ocupações com melhores condições e salários. Nesse sentido, Harley (1997) destaca que a presença da população feminina negra se tornou essencial para preencher os empregos abandonados pelas mulheres brancas, perpetuando uma dinâmica de desigualdade e exploração no mercado de trabalho.

Por outro lado, no Sul, a luta das mulheres negras estava intimamente relacionada a luta pelos direitos civis, igualdade social, a resistência à segregação, e também barreiras no trabalho e na vida cotidiana. Nesse contexto, a supremacia racial estava mais fortemente enraizada, afetando diretamente as experiências dessas mulheres em suas lutas por dignidade e justiça.

Em um relato de cunho histórico, diversos incidentes severos marcaram a experiência das mulheres negras no contexto da sociedade sulista, é o que Giddings (2006, p.141, tradução nossa) evidencia:

---

<sup>9</sup> Although it was true that Black women were leaving the kitchen and laundry, they did so only as fast as White women made their way up the employment ladder. Black women found jobs primarily in those places left vacant by the shifting of Hungarian, Italian, and Jewish girls to the munitions plants, where higher pay was available.

Em Jackson, Mississippi, uma mulher negra, uma Sra. Green, deixou seu cargo de cozinheira para uma família branca quando seu marido, um carpinteiro, começou a ganhar dinheiro suficiente para sustentar os dois. No dia em que ela largou o emprego, ela saiu na varanda e viu uma viatura de patrulha parar na frente de sua casa. Dois policiais saíram e a informaram que se ela não voltasse a trabalhar, seria presa por vadiagem<sup>10</sup>.

Diante do texto, as mulheres negras, em muitos casos, foram obrigadas a trabalhar, mesmo quando isso não era absolutamente necessário. Por meio desses eventos, pode-se mostrar as desigualdades e as várias formas de opressão que essas mulheres enfrentaram, destacando o efeito do racismo e do sexismo, que eram parte das leis e instituições do Sul.

As vozes das mulheres negras do Sul eram frequentemente silenciadas, e as razões para a marginalização que enfrentavam estavam intrinsecamente ligadas às dinâmicas de poder em relação aos homens negros e às mulheres brancas. Embora essas mulheres estivessem profundamente envolvidas em suas comunidades, desempenhando papéis sociais significativos, a desigualdade de gênero dentro das próprias comunidades afro-americanas permanecia evidente, refletindo as complexas interseções entre raça, classe e gênero. De acordo com Lerner (1972), viver nos estados do Sul dos Estados Unidos como mulher negra significava estar submetida a condições severas de servidão, resultado de uma estrutura social e econômica profundamente opressiva. Essa estrutura limitava muito as chances de liberdade e autonomia, afetando as populações negras, especialmente as mulheres.

As mulheres negras do Norte também enfrentavam discriminação racial e de classe, embora de forma menos institucionalizada em comparação ao Sul. Conforme aponta Harley (1997), havia uma hostilidade evidente por parte dos nortistas em relação aos negros livres, manifestada na relutância em aceitar sua presença em espaços de trabalho, comunidades e igrejas. Essa postura evidencia as contradições internas do movimento feminista da época, no qual as demandas por igualdade muitas vezes ignoravam ou excluía as questões relacionadas à raça e à luta pela emancipação das mulheres negras.

O racismo no Norte apresentava-se de maneira mais sutil, e, em algumas localidades, era possível observar maior liberdade e mobilidade social para essas mulheres. No entanto, no que diz respeito ao sexismo, elas compartilhavam as mesmas opressões vivenciadas pelas mulheres negras do Sul, sendo frequentemente marginalizadas tanto pelos homens negros

---

<sup>10</sup> In Jackson, Mississippi, a Black woman, one Mrs. Green, quit her position as cook for a White family when her husband, a carpenter, began making enough money to support them both. The day she quit her job, she stepped out on her porch to see a patrol wagon pull up to the front of her house. Two policemen got out and informed her that if she did not return to work, she would be arrested for vagrancy. So Black women, it seems, found themselves being forced to work, even when they didn't have to.

quanto pelas mulheres brancas. Segundo Berry e Gross (2020), as mulheres negras têm uma relação complexa e contraditória com os Estados Unidos, sendo ao mesmo tempo marginalizadas e excluídas, enquanto suas experiências e identidades foram historicamente exploradas para fortalecer e sustentar a tirania branca.

Nesse contexto, tornava-se evidente que as mulheres negras do Norte enfrentavam desafios significativos no âmbito dos movimentos feministas. Elas encontravam grandes barreiras para serem aceitas, uma vez que as feministas brancas frequentemente ignoravam as interseções entre racismo e sexismo que moldavam a experiência das mulheres negras. Desta maneira, embora as mulheres brancas frequentemente abordassem a igualdade de gênero em seus discursos feministas, a maioria delas não defendia a igualdade racial. Segundo Giddings (2006), essas mulheres brancas não conseguiram superar o seu racismo e classismo, o que as impediu de compreender plenamente as especificidades das experiências vividas pelas mulheres negras.

A obra de Morrison (2020) retrata as experiências e desafios enfrentados pelas mulheres negras, evidenciando como cada uma lidou com suas vivências, saindo delas vitoriosa ou não. Ambientada no Norte, a narrativa expõe a constante luta dessas mulheres pela aceitação social ou pela ruptura com os modelos impostos pela supremacia branca. O contraste central reside na resistência desses corpos negros em busca do reconhecimento de sua identidade, ainda que por meio de lutas distintas. Isso se manifesta nas trajetórias das personagens Eva, Sula, Hannah, Helene e Nel, que, apesar de compartilharem a condição de mulheres negras, buscavam afirmações e caminhos diferentes.

Como dito anteriormente, há limitações dos movimentos feministas em reconhecer e incorporar as demandas específicas das mulheres negras em suas pautas. À vista disso, hooks (2020, p.198) discute sobre o feminismo diante do racismo,

Nos Estados Unidos, o status social das mulheres negras e brancas nunca foi o mesmo. No século XIX e no início do século XX, poucas, se é que alguma, semelhanças podiam ser encontradas entre as experiências de vida dos dois grupos de mulheres. Apesar de ambos estarem sujeitos à vitimização sexista, como vítimas de racismo, as mulheres negras eram submetidas a formas de opressão que nenhuma mulher branca precisou aguentar.

A comparação realizada pela autora evidencia os desafios enfrentados pelas mulheres negras no contexto social norte-americano. Embora ambas, mulheres brancas e negras, compartilhem a experiência de opressão sexista, apenas as mulheres negras possuem a vivência e a capacidade de descrever as opressões específicas relacionadas ao racismo. Conforme afirma

hooks (2020), nenhuma mulher branca teve que atravessar mares tão turbulentos quanto as mulheres negras no que diz respeito à discriminação racial.

As vozes das mulheres em *Sula* são marcadas por um constante movimento de discriminação e opressão. A obra evidencia a diversidade dessas experiências, refletindo distintas formas de enfrentamento e adaptação ao racismo e ao sexismo. Helene Wright, por exemplo, encontra-se aprisionada pelas normas sociais, submetendo-se às imposições da segregação racial e de gênero. Eva Peace, por sua vez, assume uma posição de liderança, carregando o peso de criar os filhos sem a presença paterna, o que a coloca em uma posição de vulnerabilidade. Nel Wright, ao optar pelo casamento, busca conformar-se aos moldes sociais, garantindo, assim, uma suposta estabilidade. Em contraposição, Sula Peace rompe com essas estruturas, recusando-se a se enquadrar nas expectativas impostas às mulheres negras da época. A narrativa de Morrison evidencia como essas mulheres ocupam espaços marcados pela dor e pela luta diante de uma sociedade branca que historicamente as marginaliza.

Desta forma, os movimentos impulsionados pelo imperialismo racial branco garantiram às mulheres brancas, apesar de também serem vítimas do sexismo, uma posição de privilégio, permitindo-lhes assumir um papel de opressoras tanto em suas interações com mulheres negras quanto com homens negros (hooks, 2020).

A expressão "formas de opressão que nenhuma mulher branca precisou aguentar" remete a práticas sociais e políticas específicas, como a escravidão, a segregação racial e a violência sistemática contra as mulheres negras, como os linchamentos e outras formas de repressão brutal. Além disso, a falta de oportunidades educacionais, de trabalho e a exclusão das mulheres negras da participação plena na sociedade eram obstáculos estruturais que dificultavam ainda mais a ascensão e a autonomia das mulheres negras.

No âmbito do ativismo local e comunitário no Sul dos Estados Unidos, as mulheres negras desempenhavam um papel central, envolvendo-se ativamente em iniciativas de apoio mútuo e educação. Para Berry e Gross (2020), as mulheres afro-americanas se apropriaram do sistema educacional como uma forma de servir às suas comunidades e também de fugir dos trabalhos mal remunerados. Muitas escolas foram fundadas e administradas por mulheres negras, entre elas Anna Julia Cooper e Nannie Helen Burroughs, que dedicaram suas vidas a educar gerações de estudantes negros e a servir às comunidades negras. Mesmo enfrentando o desafio de que o ensino era frequentemente visto como uma ocupação restrita à classe média, essas mulheres obtiveram êxito e trouxeram grandes recompensas para a educação dos negros no solo americano.

Com isso, as prioridades das mulheres negras estavam voltadas para o fortalecimento e o bem-estar de suas próprias comunidades, lutando por justiça social e pela melhoria das condições de vida nas localidades afro-americanas. Além disso, essas mulheres exerciam um papel fundamental em espaços como as igrejas, nas estruturas familiares e no campo da educação, ao mesmo tempo em que contribuíam significativamente para a preservação das tradições culturais afro-americanas. O que, para Berry e Gross (2020), essas mulheres, através da história, transitam e atravessam o tempo e o espaço — viagem, movimento, deslocamento e migração. Elas tornam-se ativas no decorrer da história, caminhando e navegando por espaços de reivindicação, transformação, visibilidade e poder. Assim, é possível compreender o papel fundamental delas na história social e política e seus impactos nas perspectivas de identidade e direitos civis.

No Norte, o ativismo das mulheres negras foi expressivo tanto no campo político quanto na organização de movimentos sociais e culturais. Seu envolvimento em instituições como a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP)<sup>11</sup> e em outras associações proporcionou uma importante plataforma para a defesa de direitos em âmbito nacional. Intelectuais e ativistas como Anna Julia Cooper e Ida B. Wells destacaram-se nesse contexto, desafiando ativamente o racismo e o sexismo, não apenas em suas comunidades locais, mas em todo o país, consolidando suas contribuições para a luta pela igualdade e justiça social.

Diante da busca por demandas que contrariam a desigualdade iminente no contexto norte-americano, é possível reconhecer o papel essencial desempenhado pelas mulheres negras nas lutas sociais, que destacam suas experiências. Nesse sentido, Davis (2018, p. 105) argumenta que a história negra do país, assim como em qualquer outro lugar, “sempre esteve impregnada de um espírito de resistência, um espírito ativista de protesto e transformação”. Portanto, as características dos movimentos sempre estiveram pautadas na resistência a qualquer tipo de opressão, mesmo considerando os séculos de lutas travadas para alcançar a libertação de todas as pessoas.

Por meio de um passado ferrenho, de constante dor e lutas que pareciam intermináveis, é que Davis (2018, p.108) afirma

---

<sup>11</sup> A Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP, na sigla em inglês) é uma das organizações de direitos civis mais antigas e influentes dos Estados Unidos. Criada em 1909, a NAACP nasceu como uma reação à violência racial e à discriminação sistêmica enfrentadas pela população negra, intensificadas pelo aumento dos linchamentos no início do século XX. A missão central da organização é combater o racismo, promover a igualdade de direitos e eliminar as barreiras sociais, políticas, econômicas e educacionais que afetam tanto os negros quanto outros grupos marginalizados.

Esses movimentos não teriam sido necessários – não teria sido necessário criar um movimento pela liberdade negra em meados do século XX – se a escravidão tivesse sido completamente abolida no século XIX [...] A população negra teria usufruído de cidadania plena e igualitária, não teria sido necessário criar um novo movimento.

Assim, a população negra, caso tivesse alcançado cidadania plena e igualitária desde então, não precisaria mobilizar-se novamente para reivindicar direitos fundamentais direcionados a qualquer pessoa. Mesmo com as lacunas deixadas pela abolição incompleta no século XIX, a população negra — composta por homens, mulheres e crianças —, sobretudo as mulheres negras, encontrou nos movimentos sociais um meio indispensável para enfrentar as desigualdades e reivindicar seus direitos. Esses movimentos se tornaram marcantes na história do país. Como ressalta Davis (2018, p. 106), “a história negra é verdadeiramente a história dos Estados Unidos, mas é também a história mundial”.

As mulheres negras do Sul e do Norte viviam realidades distintas no início do século XX, mas ambas enfrentavam desafios significativos decorrentes do racismo e do sexismo. De acordo com Davis (2016, p. 75), as lutas no Sul estavam envoltas na escravização da população negra, enquanto no Norte, as mulheres enfrentavam a exploração econômica da mão de obra, assim como a opressão social. À vista disso, no Sul, suas lutas eram frequentemente voltadas para a sobrevivência e para a resistência à opressão cotidiana, enquanto, no Norte, essas lutas se manifestavam de forma mais visível por meio de movimentos políticos e culturais, com as mulheres negras desempenhando papéis de destaque em organizações e protestos contra a discriminação racial.

### 2.3 Caminhos de resistência: o legado da mulher negra na luta por justiça e direitos

A história das mulheres negras norte-americanas no século XX foi marcada por lutas contínuas, entre elas, a opressão racial, de gênero e de classe, assim como por sua liderança em movimentos sociais, políticos e culturais que modificaram o solo americano, uma vez que, historicamente, essas mulheres foram silenciadas. Suas experiências e vivências foram marcadas por desafios estruturais, mas também por estratégias de enfrentamento que reafirmaram seu protagonismo. Nesse sentido, compreender o legado dessas mulheres é essencial para reconhecer a profundidade de suas contribuições e a continuidade de suas lutas ao longo do tempo.

Essas mulheres negras enfrentavam constantes embates sociais a fim de superar sua marginalização, por serem mulheres em uma sociedade patriarcal, negras em uma sociedade racista e, muitas vezes, pobres em um sistema capitalista desigual. Mesmo assim, pode-se dizer que elas emergiram como resistência, fortalecendo sua imagem contra a opressão e estabelecendo-se em torno de demandas como direitos civis, igualdade de gênero, educação e trabalho. Essas mulheres negras, como afirma Giddings (2006, p. 135, tradução nossa), “defenderam a raça quando ninguém mais o fez”<sup>12</sup>, nem mesmo os seus próprios homens lutaram por suas causas.

No contexto histórico norte-americano, as lutas das mulheres negras por justiça social, igualdade racial e direitos civis foram extremamente significativas, mas frequentemente negligenciadas. Apesar de suas contribuições históricas e de suas atuações essenciais para a coletividade das mulheres negras, elas foram, em diversas ocasiões, marginalizadas tanto nas narrativas dos movimentos pelos direitos civis, liderados majoritariamente por homens negros, quanto nos movimentos feministas, dominados por mulheres brancas.

Nos movimentos pelos direitos civis no século XX, as mulheres negras desempenharam papéis fundamentais. Suas lutas e conquistas levaram à organização de protestos, redes de apoio comunitário e marchas, desafiando de forma estratégica as normas sociais impostas pelo sistema americano. De acordo com Davis (2016), o Estado não possuía o poder de impedir as mulheres negras de mobilizarem-se em prol das questões de igualdade e liberdade. A autora caracteriza esse movimento como “embrionário”, destacando seu estágio inicial, mas com amplo apoio da população negra. Além disso, Davis enfatiza que tais lutas não poderiam ser excluídas da esfera pública estadunidense, uma vez que representavam um componente essencial para a transformação social e para a inclusão de vozes historicamente marginalizadas no debate público.

As vozes dessas mulheres negras foram emblemáticas, e figuras como Rosa Parks, Dorothy Height e Fannie Lou Hamer, entre tantas outras, desempenharam papéis essenciais como ativistas, educadoras e estrategistas políticas. Suas contribuições foram cruciais para a construção de alianças entre comunidades, promovendo formas de resistência não violentas. Contudo, apesar de seu protagonismo, suas narrativas frequentemente foram ofuscadas por líderes masculinos mais visíveis, como Martin Luther King Jr. e Malcolm X. Como afirma Davis (2018, p 55), “No passado as lutas pela liberdade eram vistas como masculinas. A

---

<sup>12</sup> “They had defended the race when no one else had”.

liberdade para o povo negro era equivalente à liberdade para o homem negro, e, ao observar Malcolm X e várias outras personalidades, você percebe isso constantemente”.

A autora aponta para uma dinâmica de gênero dentro do próprio movimento, na qual as lideranças masculinas, apesar das contribuições significativas das mulheres, acabavam relegando-as à invisibilidade. Embora essas personalidades masculinas tenham exercido um papel fundamental para o movimento, seus discursos não abordavam de maneira explícita as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras. Mesmo com seu envolvimento crucial, essas mulheres eram frequentemente confinadas a papéis secundários nas narrativas dominantes, resultando na marginalização de suas experiências e contribuições. A crítica que Davis (2018) propõe é justamente para que essas vozes ecoem e que suas particularidades sejam incorporadas às lutas maiores por justiça e igualdade.

As vozes dessas mulheres negras foram tornadas invisíveis, e seus corpos precisaram enfrentar múltiplas opressões: por serem negras, eram alvo do racismo; e por serem mulheres, sofriam na pele o machismo e a exclusão de espaços de poder, tanto nos movimentos feministas dominados por mulheres brancas quanto nas lutas raciais dominadas por homens negros. No entanto, essa dupla opressão não as impediu de exercer um papel transformador, como afirmam Berry e Gross (2020, p.3):

ESCREVER UMA HISTÓRIA sobre os Estados Unidos da perspectiva das mulheres negras é traçar um curso onde o incrível, o fantástico e o triunfante se encontram, se misturam e se misturam, muitas vezes simultaneamente, com dificuldades e terror. Embora desafie amplamente a uniformidade, a história das mulheres afro-americanas é marcada pelas maneiras como marchamos adiante, contra todas as probabilidades, para efetuar mudanças sustentadas, individualmente, localmente e nacionalmente<sup>13</sup>.

Em vez de se submeterem à marginalização, as mulheres negras buscaram maneiras de lutar tanto pela igualdade racial quanto pelos direitos das mulheres, muitas vezes criando suas próprias organizações e movimentos. Um exemplo importante disso foi o *National Council of Negro Women* (Conselho Nacional das Mulheres Negras), liderado por Dorothy Height, que se tornou um espaço essencial para a promoção dos direitos das mulheres negras.

O início do século XX foi marcado por uma ferramenta crucial: a educação, que proporcionou às mulheres negras mobilidade social, tornando-se também um símbolo de resistência e liderança. Essas mulheres perceberam a educação como um caminho para a

---

<sup>13</sup> TO WRITE A HISTORY about the United States from the perspective of Black women is to chart a course where the incredible, the fantastic, and the triumphant meet, mix, and mingle, often simultaneously, with hardship, and terror. Although it largely defies uniformity, African American women's history is marked by the ways that we have marched forward, against all odds, to effect sustained change, individually, locally, and nationally.

liberdade e ascensão social, um escape para os ditames sociais. A busca por essa ferramenta, como forma de progresso, está diretamente conectada à resistência e à luta pela visibilidade da mulher negra.

Segundo W.E.B. Du Bois (2021), o sistema conspirou constantemente para excluir os negros dos centros educacionais, uma vez que a segregação racial contribuiu para a precarização da educação nos Estados Unidos. As leis estabelecidas pela Suprema Corte mascaravam as desigualdades econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que reforçavam a discriminação racial. As escolas destinadas às crianças negras recebiam menos recursos, ofereciam acomodações precárias, dispunham de materiais escassos e proporcionavam menos oportunidades educacionais.

As imposições sociais reverberam sobre preconceitos evidentes, como afirma Du Bois (2021, p. 27): “para que precisamos de educação se nossa obrigação se resume a cozinhar e servir?”. Para o branco, o negro deve ocupar um lugar subalterno, e seus parâmetros jamais igualariam o negro a ele; assim, cabe ao negro entender que seu lugar será sempre o de subordinação e subserviência ao branco. Contudo, o autor discorre sobre o verdadeiro princípio social, ao afirmar que “os meninos negros necessitam de educação tanto quanto os brancos” (p. 78). A defesa de Du Bois é justamente a de um acesso igualitário, com as mesmas oportunidades de aprendizagem, para que, assim, seja possível a superação do racismo institucionalizado.

O autor enfatiza a importância da educação como um meio fundamental para alcançar a dignidade humana, destacando que ela é um direito universal, e não um privilégio condicionado à raça ou classe social. A negação de uma educação de qualidade aos negros pela supremacia branca resulta na ideia de controle da informação, mantendo-os em um estado de ignorância, desinformação e privação do conhecimento, o que se configura como uma forma de opressão. Conforme apontado por Neverdon-Morton (1997, p. 55, tradução nossa), “a falta de educação era a raiz de muitos problemas e males para os negros”<sup>14</sup>.

Ao longo de sua história, as mulheres negras lutaram incansavelmente por suas comunidades, pelas crianças e por um futuro mais justo. Elas se manifestaram contra as desigualdades presentes na estrutura educacional. Um exemplo notável foi o movimento liderado por mulheres negras, conhecido como *Neighborhood Union*, que se dedicava a buscar melhores condições para as escolas destinadas às crianças negras. Apesar de ser um instrumento bem-sucedido para essas mulheres, o movimento enfrentava limitações significativas, especialmente porque “os maiores problemas e fracassos ocorreram quando essas mulheres

---

<sup>14</sup> “The lack of education was the roost of many problems and evils for blanks”.

desafiaram os brancos a fornecer melhorias educacionais”<sup>15</sup> (Neverdon-Morton, 1997, p. 47, tradução nossa).

É importante salientar que, apesar de os brancos terem sido um desanimador para a educação dos negros, Davis (2016, p. 110) assegura que “os exemplos mais marcantes de sororidade que as mulheres brancas tinham em relação às mulheres negras estão associados à histórica luta do povo negro por educação”. O gesto dessas mulheres torna-se significativo, uma vez que algumas mulheres brancas se arriscavam para transmitir qualquer tipo de conhecimento às meninas negras. No entanto, tais gestos não foram suficientes para destruir a cadeia opressora que delimitava o negro a ter acesso à educação.

Portanto, existiam barreiras impostas pelos brancos que nunca priorizavam as questões relacionadas ao sistema educacional das crianças negras. Dessa forma, apesar das conquistas alcançadas em termos de espaço, direitos e igualdade, essas vitórias eram constantemente limitadas. De acordo com Du Bois (2021, p. 78), as desigualdades, o preconceito, as injustiças e as opressões foram alimentadas por séculos no seio da sociedade norte-americana. Esses padrões enraizados ao longo dos anos não desaparecem simplesmente “com o soar de uma trombeta”. Du Bois (2021) ainda argumenta que o respeito por um povo não é conquistado por meio de sua própria desvalorização ou ridicularização, mas pela afirmação de sua dignidade e potencial.

A educação, nesse contexto, desempenhou um papel fundamental ao abrir caminhos que fortaleceram a imagem da mulher negra em suas respectivas comunidades. Dessa forma, as mulheres negras se consolidaram como pilares essenciais dentro desses espaços, contribuindo significativamente para o desenvolvimento e resistência de suas comunidades.

Para a personagem Sula, que deixa sua casa em busca de conhecimento, a obra ressalta a importância dos estudos. Dentre tantas mulheres negras daquela localidade, Sula decide sair e cursar o ensino superior como forma de ascensão intelectual. Morrison (2020, p. 118-121) destaca essa escolha quando a personagem afirma: “Eu fiz faculdade, Nellie. Nada de boates no campus” e “Bom, eu fiz faculdade com uma parte”. Essa decisão contribui para que Sula se diferencie das outras mulheres do Fundão. Além disso, a sua trajetória acadêmica foi parcialmente financiada por Eva Peace, a matriarca da família, evidenciando certos privilégios que a personagem possui em comparação com outras jovens da comunidade.

A ida dessas mulheres para essas localidades de ensino possibilitou uma nova forma de reconhecimento e representação dessas mulheres na sociedade. Segundo Giddings (2006, p.

---

<sup>15</sup> “The greatest problems and failures occurred When the women challenged whites to provide educational improvements”

136), à medida que os movimentos sociais nos quais as mulheres negras estavam envolvidas foram quebrando os estereótipos sobre elas, “essas mulheres também emergiram sob uma nova luz”, assim como, após reconhecerem sua própria condição social, se tornaram suficientemente conscientes e capacitadas para promover e implementar mudanças significativas em sua realidade (Neverdon-Morton, 1997). As iniciativas das mulheres negras tiveram desdobramentos positivos, de acordo a autora,

As mulheres negras durante o período de 1895-1925 foram forças positivas para a mudança. Embora geralmente aceitassem os papéis definidos para elas pela sociedade em geral e pelos homens negros, as mulheres negras, insatisfeitas com as condições prevaletentes no Sul, iniciaram com sucesso programas e clubes que não apenas forneciam serviços para as massas, mas também permitiam que mulheres negras educadas promovessem seus objetivos educacionais<sup>16</sup> (Neverdon-Morton, 1997, p.57, tradução nossa).

O apagamento histórico promovido pelo sistema opressor, racista, machista e patriarcal desvaloriza a liderança feminina negra, subalternizando sua imagem e impondo-lhe papéis auxiliares, enquanto engrandece as figuras masculinas como símbolos do movimento. A invisibilização das mulheres negras está enraizada nas estruturas sociais e culturais, que exaltam as narrativas masculinas e brancas.

Nos moldes do feminismo, e como ele cooperou para uma estrutura de avanço e conquistas das mulheres em diversos locais do mundo, hooks (2015, p.193) problematiza o teor das direções que tomaram o movimento feminista branco, ao desconstruir,

Nos Estados Unidos, o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente – as que são impotentes para mudar sua condição na vida. Estas são a maioria silenciosa. Uma marca de sua condição de vítimas é que o fato de aceitarem sua sina na vida sem questionamento visível, sem protesto organizado, sem fúria ou raiva coletivas.

O feminismo negro foi um instrumento para essas mulheres negras que tornou sinônimo de luta, que em sua engrenagem fomentou uma base teórica que articulou a sua própria forma de ver o feminismo. Durante o final do século XX, mulheres negras buscaram nessa ferramenta responder as suas experiências de opressão, classe, raça e de gênero. Tanto que bell hooks e Angela Davis criticam o feminino branco tradicional, que, em suas raízes, ignoravam as

---

<sup>16</sup> Black women during the period 1895-1925 were positive forces for change. Although generally accepting the roles defined for them by the larger society and by black men, black women, dissatisfied with prevailing conditions in the South, successfully initiated programs and clubs which not only provided services for the masses but also enabled educated black women to further their educational goals.

questões raciais, assim como os movimentos dos direitos civis liderados por homens negros, que negligenciavam as abordagens do gênero.

Os debates em torno do movimento feminista destacavam críticas sobre sua composição predominantemente branca, burguesa e de classe média, de acordo com Davis (2018, p.92):

Em alguns sentidos, a luta pelos direitos das mulheres foi ideologicamente definida como uma luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, expulsando mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria “mulher”.

A autora discorre acerca da exclusão e invisibilização das mulheres negras, assim como outras minorias étnicas, e também das questões específicas que atravessavam suas experiências. À vista disso, hooks (2015, p. 195) reflete sobre as perspectivas que evidenciam o preconceito de raça e classe: “O racismo abunda nos textos feministas brancos, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente, cruzando fronteiras étnicas e raciais.” É possível enxergar a ausência de solidariedade interseccional do feminismo branco, as experiências das mulheres negras dentro do movimento feminista não eram vistas, as suas vozes eram marginalizadas, seu corpo sob opressão, não existia igualdade de gênero, nem ao menos inclusão por parte das mulheres brancas.

Ao abordar a ausência de um enquadramento interseccional explícito, é importante ressaltar que a obra *Sula* explora o impacto do racismo e do sexismo na vida das mulheres negras. No entanto, as experiências das personagens não são sempre analisadas por meio de um viés interseccional no sentido acadêmico do termo, conforme proposto por Kimberlé Crenshaw.

Diante de uma definição genérica do termo interseccionalidade, como acentua Collins e Bilge (2020, p.17):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Portanto, o termo propõe compreender essas camadas de forma separada e, ao mesmo tempo, inter-relacionada, considerando como suas experiências e vivências se moldam mutuamente, conforme afirmam as autoras Collins e Bilge (2020). As trajetórias das personagens em *Sula* não deixam essa abordagem explícita, o que não significa que as

interações entre raça, gênero e outras formas de opressão sejam ignoradas. Dessa forma, Morrison constrói uma história que permite múltiplas leituras sobre essas camadas, mesmo sem nomeá-las diretamente, ainda que a narrativa sugira como Sula desafia as normas heteronormativas.

Ao retornar aos conceitos do feminismo, a crítica de Davis (2018) busca enfatizar que o feminismo vai além das fronteiras raciais e étnicas. Sua preocupação é evidenciar a busca por uma conexão entre mulheres de origens diferentes. Para hooks (2019), o feminismo deve ser um movimento inclusivo, buscando a união entre mulheres negras e brancas, para que, assim, se desafiem as opressões que as afetam de maneiras distintas. Davis (2018) acrescenta que o feminismo não deve ser restrito às mulheres, independentemente de sua etnia, mas sim abraçado por pessoas de todos os gêneros, consolidando-se como uma abordagem inclusiva e universal.

As lutas por igualdade e direitos devem ser analisadas e discutidas de maneira universal, reconhecendo que qualquer avanço significativo em movimentos sociais exige a consideração interseccional de gênero, sexualidade, classe e nacionalidade. Desse modo, “os movimentos feministas e outros são mais poderosos quando começam a afetar a visão e a perspectiva daquelas pessoas que não necessariamente se associam a eles” (Davis, 2018, p. 55). Portanto, um movimento social consegue mobilizar, educar e sensibilizar indivíduos que, a princípio, não se identificam diretamente com suas causas. Ele amplia significativamente seu alcance e efetividade, tornando-se mais capaz de promover transformações sociais e culturais abrangentes.

No caso do feminismo, a conscientização de indivíduos de outros gêneros, bem como de diferentes status sociais, contribui para ampliar o alcance das reivindicações por igualdade e justiça, promovendo mudanças significativas nas estruturas sociais e culturais. Dessa forma, a autora defende que o movimento feminista deve se comunicar de maneira inclusiva, com o objetivo de sensibilizar diversos grupos em relação à causa das mulheres.

O progresso da mulher negra norte-americana no século XX traz uma representatividade impactante e, ao mesmo tempo, responde ao processo de invisibilidade histórica a ela atribuído por um sistema opressor que subalternizava sua imagem. Por meio de luta e ativismo, essas mulheres negras quebraram, romperam e cruzaram as barreiras do silêncio imposto pela sociedade, tornando-se figuras emblemáticas e, ao mesmo tempo, opondo-se às narrativas dominantes que haviam sido construídas sobre seus corpos negros.

Essas mulheres não apenas desafiaram os estereótipos raciais e sexistas, mas também desempenharam um papel importante na criação de novas formas de representação que mostravam sua identidade, resistência e contribuição para a sociedade. De acordo com Berry e

Gross (2020), as mulheres afro-americanas desenvolveram e implementaram de forma notável diversas estratégias sociais e políticas para enfrentar o racismo e redefinir os conceitos de liberdade e cidadania americana, contribuindo de forma significativa para a transformação das comunidades negras através da resistência contra a tirania racista e sexista.

Ao longo do século XX, as mulheres negras não só se destacaram como líderes nas áreas política, social e cultural, mas também compartilharam uma experiência única, marcada pela combinação de racismo e sexismo. Essas mulheres enfrentaram de forma recorrente contextos de opressão estrutural e social, que limitaram suas possibilidades de autonomia e reconhecimento, reforçando desigualdades e obstáculos em diversas esferas de suas vidas.

Mas as mulheres negras podem ter sido o único grupo na América capaz de ver não apenas a degradação, mas o triunfo de transcender o que o sistema faria delas. Em suas mentes, a experiência da escravidão forneceu evidências da força moral e resiliência da mulher negra. Apesar de um sistema que fez a mulher negra submeter seu corpo a uma crueldade muito diversa e terrível para mencionar<sup>17</sup> (Giddings, 2006, p.87, tradução nossa).

As mulheres negras se destacaram como um grupo que, apesar de subjugado, foi capaz de transcender as adversidades impostas pelo sistema opressor. Assim, Giddings discorre sobre como a experiência da escravidão, embora marcada por crueldades extremas e formas de tortura tão diversas e terríveis que muitas vezes desafiam qualquer descrição detalhada, tornou-se também um instrumento de sua força moral e resiliência, evidenciando sua capacidade de superar a degradação e reivindicar dignidade e protagonismo.

Contudo, é importante salientar que a ascensão da mulher negra ao longo do século XX não foi apenas um movimento de afirmação individual ou coletiva, mas um rompimento na busca por abalar as estruturas da supremacia branca e das opressões sexistas que construíram narrativas históricas distorcidas sobre sua imagem. Segundo Berry e Gross (2020, p. 8, tradução nossa), a trajetória das mulheres negras norte-americanas “é ampla, bela, emocionante, assombrosa e crucial para entender a nação”<sup>18</sup>. A existência dessas mulheres testemunha um caminho de resistência aos muitos ditames sociais de opressão e às lutas travadas. Dessa forma, abriram caminhos para a compreensão de que suas histórias são parte essencial da história americana, assim como da história mundial.

---

<sup>17</sup> But Black women may have been the only group in America able to see not only the degradation but the triumph of transcending what the system would make of them. In their minds, the experience of slavery provided evidence of the Black woman's moral strength and resiliency. Despite a system that made the Black woman submit her body to a cruelty too diverse and appalling to mention.

<sup>18</sup> “is broad, beautiful, exciting, haunting, and crucial to understanding the nation”.

### 3 AS SINGULARIDADES DA LITERATURA NEGRA FEMININA E SUAS NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA

#### 3.1 A literatura: o objeto de pesquisa

A literatura não existe no mundo de forma neutra ou meramente estética. Ela tem se constituído como um dispositivo de construção e desconstrução de estruturas sociais, históricas e econômicas, promovendo ressignificações necessárias para a compreensão e transformação do mundo. Segundo Nascimento (2012), a literatura só alcança plenamente sua função quando é capaz de despertar emoções e sentimentos no leitor, pois é por meio dessa vivência sensível que ela contribui para uma existência mais significativa e enriquecedora. Analisar a obra literária apenas como um exercício isolado não contribui efetivamente para o debate crítico. Os estudos literários, ao contrário, atravessam os limites da interpretação tradicional, desafiando e ampliando os paradigmas estabelecidos no campo da leitura e da análise textual.

A literatura não existe nem nunca existiu no vácuo. Ela pode tomar corpo em um contexto histórico específico e, se consegue sobreviver a ele e falar a tempos futuros, não é porque o repudiou em nome de algum valor transcendente e atemporal, mas, pelo contrário, porque conseguiu trazer em si aquilo que era decisivo e ainda toca o presente, por maiores que sejam as mediações necessárias para tanto (Durão, 2020, p. 15).

Nesse sentido, Durão (2020) destaca que “a literatura não existe nem nunca existiu no vácuo”. Pelo contrário, ela emerge de um contexto histórico específico e, quando ultrapassa esse tempo e espaço, não o faz por renunciar sua origem, mas por transportar consigo dados categóricos que ainda reverberam no presente. Dessa forma, o texto literário é capaz de disseminar luz sobre experiências humanas que conservam-se latentes, mesmo após décadas ou séculos, reafirmando sua potência crítica e transformadora.

Esse diálogo é fundamental para a análise de obras como *Sula*, de Toni Morrison, cuja narrativa dá forma à experiência de mulheres negras em um contexto social marcado por opressões de raça, classe e gênero. Por meio de personagens como Sula, Nel, Eva, Helene e Hannah, Morrison constrói uma trama narrativa que desafia o silenciamento histórico atribuído às mulheres negras, demonstrando complexidades identitárias e afetuosas que continuam como temas urgentes ainda hoje.

Assim, pode-se compreender *Sula* indo além de uma leitura estética ou simplesmente formalista, esse texto literário exige um olhar cauteloso às camadas históricas e sociais que abarcam a obra. A literatura, nesse contexto, não se torna somente uma arte da palavra, mas um

campo amplo de disputa simbólica e política em que vozes marginalizadas podem ser ouvidas, reconhecidas, reimaginadas e ressignificadas. Ao considerar que as escolhas feitas por um escritor para compor uma obra caracterizam a sua voz autoral, como afirma Nascimento (2012), é possível perceber que, em obras como as de Toni Morrison, a assimilação desse tom evidencia muito acerca de sua visão de mundo. Através de suas narrativas marcadas por experiências negras e femininas, Morrison estabelece uma harmonia entre sua escrita e as complexidades dos relacionamentos humanos, permitindo ao leitor compreender aspectos profundos de sua perspectiva social, histórica e afetiva.

Segundo Nascimento (2012, p.94),

Sua voz autoral humanizadora é, potencialmente, formadora de indivíduos mais humanos. A escrita de Morrison vai contra a tradição da literatura de origem eurocêntrica que favorecia e colocava em ordem hierárquica de superioridade o homem branco de origem europeia e menosprezava os grupos por eles submetidos.

A voz autoral de Toni Morrison assume um papel humanizador e transformador, ao romper com a tradição eurocêntrica da literatura e dar centralidade às experiências de grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres negras. Morrison propõe, através de suas personagens e enredos, uma reconstrução do olhar sobre os afetos, os traumas e as identidades negras, contribuindo para a formação de leitores mais sensíveis e conscientes diante das experiências sociais que atravessam o sujeito negro. Assim, sua literatura não apenas representa um texto escrito, mas transforma a maneira como lemos, sentimos e nos posicionamos frente às complexidades da existência negra.

Para Durão (2020, p.15-16), a literatura transpõe diferentes contornos e espaços de circulação,

A literatura já se deu por meio de transmissão oral e coletiva do mito, já foi parte constitutiva dos rituais religiosos, já participou da vida na corte, misturando-se com a política e a diversão; já alimentou as conversas dos salões, as discussões nos cafés e as polêmicas nas revistas e jornais; no século XIX, firmou-se no ambiente escolar e, no século XX, foi acolhida no sistema universitário.

O percurso da literatura por múltiplos espaços conferiu a ela uma função própria: a de explicar traços determinantes da experiência humana, como “explicar a estruturação do universo, sustentar a religião, contribuir para o ensino, promover um aprimoramento moral ou simplesmente mostrar o belo de si” (Durão, 2020, p. 16). Essas peculiaridades atribuem à literatura tanto competências quanto limites, o que impacta diretamente o campo da pesquisa literária.

Dentro desse percurso, *Sula* representa um marco da presença da mulher negra na literatura estadunidense, ocupando um espaço que por muito tempo lhe foi interdito. A obra de Toni Morrison não apenas insere essas vozes no cenário literário, como também as posiciona no centro da narrativa, destruindo construções estereotipadas e propondo novos modos de existir, resistir e narrar. É nesse lugar de deslocamento e reconfiguração que a literatura encontra seu potencial político, ao confrontar silêncios, recuperar lembranças e pressionar estruturas históricas de exclusão.

Ao abordar o estudo da literatura, é essencial considerar reflexões específicas sobre o tema. Souza (2019) propõe uma investigação acerca da Teoria da Literatura e, já em seus primeiros ensaios, levanta a pergunta fundamental: “o que é literatura?”. Na perspectiva do autor, é possível conceber uma literatura que envolva termos técnicos, conceitos e definições teóricas. Além disso, como destaca Souza (2018, p. 11), “fazer da literatura um objeto de questionamento ou problematização – implica a construção de uma teoria”.

Utilizar a literatura como fonte de pesquisa implica situar-se em uma perspectiva distinta daquela voltada apenas à sua apreciação estética. Essa diferença, como observa Durão (2015, p. 380), pode gerar uma aparente contradição no âmbito da pesquisa literária: “pretender usar a literatura como fonte de pesquisa é estar dentro de uma condição diferente de estimá-la ou apreciá-la”. Para Nascimento (2012, p.51) “falar sobre literatura formalmente, sem nem mesmo ter experimentado o seu potencial transformador, se torna um discurso vazio”, essa afirmação evidencia que o estudo da literatura, deve ir além da análise textual e teórica, exigindo uma imersão nas experiências e nas transformações que a literatura pode provocar tanto nos indivíduos quanto na sociedade.

Nascimento (2021, p. 50) reforça essa perspectiva ao afirmar que “a literatura não é algo que possa ser ensinado, no sentido de transmitir conhecimento. Ela deve ser experimentada individualmente. E a experiência de uma pessoa não serve para a outra”. Dessa forma, o estudo de *Sula* vai além da análise textual, propondo uma reflexão sobre o impacto da literatura na transformação pessoal e social de quem a lê.

Quando se pensa em abordar literatura como objeto de estudo, entende-se que a produção literária será analisada metodicamente. Souza (2018, p. 20) considera a “sistematização de regras e conceitos”. Segundo Durão (2020) o texto literário ultrapassa as análises sistemáticas, abrangendo manifestações de sentimentos e impressões oriundas da subjetividade dos leitores. Assim, a apreciação do leitor comum, do crítico ou do pesquisador amplia o leque de convicções subjetivas. Os resultados obtidos através do conhecimento da

pesquisa do texto literário são provenientes da “integridade do texto como objeto” (Durão, 2015, p. 381).

Diante dessa perspectiva, analisar a obra *Sula*, de Toni Morrison, exige uma sensatez entre o ditame metodológico e a abertura às inúmeras subjetividades que o texto expressa. A narrativa de Morrison apresenta uma densidade peculiar que excede os limites da interpretação objetiva, mobilizando afetos, sutilezas, memórias e vivências históricas que ecoam tanto no universo das personagens quanto na recepção do leitor.

Conforme Woolf (2019, p. 70), a obra literária é uma arte árdua, difícil e complexa. Para a autora britânica, ao se deparar com a leitura de um romance, é necessário ter consciência e uma compreensão fina e intrépida do texto literário. Tal exigência se faz ainda mais presente quando se trata de obras que rompem com tradições canônicas e propõem novas formas de narrar experiências historicamente marginalizadas, como acontece na literatura de Toni Morrison, cuja escrita convoca o leitor a uma escuta atenta das subjetividades negras, seus afetos, traumas e resistências.

A pesquisa em Literatura é definida pela junção da interpretação com a ferramenta acadêmica, o que torna essa ligação indissociável no campo dos estudos analíticos literários. Isso ocorre porque, ao separar os dois objetos ou trabalhá-los de maneiras isoladas, altera-se o sentido da pesquisa (Durão, 2020, p. 15). Na perspectiva dessa união dos aspectos, o ato interpretativo precisa ocorrer dentro de um espaço, já que não pode haver interpretação apenas por interpretação.

Dentro dessa perspectiva da interpretação, o ato interpretativo na análise de *Sula* deve ser situado em um espaço teórico que guie a leitura e a construção do sentido real, não somente imagético. A obra de Toni Morrison não permite uma leitura isolada ou descontextualizada de suas extensões históricas e sociais, especialmente quando tratamos da representação da mulher negra no contexto norte-americano, é indissociável não haver um diálogo com o contexto social do qual se emergiu a obra. Cada personagem de *Sula* carrega faces de definição que não podem ser entendidas sem levar em consideração os elementos sociais, políticos e culturais que as configuram. Sendo assim a interpretação não é uma mera decodificação do texto literário, mas um caminho que conversa com os diversos campos da história, reverberando suas memórias tanto plural quanto singular.

A análise do texto literário é “como um veículo cujo combustível é a inteligência do leitor” (Durão, 2020, P.10). Isso revela que a obra literária, por si só, não se esgota em sua materialidade, mas se mantém em constante movimentação de interação ativa com o leitor para acrescentando novos sentidos. A cada leitura, surge uma experiência singular, capaz de

atualizar a narrativa e expandir as diversas possibilidades interpretativas. Em *Sula*, de Toni Morrison, essa ideia se confirma, já que cada movimento de leitura realizado oferece ao leitor novas camadas das experiências das protagonistas, que se renovam conforme a sensibilidade do seu olhar. Além disso, para Durão, a obra literária se torna estéril se não consegue gerar conhecimento a partir dela, independentemente de quão grandioso e famoso seja o escritor.

A literatura não existe nem nunca existiu no vácuo. Ela só pode tomar corpo em um contexto histórico específico e, se consegue sobreviver a ele e falar a tempos futuros, não é porque o repudiou em nome de algum valor transcendente e atemporal, mas, pelo contrário, porque conseguiu trazer em si aquilo que era decisivo e ainda toca o presente, por maiores que sejam as mediações para tanto (Durão, 2020, p. 15).

Sendo assim a literatura se afirma como uma expressão viva que atravessa o tempo, enraizada em elementos decisivos da sua época, mas capaz transpor as gerações. *Sula* retrata a experiência de mulheres negras de um determinado contexto histórico marcado pela opressão, e pela desigualdade, ainda assim, ressoa no presente por levantar reflexões sobre gênero, identidade, raça e liberdade. Sua permanência não se deve a uma neutralidade atemporal, mas à potência de problematizar questões que continuam a atravessar a sociedade contemporânea.

Segundo Durão (2015, p. 383), “o cerne da pesquisa em literatura acontece em torno da interpretação”. Sob a perspectiva de uma estrutura interpretativa, é possível perceber o ato teoricamente como simples, vindo da mente do leitor interpretador. No entanto, para Durão (2015), o vínculo existente entre autor e pesquisador através da obra estabelece uma sintonia transcendental, algo que ultrapassa a mera leitura. A relação entre leitor e obra, portanto, não se limita a uma coleta trivial, mas envolve uma interação mais profunda, na qual o texto ganha novos sentidos a partir das experiências e sensibilidades de quem o lê.

Para a pesquisa em literatura, como afirma Durão (2015), o processo interpretativo não será nem dedutivo nem indutivo, mas uma fusão de ambos os conceitos. Assim, se y for dedutivo, x será indutivo. Os textos literários não são abordados como atemporais ou independentes, mas como sujeitos que estabelecem significados articulados às suas condições socioculturais (Schmidt, 1996, p. 113 apud Silva, 2003, p. 74).

A pesquisa de caráter documental permite um estudo sob a perspectiva de um documento de fonte não-reativa, uma vez que os conteúdos existentes permanecem os mesmos ao longo de longos períodos de tempo. Dessa forma, as informações contidas nessa fonte (no caso deste estudo, o texto literário) originam-se de um contexto econômico, social e histórico já estabelecido. “A pesquisa documental é também apropriada quando queremos estudar longos

períodos de tempo, buscando identificar uma ou mais tendências no comportamento de um fenômeno” (Godoy, 1995, p. 21-22).

Godoy (1995) considera a pesquisa documental complexa devido às dificuldades metodológicas envolvidas, pois as codificações do documento analisado geram conhecimento para o pesquisador. Ao receber um tratamento analítico sistematizado e epistemológico, as fontes documentais (textos literários) são reinterpretadas e enriquecidas com novas e complementares interpretações, o que, para Godoy (1995), define a pesquisa documental.

A pesquisa de caráter documental, como aponta Godoy (1995), envolve a análise de fontes que conservam-se estáveis no decorrer do tempo, tornando-se fundamentais para o entendimento de fenômenos históricos, sociais e culturais. O texto literário de *Sula* é tratado como uma fonte não-reativa, uma vez que, embora a obra tenha sido escrita e publicada no século XX, suas questões centrais — como a identidade da mulher negra, as dinâmicas de amizade e rivalidade, e os conflitos raciais e sociais — permanecem a ecoar no presente. Isso ocorre porque a literatura, como destaca Durão (2015), constitui uma relação simbólica com seu contexto de produção, mas também transcende seu tempo, conservando-se relevante ao aproximar-se de ditames universais e atemporais.

Como uma fonte documental, *Sula* oferece possibilidades de um estudo, permitindo ao pesquisador identificar tendências e transformações nos aspectos da mulher negra na literatura americana. Segundo Lose e Magalhães (2019, p. 35), toda leitura explanatória envolve a seleção criteriosa de materiais. No entanto, é importante compreender que nem tudo será lido, uma vez que nem todo aparato teórico se mostra necessário para os objetivos da pesquisa. A partir dos documentos teóricos selecionados, tornam-se essenciais as seguintes etapas: a leitura seletiva, a leitura analítica e a leitura interpretativa.

### 3.2 O corpus – a obra literária sula

A escolha da obra *Sula*, de Toni Morrison, como corpus deste trabalho, não se dá apenas por sua relevância literária, mas, sobretudo, por sua potência enquanto narrativa insurgente que rasura os contornos hegemônicos da representação da mulher negra. Publicado em 1973, o romance transcende os limites da ficção ao se constituir como um espaço de denúncia, resistência e reconstrução simbólica. *Sula* é território onde as palavras dançam entre os silêncios impostos pela história e os gritos abafados da ancestralidade.

As obras literárias estabelecem uma conexão intrínseca com seus autores, refletindo, em maior ou menor grau, o contexto em que foram produzidas. Muitos escritores, ainda que de

forma velada, imprimem na obra traços de sua vivência, visão de mundo e posicionamentos. Nesse sentido, sob o prisma da análise literária, realidade e ficção tornam-se elementos que devem ser cuidadosamente observados. É fundamental reconhecer a presença da subjetividade nas produções de autores consagrados da literatura mundial. O corpus desta pesquisa em literatura é selecionado com base nessa relação entre autor e obra, considerando também o contexto social que permeia as temáticas abordadas no texto literário.

Segundo hooks (2019), as obras literárias escritas por autoras negras frequentemente se debruçam sobre questões que problematizam a busca pela identidade, jornadas marcadas por vivências que revelam quem essas mulheres realmente são. A autora destaca que,

[...] todas as mulheres negras que escrevem, de modo a sugerir que existe um propósito abrangente que determina a subjetividade das mulheres negras. Essa narrativa constrói um sujeito homogêneo da mulher negra cuja a subjetividade é definida mais radicalmente pelas experiências que elas compartilham com outras mulheres negras (hooks, 2019, p. 106).

Nesse sentido, a literatura torna-se um espaço de elaboração e expressão das subjetividades negras, especialmente femininas, onde as experiências compartilhadas constroem não apenas um sentimento de pertencimento, mas também uma resistência coletiva às opressões históricas. A partir dessa perspectiva, obras como *Sula*, de Toni Morrison, podem ser lidas como narrativas de identidade que recusam enquadramentos fixos e revelam a complexidade das trajetórias de mulheres negras em meio às estruturas sociais que as moldam e as desafiam.

bell hooks (2019, p. 108) descreve a personagem Sula como instrumento de subjetividade radical, aquela que vive para contar a sua história fora das imposições sociais:

Mais do que qualquer outro romance de uma escritora negra, *Sula* de Toni Morrison, narra a tentativa de uma mulher negra de construir uma subjetividade radical. Sula enfrenta todas as restrições impostas a ela, rompendo todas as barreiras. Desafiando as noções convencionais de uma sexualidade feminina passiva, ela se afirma ser sujeita desejante. [...] O destino de Sula leva a crer que percorrer a jornada da subjetividade radical é muito perigoso, arriscado demais.

No campo literário contemporâneo, existe uma gama significativa de personagens negras cujas trajetórias exigem um olhar analítico atento. Compreendê-las a partir de mecanismos críticos e reflexivos contribui não apenas para o aprofundamento da pesquisa literária, mas também para a promoção de mudanças sociais, ao colocar em pauta vivências historicamente marginalizadas e apagadas.

Em *Sula*, Toni Morrison constrói a narrativa das protagonistas Nel e Sula a partir da comunidade do Fundão, atualmente associada à ideia de subúrbio, situada em uma área periférica da cidade fictícia de Medallion, no estado de Ohio. Esse bairro, localizado nas colinas, é predominantemente habitado por pessoas negras. Embora Ohio seja um estado real, tanto o Fundão quanto Medallion são cenários fictícios elaborados pela autora. Enquanto espaço simbólico e social, Medallion exerce uma influência significativa sobre a formação das subjetividades femininas retratadas na obra. Esse espaço, marcado por códigos morais rígidos e olhares julgadores, molda não apenas a forma como as personagens são percebidas pela comunidade, mas também os seus conflitos internos e trajetórias individuais.

O romance é estruturado em duas partes (Parte I e Parte II), que correspondem, respectivamente, às fases da vida de Sula e Nel — infância, adolescência e vida adulta. Na Parte I (abrange os anos de 1919, 1920, 1921, 1922, 1923 e 1927), a narrativa percorre a infância e a adolescência das protagonistas, revelando a formação de seus laços afetivos, os conflitos familiares e as primeiras experiências de opressão social e racial que marcam suas trajetórias. Já a Parte II (compreende os anos de 1937, 1939, 1940, 1941 e 1965) concentra-se na vida adulta, destacando os caminhos divergentes que cada uma escolhe e como essas escolhas impactam suas identidades, suas relações interpessoais e o modo como são vistas pela comunidade. Cada capítulo é marcado por datas específicas, que indicam os momentos em que determinados eventos ocorreram na vida das duas protagonistas, bem como de outros personagens da narrativa.

Essa divisão temporal não exclusivamente organiza os fatos da obra, mas também cumpre um papel fundamental na construção das personagens e na evolução de suas subjetividades. Ao delimitar momentos específicos da vida de Sula e Nel, Toni Morrison consente ao leitor acompanhar, de maneira não linear, as mudanças internas e externas que moldam suas jornadas de vida. As datas trabalham como marcos históricos e emocionais, colocando as personagens em um tempo social que afeta diretamente suas escolhas, conflitos e relações.

Na Parte I, a infância e adolescência são retratadas como períodos de descobertas, laços profundos e formação de identidade. É nesse momento que se estabelece a intensa amizade entre Sula e Nel, marcada por cumplicidade, mas também por pressões familiares e sociais. Já na Parte II, as experiências adultas das personagens ganham destaque, evidenciando os caminhos divergentes que cada uma percorre diante das expectativas impostas pela comunidade.

Dessa forma, o romance se estrutura de uma maneira temporal ao reforçar a ideia de que o tempo, o espaço e a memória são instrumentos de constituição das subjetividades das personagens, especialmente no contexto das mulheres negras que lutam por autonomia e pertencimento em uma sociedade marcada por opressões históricas.

## 4 ENTRELAÇOS E LIBERDADE: A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DAS MULHERES NEGRAS EM *SULA*

### 4.1 Nel Wright: a fidelidade aos padrões sociais e a desconstrução da identidade feminina

O capítulo busca analisar as categorias que envolvem a mulher negra enquanto sujeito existente em uma determinada sociedade. As personagens femininas e negras da obra *Sula* são investigadas com o objetivo de identificar quais categorias se manifestam nesse espaço social marcado por cruéis estigmas impostos aos corpos dessas mulheres. Sob essa perspectiva, são consideradas as relações desenvolvidas ao longo da narrativa, permeadas por rivalidades e imposições que visam moldar os indivíduos aos modelos tradicionais. Nesse sentido, Sula e Nel são analisadas sob o prisma do rompimento e da manutenção desses modelos, bem como a forma como as figuras de suas respectivas mães, inseridas nesse mesmo contexto social, contribuíram para a construção da identidade de ambas enquanto mulheres.

Diante dos entraves sociais, a personagem da obra *Sula* vista sob a perspectiva da mulher negra do século XX, Helene Wright, está envolta nos sussurros cruéis que a segregação impôs sobre o corpo negro. Toni Morrison cria uma narrativa descentralizada para essa persona, filha de uma prostituta, que foi criada pela avó, que desejava afastá-la das luzes obscuras do *Sundown House*, local onde sua mãe se localizava. Ao se casar com Wiley Wright, mudou-se para Medallion, onde construiu sua reputação como uma mulher centrada em seus ideais e convicções. O consolo pelas ausências do marido, que trabalhava em um estaleiro, foi o nascimento de sua filha Nel.

A personagem Helene Wright denota traços de autoritarismo, adorava manipular tanto a filha quanto o marido: “uma mulher que vencia todas as batalhas sociais com o porte e a convicção quanto à legitimidade de sua autoridade” (Morrison, 2020, p. 40). Por outro lado, ela também carrega forças esmagadoras. Sua imagem para o povo de Medallion é a de uma mulher destemida, orgulhosa, exigente e de uma elegância inigualável, com olhares que podiam silenciar até mesmo um homem. Sua voz ecoa como força naqueles que a admiram, assim como a fraqueza ocultada no seu interior revelam seus dilemas e fragilidades pessoais que são carregadas pela necessidade de sobrevivência diante de uma sociedade que não permite a vulnerabilidade da mulher. Assim, o espaço simbólico de Medallion, antes citado, não apenas observa e julga, mas também constrói e limita, influenciando diretamente as formas de existir e resistir dessas mulheres.

Essas mulheres são carregadas de particularidades eminentes em sua alma e seu corpo. Helene Wright é feroz, e os olhares das pessoas de cor sobre ela não a subestimavam; sua autonomia é o que a tornava vitoriosa diante daquela sociedade. O ano de 1920 revela os medos ocultos da personagem.

Não existia um espírito de harmonia entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos. Suas convicções divergentes causaram impactos terríveis para a população negra norte-americana (Dubois, 2021). No curso dessas diferenças, o homem negro e a mulher negra se tornaram exemplos constantes de inferioridade, sendo pessoas sem privilégios, discriminadas e ofuscadas em suas identidades. Assim, não havia cordialidade entre brancos e negros. Contudo, foi possível ver as peculiaridades e as lutas que as pessoas negras precisaram enfrentar ao longo da história.

O Sul tornou-se ainda mais cruel no que diz respeito às relações com as pessoas negras, uma vez que alguns privilégios concedidos no Norte ainda não haviam sido estendidos a elas no Sul. Na obra de Morrison (2020, p. 41), essa realidade é evidenciada na visão de Helene: “Helene pensou na viagem ao Sul com bastante receio, mas concluiu que tinha a melhor proteção: seus modos e seu porte, aos quais acrescentaria um belo vestido.” O Sul carregava consigo tensões mais intensas e arraigadas em relação às pessoas negras, marcadas por condutas segregacionistas e por uma violência estrutural ainda mais acentuada como é retratado na narrativa, tais como, a repressão do corpo negro, violência psicológica e física, assim como, as desigualdades estruturadas no trabalho e educação. Para a personagem, havia também entraves na memória, já que o retorno ao Sul evocava lembranças dolorosas de um lugar que ela não desejava visitar.

A visão distorcida que a população branca tem do negro foi um vínculo para o movimento de segregação que ocorreu nos Estados Unidos. A Suprema Corte manteve a segregação racial dentro do país durante décadas, e o sistema Jim Crow previa justamente a desigualdade entre os povos. Como afirma Dubois (2021, p. 19), ele, assim como diversos outros negros, “assistiu por décadas à ampliação da doutrina Jim Crow, estendida a sanitários, bebedouros, bancos de praças públicas, vagões ferroviários, hospitais e muitas outras áreas, que passaram a ostentar os indicativos 'de cor' ou 'apenas brancos'.”

[...] Correram à beira da via férrea à procura do vagão que lhes foi indicado pelo cabineiro de cor. Mesmo assim cometeram um erro. Helene e a filha entraram em um vagão ocupado por uns vinte homens e mulheres brancos. Em vez de voltar e descer os três degraus de madeira outra vez, Helene resolveu se poupar do constrangimento e atravessar até o carro das pessoas de cor (Morrison, 2020, p.41).

Tanto na obra literária de Morrison (2020), *Sula*, quanto no livro de Du Bois (2021), *As Almas do Povo Negro*, evidenciam a segregação racial imposta pela doutrina Jim Crow e seus desdobramentos na vida cotidiana das pessoas negras nos Estados Unidos. Enquanto Du Bois destaca a ampliação sistemática dessa segregação, que atingia desde espaços públicos, como bancos de praças e bebedouros, até instituições como hospitais e transportes ferroviários, Morrison ilustra essa realidade de forma concreta na experiência de Helene e sua filha.

A cena narrada por Morrison exemplifica a imposição dessas barreiras raciais, ao mostrar como Helene, ao embarcar no vagão errado, sente a necessidade de corrigir seu erro, como se fosse um erro frequentar ou estar nos mesmos locais que os brancos, e faz isso de forma cuidadosa para evitar constrangimentos e represálias. Portanto, ambas as obras ressaltam a rigidez das normas segregacionistas e o impacto dessas restrições na mobilidade e nas interações sociais das pessoas negras, evidenciando as divisões raciais impostas e a constante vigilância a que as pessoas negras estavam submetidas.

A condição de vulnerabilidade do corpo negro é evidenciada com clareza nas represálias sustentadas pela intolerante supremacia branca. No que tange às mulheres negras, Davis (2016) descreve que a “anulação temporária das leis Jim Crow”, em determinadas situações, permitia que fossem temporariamente poupadas da segregação evidente, especialmente quando ocupavam posições de babás. Nessas circunstâncias, ao estarem acompanhadas por crianças brancas, podiam usufruir de assentos destinados às pessoas brancas. No entanto, quando desacompanhadas, eram rigidamente direcionadas aos espaços reservados às pessoas negras.

Os Estados Unidos evidenciam, em suas experiências cotidianas, a segregação racial e os impactos dessa marca histórica na destruição da identidade das pessoas negras, configurando um massacre tanto físico quanto psicológico. Enquanto isso, em outras partes do mundo, a segregação racial ocorreu de forma velada. Embora não houvesse leis explícitas delimitando espaços distintos para negros e brancos, como ocorreu também na África do Sul, a discriminação racial estava profundamente enraizada nas estruturas sociais. No Brasil, por exemplo, após a abolição da escravatura em 1888, a população negra enfrentou barreiras significativas no acesso à educação, moradia e trabalho, perpetuando desigualdades estruturais que dificultaram sua plena integração na sociedade.

As construções históricas que sustentam o mecanismo de segregação racial impedem que o negro se afirme enquanto sujeito, uma vez que a subalternidade imposta a esses corpos negros é determinante para sua identidade (Fanon, 2020). A supremacia branca desestrutura a identidade negra, pois coloca o negro em uma posição de desalinhamento em relação à sua própria existência. No contexto da pesquisa, ao refletirmos sobre a afirmação de Fanon, “O

negro não é um homem”, podemos estender essa reflexão para a figura da mulher negra, questionando a imposição de uma identidade alheia que não corresponde à sua verdadeira essência. A construção de identidade branca submete o corpo negro, tanto o de homens quanto o de mulheres, a um olhar que o define de maneira opressiva e reducionista.

No romance, observa-se que a personagem Nel é apresentada como uma figura em constante conflito entre a negação de si mesma e a imposição de uma identidade moldada por um sistema social opressor. Essa tensão ressoa nas reflexões de Fanon (2020), para quem a construção da identidade negra ocorre sob a contínua negação do ser. A subjetividade de Nel Wright é atravessada por esse processo de desestruturação, uma vez que é moldada a obedecer, a se enquadrar, a se adequar e, conseqüentemente, a se anular. Essa dinâmica torna-se um reflexo social da experiência da mulher negra em uma sociedade que impõe a negação de sua agência. Sua trajetória evidencia como o racismo estrutural não apenas marca fisicamente os corpos, mas também condiciona psicologicamente as formas de ser e existir.

De acordo com Fanon (2020, p. 165), “mas, ao primeiro olhar do branco, ele sente o peso da sua melanina”, o que evidencia como o negro, diante da visão branca, é constantemente marcado e subjugado. Esse lugar imposto reverbera sentimentos de medo e insegurança nas pessoas negras, o que pode ser claramente identificado na cena que envolve Helene e Nel, em que a diferença de tratamento e a percepção de inferioridade são vivenciadas de forma visceral. Essas estruturas de segregação são o que impulsiona o surgimento dos movimentos sociais e das lutas políticas, com o objetivo de derrubar os mecanismos que causaram dor e sofrimento, cujas conseqüências ainda são visíveis e sentidas na atualidade.

Diante das imposições e das estruturas raciais brancas, que surgem como obstáculos significativos, Helene se vê capturada por essas limitações, permitindo-se ser conduzida por elas, o que também afeta sua filha Nel, alvo desse embate social. Embora possua características marcantes e uma personalidade forte, Helene acaba colocando a identidade da mulher negra em desconforto. Essa dinâmica reflete o impacto profundo da supremacia branca na construção da identidade e na forma como as mulheres negras, como Helene e Nel, se relacionam com seu próprio ser, sendo constantemente desafiadas por um sistema que nega sua condição existencial. O excerto a seguir revela uma dinâmica complexa de autoaceitação e imposições relacionadas à identidade e à aparência física no contexto racial.

[...] Ela se mostrou muito à altura da maternidade – grata, do fundo do coração, porque a criança não tinha herdado a grande beleza que era a sua: que a pele tivesse escuridão, que seus cílios fossem volumosos, mas não indecorosos no tamanho, **que tivesse puxado o nariz largo e achatado de Wiley (embora Helene esperasse melhorá-lo um pouco)** e seus lábios carnudos.

[...] Não fique aí parada, meu bem. Você poderia estar **afinando o nariz**.  
 [...] Alia estava seu rosto, os olhos castanhos singelos, três tranças e **o nariz que a mãe odiava** (Morrison, 2020, p.40/48/49, grifos nossos).

A personagem Helene, ao refletir sobre as características físicas de sua filha Nel, demonstra um desapontamento com os traços da criança, especialmente em relação ao nariz e aos lábios, que ela considera “não ideais”, porém, busca justificar essas imperfeições pela herança genética do pai da menina, Wiley. O impacto de se internalizar os padrões estéticos eurocêtricos e a tentativa de transposição desses moldes para as mulheres negras, que, frequentemente, veem suas características corporais, como a cor da pele e os traços faciais, como aspectos a serem melhorados ou corrigidos. A frase “Você poderia estar afinando o nariz” reverbera, em uma tentativa direta de afastamento das marcas de identidade negra, ilustrando o desejo de conformidade com os padrões estéticos da sociedade branca dominante.

Diante da representação do corpo negro, Santos (2021) discorre sobre a experiência da menina negra em relação à imposição materna sobre seus traços físicos:

‘Me achava feia, me identificava com menina negra, diferente [...]. Todas as meninas tinham cabelo liso, nariz fino. Minha mãe mandava botar pregador de roupa no nariz para ficar menos chato. [...]. Eu era muito invejosa [...]. do físico das pessoas. Achava que as pessoas eram muito mais bonitas do que eu’. (Luisa) (Santos, 2021, p.102).

A repulsa pelas características físicas do negro, em busca de um parâmetro hegemônico branco, é o que desestrutura a identidade do sujeito negro. Essas peculiaridades refletem a fragilidade do pensamento das pessoas negras, uma vez que as imposições determinantes ao longo de séculos, em que o racismo foi o principal vetor de destruição da imagem do negro, criaram um contexto em que não há orgulho de ser negro. Essas fissuras resultaram em rupturas significativas na identidade negra. Conforme afirmam Nascimento e Botton (2021, p. 145), “ao projetar-se na figura do ser hegemônico, o negro se insere num movimento constante de imitação dos elementos de sua admiração, como adequação e/ou aproximação da cor da pele, dos cabelos, dos costumes, das ideias, entre outros.” Esse processo de imitação, longe de ser uma escolha livre, é imposto pela necessidade de pertencimento a uma estrutura social que marginaliza e submete o negro a padrões alheios à sua identidade cultural e étnica.

Os padrões de beleza brancos impostos pela sociedade tornam-se evidentes também em sociedades negras. Assim, o negro se vê em um constante processo de imitação, muitas vezes por desejo próprio, mas, em outros casos, por imposição, na tentativa de se encaixar nas ruínas de um pertencimento alheio. No caso da personagem Nel, não se trata de um desejo pessoal de se parecer com uma branca, mas de uma imposição de sua mãe, como visto a seguir:

Já que você está sentada aí, meu bem, trata de puxar seu nariz.

Dói, mamãe.

Você não quer ter um **nariz bonito** quando crescer?

Depois de conhecer Sula, Nel enfiava o prendedor de roupa debaixo da coberta assim que ia pra cama. E, embora ainda tivesse que aguentar a detestável escova quente todo sábado à noite, e consequência – **cabelo liso** – já não lhe interessava mais. (Morrison, 2020, p.75, grifos nossos)

A citação de Morrison revela o conflito interno de Nel com as normas sociais brancas. A narrativa evidencia como as mulheres negras internalizam e são forçadas a tentar, de diversas maneiras, ajustar-se a uma idealização de beleza que não é a sua. As representações narradas pela autora, como “nariz bonito” e “cabelos lisos”, simbolizam a assimilação aos ideais da branquitude. Ao mesmo tempo, essas características se tornam símbolos de sofrimento, desconforto, dor e aquietação, tanto no corpo quanto na alma. Os processos de assimilação deixam marcas na pele da mulher negra. Diante dessa reflexão, é possível perceber uma imposição externa sobre a beleza da mulher negra, uma vez que essa não é uma escolha livre, mas sim uma pressão constante de conformidade.

Esse processo reflete não apenas uma crise individual de identidade, mas também a imposição de uma hierarquia de beleza que marginaliza as características raciais das mulheres negras, resultando em um processo contínuo de distanciamento de sua própria essência e de seu corpo. Contudo, ao conhecer Sula, Nel começa a questionar esses padrões, pois a convivência com ela desperta em Nel anseios de liberdade e rupturas com os princípios determinantes impostos por sua mãe. O simples ato de esconder o prendedor de roupa e a indiferença em relação à escova quente indicam um possível deslocamento na identidade da personagem. Ela começa a se afastar do desejo de seguir os padrões de beleza brancos e a se reconhecer como realmente é. A influência de Sula, que não se submete a tais normas, abre portas para o reconhecimento e a expressão da sua própria identidade negra. O trecho revela a luta silenciosa das personagens contra a opressão social que se reflete no desagrado por seus próprios traços raciais, tornando-se um exemplo claro do impacto da supremacia branca na construção da identidade da mulher negra.

Para Fanon (2020), a sensação de inferioridade que decorre da cor da pele é um fator crucial na constituição de sentimentos de subordinação do negro em relação ao branco, gerando uma dor psicológica profunda. O autor enfatiza que, para o negro, “só existe uma porta de saída, ela se abre para o mundo branco” (Fanon, 2020, p. 66), sugerindo que a única forma de ascensão social e emocional seria por meio da conformidade com os parâmetros estabelecidos pela sociedade branca. Nesse sentido, a busca pela imitação dos estereótipos brancos – seja na

aparência, nos modos de falar ou de se comportar – surge como um mecanismo de fuga, um esforço para alcançar aceitação ou redenção. Contudo, ao adotar tais padrões, o negro não só se distancia de sua identidade racial, mas também apaga parte de sua essência e cultura, em um processo de alienação.

A batalha conflitante interna e externa da mulher negra diante das expectativas sociais sobre seu corpo e a constante tentativa de se enquadrar em um modelo que não foi designado para ela. O contraste entre as personagens Nel e Sula funciona como um espelho das distintas maneiras de se situar diante das determinações sociais e raciais que cercam as mulheres negras.

Diante dos fundamentos preponderantes que cercam as questões do branqueamento, Nascimento e Botton (2021, p.146) afirmam que

[...] na maioria das vezes, a família, como elemento fundante da sociedade, exerce um papel preponderante como propulsora ou não da ideologia do branqueamento, uma vez que famílias negras podem exercer a função de executora da internalização de tais ideias, projetando comportamentos político-sociais em seus membros, sobretudo nos filhos.

Em vista disso, os autores evidenciam que, em inúmeros casos, enquanto estrutura social da sociedade, a família desempenha uma função essencial na disseminação ou resistência à ideologia do branqueamento. As famílias negras, em particular, podem ser agentes que propagam e intensificam tais ideais, internalizando comportamentos direcionados à adaptação aos padrões normativos da sociedade branca. Esse processo de socialização, sobretudo na criação dos filhos, imprime no indivíduo um esforço de adaptação a essas normas hegemônicas, reforçando a busca pela assimilação e, frequentemente, a negação da identidade negra.

A imagem da menina Nel está intrinsicamente ligada à supressão de sua imaginação de liberdade e autonomia, uma vez que a rígida condução de Helene faz com que Nel vislumbre seus anseios reprimidos pela mãe. Em razão disso, sob a orientação de Helene, a menina tornou-se obediente e educada, uma vez que essas características passaram a representar uma forma de aceitação social. Caso não correspondesse a esse modelo de conduta, especialmente no que diz respeito à obediência e à educação, seria rejeitada pela sociedade, sobretudo pela branca. “Quaisquer entusiasmos que a pequena Nel demonstrasse eram aplacados pela mãe, de tal modo que levou a imaginação da filha à clandestinidade” (Morrison, 2020, p. 40).

O excerto discorre sobre a repressão que Helene Wright exerce sobre a filha Nel. A mãe, que visualiza as opressões sociais tanto dentro quanto fora da comunidade negra, exerce a maternidade como um caminho de proteção. Assim, a personalidade da filha é vinculada à falta de liberdade e espontaneidade. A mãe é moldada pelos padrões respeitáveis e morais, uma

conjuntura que revela uma educação traçada tanto na obediência quanto na conformidade, visto que seu desejo é transmitir tais princípios sociais vinculados à supremacia branca. A padronização desses valores e comportamentos, em sua essência, reflete o que é denominado “imperialismo cultural”, uma vez que a apropriação dessas perspectivas gera tensões nas estruturas sociais. Como afirma hooks (2020, p.151),

Entre a população negra do século XIX, o pessoal estava completamente comprometido em estabelecer e manter uma ordem social patriarcal em sua cultura segregada. Mulheres negras queriam assumir o papel “feminino” de dona de casa, sustentada, protegida e honrada por um marido amoroso.

De acordo Xavier (2012), estar debaixo a esses é princípios corrompe a essência das mulheres enquanto sujeitos. A escolha por esse comportamento resulta em uma apropriação considerada ambígua. Para a autora, as convicções que entrelaçam essa tensão dúbia vêm do conceito de Evelyn Higginbotham (1993) chamado de “políticas de respeitabilidade”, que envolve justamente essa decisão de abraçar os valores e padrões morais das famílias brancas. A decisão dessa afirmação identitária por parte da mulher negra busca desvincular os olhares preconceituosos lançados sobre o seu corpo, historicamente visto como uma figura degradante. Assim, segundo Xavier (2012, p.22),

[...] é preciso enxergar que essas mulheres lutavam contra a ideia de uma imoralidade negra inata, combatida como uma praga social [...] ao construírem sua própria moralidade, elas desafiavam a falsa retórica da supremacia branca demonstrando que para afro-americanas a luta pela respeitabilidade era muito mais que um “simples reflexo da ideologia vitoriana”, mas sim uma “estratégia de sobrevivência”.

Ao assumirem tais comportamentos virtuosos, essas mulheres resistem e sobrevivem ao racismo e sexismo. A postura de Helene na obra retrata, de forma precisa, a mentalidade que Nel deveria seguir para ser aceita socialmente, mesmo que isso colabore para a supressão de sua identidade, liberdade e individualidade. É possível observar que essa tentativa da mãe de proteção acarreta o aprisionamento da sua personalidade, tornando-a uma figura submissa às normas sociais. Por outro lado, Sula é a representatividade oposta desses padrões.

Dessa maneira, Morrison (2020) destaca um ciclo vicioso de opressão, que é herdado através de mães negras na busca de uma constante proteção das suas filhas, o que acarreta na supressão da autonomia de escolha do seu próprio destino. A personagem Nel cresce dentro desses parâmetros; entretanto, sua identidade é carregada pelo ato de permanecer obediente à cautela materna, e ela se vê na necessidade de existir fora deles. Ao longo da obra, esse

mecanismo é posto em pauta justamente pela amizade transgressora de Sula, que, em contraste, reivindica sua autonomia, autenticidade e liberdade de forma radical.

A primeira viagem que Nel faz com a mãe é apenas uma sombra da liberdade que a menina queria. Sua imaginação voraz perpetuava o dia em que ela sairia de Medallion, conheceria o mundo, viajaria para lugares distantes e se deleitaria com as experiências que tudo aquilo lhe proporcionaria. No entanto, Morrison (2020, p.49) relata: “As muitas experiências da viagem se abarrotavam dentro dela. Ela dormiu. Seria a última vez, bem como a primeira que sairia de Medallion.” Essa certeza evidenciada pela autora reflete, através da permanência e aceitação pelos padrões das políticas de respeitabilidade, o que faz Nel estagnar em seus próprios objetivos.

Ofuscada pela mãe, Nel se via em dilema constante. A simbologia da casa, que Morrison (2020, p.50) denota, é um aspecto: “Nel, que via a limpeza opressiva de sua casa como horror [...], ela preferia a casa confusa de Sula.” De forma clara, o símbolo de opressão que a sufoca de forma rigorosa pode ser visto diante da limpeza opressiva da casa de Nel — sinais de perfeição, moralidade e comprometimento com os padrões são rejeitados pela personagem. Em contraste, a casa confusa de Sula, em Morrison (2020), simboliza a diferença de perspectivas entre Nel e Sula. O anseio pela bagunça da casa é o anseio pela liberdade, uma busca deliberada pela mudança de perspectiva, de comportamento e de autenticidade no modo de “ser”. Sua procura era fugir dos padrões determinantes, algo que a personagem consegue enxergar por meio da casa de Sula, ainda que essa se apresente em desordem. Embora o ambiente represente o caos, configura-se um espaço de liberdade, em contrapartida, Sula não é moldada pelas normas externas de moralidade e respeitabilidade. Em vez disso, ela busca viver de acordo com seus próprios termos, vivendo e existindo pelos seus parâmetros, pela liberdade que lhe foi concedida.

Ao discorrer sobre essa autonomia da personagem Sula, que está envolta em suas próprias decisões e cujo som ecoa liberdade, é possível observar a configuração da persona através de Berg apud hooks (1979, p.305), ao afirmar que “é a liberdade para decidir o próprio destino dela; é a libertação do papel determinado pelo sexo; a libertação das restrições opressivas da sociedade; a liberdade para expressar seus pensamentos por completo e convertê-los livremente em ações.”

Nesse sentido, torna-se perceptível a representação da liberdade plena da autonomia de Sula, que rejeita os modelos sociais que impõem restrições às mulheres. Ao ir de encontro com sua liberdade, Sula desenha um outro caminho de sobrevivência. Em vez de seguir as políticas de respeitabilidade que Helene carrega consigo e são transportadas para Nel, ela afirma sua

trajetória e individualidade. Dessa forma, Sula representa a luta pela liberdade de viver e ser de maneira autêntica, sem temer as consequências ou a aprovação social.

Sob pressão e em busca de aprovação, Nel se encontra em um movimento contínuo de aceitação dos moldes sociais deterministas, sendo o casamento um deles. A priori, é possível observar o desinteresse de Nel pelo casamento: “Escolheu a menina que sempre fora bondosa, que nunca parecera empenhada em se casar, que fazia a aventura toda parecer uma ideia dele, uma conquista dele” (Morrison, 2020, p.100). Sua falta de entusiasmo pelos laços matrimoniais configura como as mulheres foram moldadas a serem passivas em suas escolhas. Para Morrison, a expressão “parecer uma ideia dele” reflete como a imagem masculina detém as escolhas sobre os corpos das mulheres. Dessa forma, o matrimônio não está necessariamente ligado às realizações pessoais e desejos individuais, mas sim a um caminho social imposto, o paradigma sexual feminino negro, pré-estabelecido por padrões sociais intrínsecos, atendia às imposições da época, sendo refletido nas idiossincrasias das mulheres negras.

Segundo Davis (2016), o sexismo se reafirma por meio do casamento, ampliando a inferioridade e desigualdade que subjagam as mulheres negras. As vozes dessas mulheres são silenciadas, seus desejos reprimidos. Dessa maneira, o matrimônio assume um papel de continuidade da subordinação e supressão de seu “eu”, em que sua liberdade é perdida pela aceitação do casamento como sinônimo de felicidade. O conformismo aprendido por Nel reflete os princípios moralistas de Helene, sua mãe, forçada à clandestinidade, anulando sua própria identidade, subjetividade e anseios. Diante desse processo de supressão de sua identidade, ela passa a aceitar essas imposições, como afirma Morrison:

Portanto, foi raiva, raiva e a determinação de assumir um papel de homem de qualquer jeito que o levou a **pressionar Nel quanto ao matrimônio**. [...] A indiferença de Nel às insinuações sobre o casamento **desapareceu** por completo quando ela descobriu a dor que ele sentia. Jude se via tomando forma aos olhos dela (Morrison, 2020, p.100-101, grifos nossos).

O excerto revela, a princípio, a busca pelo casamento como forma de validação da masculinidade de Jude. Seus desejos não foram totalmente genuínos, tanto da parte dele quanto da dela. Entretanto, para o homem negro, a masculinidade torna-se fragilizada justamente pelo fato de que lhe foi negado qualquer imagem de poder e autoridade dentro da esfera social. Como afirma hooks (2020), essa masculinidade se expressa pelo fato de se sentirem importantes ao sustentarem financeiramente suas famílias, assumindo, conseqüentemente, o papel de provedor do lar. O casamento passa a ser uma afirmação desse status, consolidando seu papel patriarcal e validando sua existência como homem.

As pressões sociais quanto ao casamento, neste cenário, são compreendidas como imposições de validação. Como homem negro, Jude vê a necessidade de provar e recuperar a sua masculinidade, uma vez que casar-se não é vislumbrado apenas como um ato de amor. Enquanto mulher negra, Nel assume o papel de sustentação emocional dessa identidade. Mediante isso, configuram-se as lutas e os desafios que a personagem enfrenta no casamento. Segundo Davis (2016), um pensamento afirmativo de mulheres negras, que comparam a instituição matrimonial à escravidão por vê-la como um mecanismo de opressão, é sob esse viés que a personagem Sula se encontra, imersa em reflexões que desconstroem essa instituição milenar, se desprendendo dos padrões sociais que aprisionam os corpos e determinam comportamentos, a fim de que sejam julgados e validados pelo “outro”.

Sula estabelece sua identidade por meio da negação desses parâmetros moralistas, nos quais é necessário se recusar para fortalecer o ego masculino. Sua recusa é evidente nesse contraste social, em que seus desejos prevaleceriam sobre os do homem. O enredo da personagem é desenvolvido como um mecanismo de afirmação de sua identidade, sem ser a sombra de outra pessoa, seja ela mulher ou homem. Ao contrário de Nel, que, ao atrair os olhos de Jude, assume o papel de ser importante para alguém, visto que Morrison (2020, p.101) evidencia: “e maior que a amizade era essa nova sensação de ser necessária a alguém que a via como indivíduo”.

Diante das diversas vivências de Nel, um fator predominante e crucial narrado por Morrison é o ser “necessária”, ser reconhecida como indivíduo na sociedade. Contudo, esse reconhecimento que a personagem anseia dentro dessas estruturas sociais ocorre por meio de dinâmicas em que a mulher negra precisa se encaixar nos papéis designados para ela. Neste caso, para Nel, seria o de filha boa, obediente, educada, ou a mulher negra do lar, esposa exemplar e devotada ao marido. Assim, sua individualidade e liberdade estão condicionadas ao outro. O “reconhecimento” só será permitido por meio do olhar do outro, não por ela mesma. Portanto, Morrison discorre sobre como há uma dependência da personagem ao ser aprovado pelo olhar do outro.

Na perspectiva do olhar, e como ele se configura como imposição, como evidenciado anteriormente, Fanon (2020) discorre que, a partir do olhar do branco, o negro carrega o ônus da tonalidade de pele. Para Nel, ter esse olhar retirou dela a sua autonomia, transformando-a em um objeto, carregado de densidade sobre o seu corpo. Neste contexto, a identidade da mulher negra é formada pelo olhar do outro: sua mãe, esposo, amiga, que a constituem como sujeito. Nel abandona seu eu, deixando de lado sua personalidade para dar atenção às vozes e olhares sobre sua existência. Morrison (2020, p.102) esclarece essa densidade ao afirmar: “Ela

nem sabia que tinha um pescoço até Jude tecer comentários sobre ele, ou que seu sorriso era algo além da expansão dos lábios até ele vê-lo como um pequeno milagre”.

A personagem se via em constante dependência de outros olhares; ela se descobria e se enxergava por meio da afirmação dos outros. Para hooks (2019, p. 215), a mulher, em contato com seu corpo, vislumbra um olhar de reconhecimento. Nesse prisma, o olhar é oposto ao sistema de opressão, intensificando a resistência a esses mecanismos. Assim, “existe poder em olhar”. A autora fortalece a construção da identidade das mulheres negras através desses olhares que se opõem e resistem à objetificação, assim como à marginalização imposta pelo olhar sexista e patriarcal. Enquanto Nel se submete a esses olhares, Sula os resiste.

Sula se reconhece como esse ser que destrava as amarras de negação e os estereótipos lançados aos corpos femininos negros, evidenciando a recusa da personagem por esses limites sociais que tentam adestrá-la para se enquadrar na sociedade. Segundo Fanon (2020, p. 126), “o conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional”. De maneira contrária, Nel tem sua identidade moldada pela necessidade de ser notada e validada dentro da comunidade e dos modelos impostos. Assim, a existência de Sula afronta os olhares brancos e patriarcais que construíram uma imagem da mulher negra submissa a esses padrões. Sula Peace não se submete à negação de si mesma para se encaixar nos padrões estruturais. Em vez disso, ela se movimenta apropriando-se de seu corpo e desejo, o que provoca desestabilidade na ordem social em que está envolta.

A narrativa indica Sula construindo seu destino, fazendo suas escolhas e reafirmando sua identidade como mulher negra ao negar os contornos sociais. Por isso, ela desapega-se dessas relações convencionais. Morrison (2020, p. 102) afirma: “Sula não ficou menos entusiasmada pelo casamento. Achava uma atitude a tomar após a formatura de ambas na escola”. A personagem vê o casamento como uma alternativa de vida, e não uma imposição às mulheres. Assim, o pensamento sobre o casamento está relacionado a algo emocional, sem muita importância.

Ao mesmo tempo em que Nel internaliza suas convicções sobre o casamento para ser aceita por meio dele, Sula se posiciona como uma imagem que renega essa lógica de submissão. Sula busca construir sua própria trajetória de maneira independente, sem vínculos com casamento, filhos, família ou amigos. Suas escolhas transcendem os princípios estruturalistas que determinam quando, onde e o que a mulher negra deve submeter para ser vista de maneira positiva pela sociedade. Visto que hooks (2020) ainda declara que as mulheres negras eram vistas como selvagens sexuais, ou até mesmo bestas, no mito da bestialidade sexual que essas

mulheres carregaram historicamente consigo, elas foram vistas sob o jugo de serem “não aptas” e “indesejáveis para o casamento”.

#### 4.2 Sula Peace: uma voz voraz e ressignificada na construção da mulher negra

Diante da categoria de ressignificação dos aspectos da identidade estereotipada da mulher negra, este item reflete os caminhos sinuosos percorridos e ressignificados por Sula. Sendo uma das personagens centrais da obra, Sula é vista pela sociedade de Medallion como um mau presságio. Os contornos de sua personalidade destoam da visão normativa do que se espera de uma mulher, o que a coloca em constante confronto com os valores tradicionais. Dessa forma, a personagem é analisada como uma imagem ressignificada da figura materna, ao mesmo tempo em que representa um contraste evidente em relação à sua amiga Nel.

Em sua busca por autodefinição e encontro com sua identidade, as mulheres negras enfrentam o desafio de romper com as barreiras impostas sobre seus corpos. Sua trajetória não carrega apenas as marcas visíveis em sua pele, mas também as cicatrizes internas do que significa ser uma mulher negra em uma sociedade supremacista, racista e sexista. A condição dessas mulheres é frequentemente reduzida a estereótipos cruéis, ainda amplamente disseminados no tecido social.

A mãe de Sula Peace, Hannah Peace, é uma personagem que desafia as normas convencionais de feminilidade e respeitabilidade ao adotar uma postura aberta em relação à sua sexualidade. Morrison constrói sua imagem enfatizando essa liberdade sexual, que, embora não seja vista dentro dos padrões sociais estabelecidos, ainda conta com o amparo da comunidade de Medallion.

Morrison (2020, p.115) evidencia a relação de Hannah com o corpo e a sexualidade livre,

Sula aparecia uma tarde caminhando, com seus passos fluidos, usando um vestido amarelo como sua mãe, Hannah, usava aqueles vestidos largos de ficar em casa – com um distanciamento, uma ausência de relação com as roupas que enfatizava tudo o que o tecido cobria.

Para as mulheres do início do século, era necessário se apresentar de maneira adequada. Suas vestimentas precisavam ser compostas, adequando-se ao sistema ditador de normas sociais. A descrição de como Hannah estava vestida — “vestidos largos de ficar em casa” — sugere um descompromisso com as expectativas sociais e patriarcais como uma mulher deveria

se apresentar. Assim como a expressão "uma ausência de relação com as roupas", que evidencia a despreocupação da personagem em usar suas vestimentas para esconder ou moldar seu corpo de acordo com os modelos impostos pela sociedade. No entanto, Morrison (2020) aponta que Hannah não está preocupada com esses padrões ao afirmar: “enfaticava tudo o que o tecido cobria”. Isso reforça que, diante dos padrões da época no que tange as vestes, a personagem não tenta destacar sua sensualidade, embora sua simples existência na comunidade de Medallion desafie as barreiras entre o pudor e a sexualidade feminina.

As mulheres negras que expressam abertamente sua sexualidade são frequentemente estereotipadas e marginalizadas, sendo vistas como imorais ou desviantes em relação aos ideais sociais. Segundo hooks (2019), as representações dos corpos das mulheres negras na cultura popular contemporânea “subvertem imagens da sexualidade da mulher negra, que eram parte do aparato cultural racista do século XIX e que ainda moldam as percepções hoje”. Os estereótipos racistas e sexistas sobre o corpo da mulher negra evidenciam como esses padrões ainda influenciam as percepções contemporâneas sobre a sexualidade feminina. Contudo, é possível enxergar como essas representações históricas limitantes podem ser rompidas.

Quando a mulher negra se relacionar com seu corpo, sua sexualidade, de forma que põem o reconhecimento erótico, o desejo, o prazer e a satisfação no centro de seu esforço para criar uma subjetividade radical da mulher negra, ela cria representações novas e diferentes como sujeitas sexuais (hooks, 2019, p.153).

A apropriação do corpo e da sexualidade da mulher negra, colocando o desejo, o prazer e a satisfação como elementos de seu próprio domínio, rompe com as representações tradicionais. Dessa forma, constrói-se uma nova visão de si mesma, em que a sexualidade deixa de ser vista como opressiva, tornando-se uma forma de afirmação perante a sociedade. Assim, a mulher negra, ao se reconectar como sujeito ativo de sua própria identidade, desafia os estereótipos e cria novas narrativas. Isso é exemplificado pela personagem Hannah Peace, que, ao não se adequar às normas do sistema, torna-se alvo de julgamentos, especialmente por outras mulheres da sociedade.

A vida de Hannah não se destoa da de sua filha Sula; ambas são mulheres que não se enquadram aos padrões sociais. Assim como sua sexualidade, que é vista como um reconhecimento de si mesmas, como afirma hooks (2019), sujeitas ativas. "Sula aparecia uma tarde caminhando, com seus passos fluidos, usando um vestido amarelo como sua mãe, Hannah". Sula era reconhecida pelos trejeitos da mãe, carregando consigo a mesma essência.

### 4.3 Sula Peace: a desconstrução do paradigma sexual opressor em detrimento da sexualidade libertária da mulher negra

No romance *Sula*, de Toni Morrison, a personagem Sula Peace busca romper com esses paradigmas, reconstruindo a figura da mulher negra para além das imposições sociais. Ao recusar os moldes tradicionais, Sula conquista um espaço diferenciado, ainda que sua postura independente desperte condenação, especialmente dentro da própria comunidade negra. Como afirma Carreira (2011, p. 349), “Em sua busca por experiência e liberdade, Sula se torna a personificação tanto do potencial da mulher negra quanto o bode expiatório de uma sociedade despreparada para o que ela representa”. Esse julgamento reflete como as estruturas da supremacia branca se enraízam não apenas no sistema opressor, mas também na subjetividade daqueles que são historicamente marginalizados.

Diante dos modelos tradicionais de casamento, tanto mulheres negras quanto brancas eram incentivadas a se unir em matrimônio para constituir uma família, com um esposo e filhos, garantindo, assim, a continuidade da descendência. O casamento era socialmente concebido como um elo fundamental para a felicidade e a realização feminina, tornando-se um caminho quase obrigatório para as mulheres. Além disso, a instituição do casamento era frequentemente vista como sagrada, estabelecida entre um homem e uma mulher, sendo tratada com reverência e respeito. Essa concepção encontra respaldo em preceitos religiosos, como na Bíblia Sagrada, em Hebreus 13:4: “Digno de honra entre todos seja o matrimônio.”

O ponto de partida do casamento é a necessidade de estar com alguém. Nesse sentido, Gobi (2023) discorre em seus estudos sobre *Emílio ou Da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau, que elabora um ensino preocupado com o matrimônio. No texto de Rousseau (1995), ele afirma: “**Não é bom que o homem fique só**. Emílio é homem e nós lhe prometemos uma companheira”, fazendo referência ao texto sagrado de Gênesis 2:14: “Então o Senhor Deus declarou: **Não é bom que o homem esteja só**; farei para ele alguém que o auxilie e lhe corresponda”. Essa perspectiva sugere que o casamento atende, primordialmente, a uma necessidade masculina, mais do que feminina. Além disso, Gobi (2023, p.181) ressalta [...]

[...] é possível observar que além de julgar o casamento como algo necessário, visto a solidão não ser boa aos homens, e por isso atribuir às mulheres a função de acompanhantes, Rousseau também dispõe ao sexo feminino uma condição de submissão que é iniciada no momento em que se propõe a busca por uma esposa que seja boa para Emílio.

No romance de Toni Morrison, o casamento é apresentado como uma necessidade socialmente construída, que afeta tanto homens quanto mulheres. Ambos os gêneros são

inseridos em uma dinâmica na qual a união matrimonial é vista como um meio de garantir companhia e constituir uma família.

Por ser um país fortemente influenciado pelo cristianismo, os Estados Unidos incorporam o casamento como uma instituição enraizada em sua estrutura social. No entanto, as mulheres negras enfrentam desafios específicos nesse contexto, que se manifestam por meio de estereótipos raciais e de gênero. A herança histórica da escravidão e do racismo estrutural resultou em um tratamento diferenciado em relação às mulheres brancas, afetando sua inserção e percepção no matrimônio. Nesse sentido, Leal (2023, p. 139) destaca que “é possível afirmar que o casamento, e aqui reflito a partir do modelo heterossexual, é uma realidade vivenciada de forma peculiar pelas mulheres negras, pois estas são vistas e tratadas de forma peculiar”.

Portanto, afirmar essa peculiaridade é entender e reconhecer as experiências, assim como, as vivências dessas mulheres negras dentro da instituição chamada casamento, não seguem necessariamente os mesmos parâmetros sociais atribuídos às mulheres brancas.

A seguir, a obra literária adentra a voz voraz de Sula ao confrontar o sistema patriarcal nos moldes do casamento:

“Bom, não deixa tua boca começar uma coisa que tua bunda não aguenta. Quando é que você vai se casar? Tem que ter filho. Vai te sossegar.”

**“Não quero fazer outra pessoa. Quero me fazer.”**

“Egoísta. Mulher nenhuma devia andar por aí sem homem.

“Você andou.”

“Não foi por opção.”

“A mamãe andou”

“Não foi por opção, eu já falei. Não é certo você querer ficar sozinha. Você precisa...

“Vou te dizer do que você precisa” (Morrison, 2020, p. 112, grifos nossos).

No diálogo com sua avó, Eva Peace, Sula expressa sua insatisfação em relação ao casamento, evidenciando sua resistência aos papéis tradicionais impostos às mulheres negras, do mesmo modo que, o embate na narrativa é justamente o reconhecimento de Sula com a sua liberdade, assim como, a construção da sua identidade. Enquanto Eva representa uma visão convencional, ao pressionar Sula a tomar os caminhos preestabelecidos para as mulheres, como casar, ter filhos, e a submissão do papel de esposa, como afirma hooks (2020, p.86) “eles acreditavam que o papel da mulher acarretava permanecer no lar, criando os filhos e obedecendo a vontade do marido”. A imagem da mulher idealizada é aquela que carrega atributos que contribuem para a manutenção da presença do homem, tanto no contexto da mulher branca quanto da mulher negra, é o que reafirma Anne Scott apud hooks (2020, p.86) ao buscar uma definição para essa mulher,

Essa maravilhosa criação foi descrita como uma esposa submissa cuja a razão de ser era amar, honrar, obedecer e ocasionalmente entreter o marido, criar os filhos dele e administrar o lar dele. Fisicamente fraca e “concebida para ocupações laboriosas”, ela dependia da proteção masculina.

Essa interação ilustra a recusa da personagem em se submeter às normas patriarcais e reforça sua busca por autonomia, como a própria personagem afirma: “Não quero fazer outra pessoa. Quero me fazer”. Sula desafia a imagem masculina ao afirmar seu desejo de não conformidade, questionando a ideia sexista de que a mulher deve ser definida pela presença de um homem em sua vida. O excerto configura uma mulher que está em busca do seu próprio destino, sem se submeter aos padrões patriarcais.

Esse diálogo reflete as tensões entre as gerações, os papéis de gênero e as expectativas sociais sobre as mulheres negras, que são constantemente pressionadas a se conformar aos moldes familiares e sociais tradicionais. Sula é tida como “egoísta” por não se submeter ao casamento, sendo acusada de pensar somente em si mesma. A obra, assim, coloca em debate a liberdade individual das mulheres negras, ao mesmo tempo em que expõe as pressões externas e internas que as impedem de se autoafirmarem plenamente. O excerto “mulher nenhuma devia andar por aí sem homem” apenas reforça essa realidade.

Entretanto, conforme Giddings (2006), mesmo em tempos difíceis, as mulheres negras estavam assumindo o controle e a direção de suas próprias vidas, mesmo em seus papéis como esposas e mães. Essas mesmas mulheres “estavam se casando mais tarde”, rompendo ciclos nos quais “suas avós se casaram aos doze e quinze anos” (Giddings, 2006, p. 137).

Uma sociedade cujas estruturas estão enraizadas no preconceito, racismo, sexismo, violência, desconstrução e apagamento identitário reconhece o poder que exerce sobre corpos negros marginalizados, reforçando a supremacia do homem e da mulher brancos, assim como a do homem negro em detrimento das mulheres negras. As personagens Sula e Nel reconhecem a imposição sobre seus corpos de meninas negras. Segundo Morrison (2020, p. 72), “Já que ambas tinham descoberto anos antes que não eram nem brancas nem do sexo masculino, e que toda liberdade e triunfo lhes eram proibidos, elas passaram a criar outra coisa para ser.” O reconhecimento de si como pessoas negras, privadas dos privilégios designados aos brancos, leva as personagens a compreenderem sua condição de mulheres negras em uma sociedade branca e sexista.

O reconhecimento da identidade da mulher negra ocorre na interação com o outro e se constrói por meio do processo de alteridade. Como afirma Bhabha (2013, p. 83), “existir é ser chamado à existência em relação à alteridade, seu olhar ou lócus”. A partir dessa perspectiva,

compreende-se que o olhar do outro é fundamental para a construção identitária, uma vez que os indivíduos são constantemente categorizados e inseridos em determinados grupos sociais. Nesse sentido, Hall (2022, p. 11-12) complementa essa visão ao afirmar que “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

Para Hall, a identidade está em constante movimento, sendo influenciada pelo meio em que o sujeito está inserido. Dessa forma, as personagens Sula e Nel são moldadas pela sociedade em que vivem, construindo suas identidades como mulheres negras a partir das interações sociais e dos ditames culturais que as cercam. Através do excerto citado da obra, Morrison (2020) evidencia como ambas as personagens, ainda na infância, reconhecem que a sua identidade — de serem negras e, além disso, mulheres — as coloca à margem das estruturas de poder. Diante disso, é possível notar uma exclusão em função de raça e gênero vivida por essas meninas negras, ao afirmarem que “não eram nem brancas nem do sexo masculino”. Assim, as personagens entendem que a sociedade vai conceder os privilégios apenas aos grupos de mulheres e homens brancos.

A interseção entre racismo e sexismo no século XX fortaleceu ideologias opressivas, consolidando a supremacia branca e masculina como pilares de dominação social, como afirma Davis (2016, p.127):

Com a chegada do século XX, um casamento ideológico sólido uniu o racismo e sexismo de uma nova maneira. A supremacia branca e supremacia masculina que sempre se cortejaram com facilidade, estreitaram os laços e consolidaram abertamente o romance. [...]. Essa crescente propaganda racista era acompanhada por uma promoção igualmente acelerada de ideias que denotavam a inferioridade feminina.

O fortalecimento das ideologias racistas e sexistas reforça a marginalização das mulheres negras, que são duplamente oprimidas. Como aponta Davis (2016), essas ideologias não apenas coexistem, mas também se fortalecem mutuamente, sustentando discursos que reafirmam tanto a desigualdade racial quanto a subordinação feminina. Nesse contexto racista, as mulheres negras são atravessadas por essas ideologias, que reforçam a noção de inferioridade feminina e subjagam seus corpos às opressões supremacistas. Esse entrelaçamento ideológico entre múltiplas formas de opressão evidencia uma abordagem interseccional, que compreende as dinâmicas de dominação e resistência ao longo da história.

Mesmo que as mulheres brancas também fossem oprimidas pelo patriarcado e os homens negros vivenciassem o racismo de forma explícita, ambos os grupos ainda se sobressaíam em relação às mulheres negras. Enquanto as mulheres brancas se beneficiavam da hierarquia racial, os homens negros exerciam poder dentro das próprias comunidades negras.

Dessa forma, as mulheres negras enfrentavam uma dupla marginalização, conforme declara Crenshaw (1989, p.149):

No entanto, muitas vezes elas experimentam dupla discriminação — os efeitos combinados de práticas que discriminam com base na raça e com base no sexo. E às vezes, elas experimentam discriminação como mulheres negras — não a soma de discriminação de raça e sexo, mas como mulheres negras. As experiências das mulheres negras são muito mais amplas do que as categorias gerais que o discurso da discriminação fornece.

De acordo com as experiências vividas pelas mulheres negras, Crenshaw destaca a importância da interseccionalidade, pois, sem considerar as peculiaridades que envolvem essas mulheres, suas vivências de subordinação acabam não sendo reconhecidas. Como consequência, as mulheres negras são frequentemente invisibilizadas ou tratadas como secundárias. Diante disso, Crenshaw (1989, p. 142) ressalta a necessidade de “repensar e reformular” as estruturas políticas e teóricas que fundamentam esses movimentos, garantindo que as experiências das mulheres negras sejam devidamente reconhecidas e incorporadas nas lutas por equidade.

Essa discussão torna-se especialmente relevante ao se observar a protagonista Sula, que rompe com os moldes tradicionais de feminilidade, maternidade e conduta moral, sendo constantemente marginalizada pela comunidade em que nasceu e que a conhecia desde a infância. Sua recusa em se submeter aos princípios sociais impostos às mulheres negras resulta em sua exclusão, tornando-a uma figura percebida como ameaça. A trajetória de Sula configura-se como um reflexo das múltiplas formas de opressão — de gênero, raça e classe — e exemplifica como a perspectiva interseccional permite compreender as complexidades que marcam as diversas experiências vividas por mulheres negras.

As ações deterministas incorporadas no seio da sociedade, nas quais as mulheres negras estariam sujeitas a serem somente vozes secundárias — jamais primárias —, podem ser observadas no fragmento da obra em que a voz que soa “toda liberdade e triunfo lhes eram proibidos” implica que, desde a infância, não há espaço para destaque como mulher negra nas estruturas sociais dominantes (Morrison, 2020, p.78). As palavras “liberdade” e “triufo” indicam que as mulheres negras, nesse âmbito social, não estariam limitadas apenas às conquistas materiais, mas também simbólicas e existenciais.

Segundo Davis (2016, p. 66), a população negra sempre lutou por liberdade — liberdade esta que lhe foi negada por décadas. O período da escravização torna-se um marco evidente da negação desse direito à população preta. Em virtude desse contexto, mesmo após o fim da

escravatura, muitas pessoas ainda se viram presas a esse mecanismo opressor. As mulheres, em especial, carregaram consigo marcas profundas dessa ação, sendo usadas como objetos pela sociedade. Suas vozes, em constante movimento, foram silenciadas, esquecidas, distorcidas e fragmentadas. À mercê disso, inúmeras mulheres negras tiveram um compromisso eminente para com a liberdade. Como observou W. E. B. Du Bois no início do século XX,

[...] algumas poucas mulheres nascem livres, e algumas, entre insultos e acusações de adultério, conquistam a liberdade; mas a liberdade foi empurrada com desdém sobre nossas mulheres de pele negra. Com aquela liberdade, elas estão comprando uma independência sem limites e tão valiosa quanto o preço que pagaram por ela, e no fim cada insulto e lamento terão valido a pena (Du Bois, 1920, p.185, apud Davis, 2016, p.233).

Diante dessas restrições do que era proibido para as mulheres negras, Sula e Nel não aceitam, a princípio, passivamente os papéis que lhes são impostos. A ideia de que “passaram a criar outra coisa para ser” indica um esforço consciente de resistência e reinvenção. Entretanto, enquanto Nel tende a se conformar mais às normas sociais e à aceitação dos moldes tradicionais, Sula rejeita radicalmente essas imposições e busca uma existência autônoma, diferente dos padrões estabelecidos, recusando-se a se enquadrar nas expectativas sociais atribuídas às mulheres negras. Esse contraste evidencia como a identidade não é fixa, mas está em constante movimento, sendo moldada pelas relações sociais e pela forma como cada sujeito responde às interpelações que recebe (Hall, 2022).

A narrativa construída para essas personagens instiga tanto as rupturas quanto a permanência no sistema opressor. Nesse contexto, “criar uma outra coisa para ser” significa não se enquadrar nesse sistema, visualizar a liberdade na busca pelo reconhecimento de si diante da sociedade. Mesmo que ambas as personagens sejam influenciadas pelo meio social em que estão inseridas, elas vivenciam processos distintos na construção identitária. Como afirma Carneiro (1995, p. 545): “a construção da identidade é um processo que se dá tanto pela aproximação com o outro (aquele com quem desejamos nos assemelhar e que é qualificado positivamente), como pelo afastamento do outro (de quem nos julgamos diferentes e qualificamos negativamente)”. Dessa maneira, para Sula foi possível experimentar um caminhar diferente, enquanto Nel busca ressignificar seu lugar de permanência.

A brutalidade das estruturas sociais, ao longo dos séculos, impôs limitações tanto à identidade quanto ao potencial de ascensão das mulheres negras. Diante desse cenário, esses corpos negros lutam para sobreviver e afirmar sua subjetividade, buscando novas formas de existência que desafiem os padrões tradicionais. Para Giddens (2002), a capacidade de explorar

o “eu” e o outro é fundamental para o entrelaçamento da subjetividade. Da mesma forma, Fernandes (2010) destaca que a subjetividade é um processo dinâmico e em constante construção. Essa perspectiva reforça a ideia de que a identidade da mulher negra se forja na resistência e na contínua recriação de si mesma.

Nesse sentido, a resistência da mulher negra torna-se um elemento central na construção de sua subjetividade, pois é a partir da luta contra as condições impostas que sua identidade se fortalece. Assim, ao considerar a visão socialmente construída sobre a mulher negra em contextos racistas, conforme apontado por Barcelos (1978, apud Nascimento, 2019),

Se a mulher branca sofre em sua condição de ser mulher numa sociedade predominantemente patriarcal, a mulher negra tem um outro componente que a torna mais discriminada ainda: a cor. [...]. **Mas ela, individualmente, não aceitou assim tão passivamente esta condição como os negros** [...]. Esta é a mulher negra que conhecemos: oprimida racial, social e sexualmente, marcada sempre pela inferioridade (Barcelos, 1978 apud Nascimento, 2019, p.265, grifos nossos).

Embora as mulheres negras enfrentassem uma opressão interseccional — resultante tanto da discriminação de gênero imposta pelo patriarcado quanto do racismo estrutural —, elas rejeitaram a posição de marginalização social que lhes foi imposta, como indicado no grifo do Barcelos apud Nascimento. Nesse sentido, ainda que compartilhassem opressões semelhantes às dos homens negros, sua experiência se dava de maneira distinta, especialmente no que diz respeito às imposições sobre seus corpos. Sula, nesse contexto, representa essa mulher que não aceita passivamente as normas sociais, rejeitando os ditames impostos sobre seu corpo e tornando-se um símbolo de resistência dentro da sociedade e se sentia tranquila, consciente de que nada devia a ninguém.

O dilema das personagens é centralizado na evidência do racismo e do sexismo, o que sugere um caminho alternativo para escapar dessa narrativa forjada na opressão de seus corpos. As possibilidades de escapar das normas impostas pela sociedade branca e patriarcal configuram-se na existência dessas mulheres negras. Mesmo assim, as escolhas feitas pela personagem Sula por essa existência vêm carregadas de desafios, como fica evidente na sua jornada de vida.

Diante das reflexões sobre o corpo da mulher negra e os estereótipos a ele atribuídos, é possível perceber, na narrativa, a presença dessas nuances e das esferas que cercam as personagens da obra. Como afirma Nogueira (1999), o corpo, dentro de uma sociedade, é carregado de sentimentos e valores, funcionando como um signo social repleto de representações. Nesse sentido, o corpo negro, especialmente o da mulher negra, torna-se

emblemático e frequentemente associado a um excesso de sexualidade — uma imposição construída e reforçada ao longo dos séculos.

Dentro de uma perspectiva patriarcal e sexista, é possível resgatar um histórico de escravidão no qual os corpos das mulheres negras foram explorados de diversas formas e submetidos a múltiplas opressões. Como aponta Davis (2016), as mulheres negras foram vítimas de um acesso irrestrito aos seus corpos, sofrendo violência e exploração sistemática. Os crimes sexuais cometidos contra elas deixaram marcas profundas, não apenas físicas, mas também psicológicas, cuja herança persiste em gerações futuras. Nesse sentido, Nogueira (1999, p. 44) ressalta que “seu corpo, historicamente destituído de sua condição humana, coisificado, alimentava toda sorte de perversidade sexual que tinham seus senhores”, evidenciando como a desumanização das mulheres negras serviu como instrumento para a perpetuação da violência e do controle sobre seus corpos.

Considerando essas prerrogativas acerca do corpo da mulher negra, o excerto da obra a seguir reforça a ideia do corpo feminino como instrumento de prazer, evidenciando como a sexualização e a objetificação das mulheres negras foram historicamente construídas e perpetuadas:

Nel e Sula Cruzaram esse vale de olhos resfriados pelo vento acaloradas pelo embaraço dos olhares avaliativos. Os velhos olhavam suas pernas de cambito.  
**Cabacinhos.** A palavra estava na cabeça de todos. E um deles, um dos jovens disse aquilo em voz alta. Com suavidade, mas firmeza e não havia como entender mal o elogio. [...] Portanto, quando disse “cabacinhos” enquanto Nel e Sula passavam, elas baixaram os olhos para que ninguém visse **o deleite que sentiam** (Morrison, 2020, p. 70, grifos nossos).

O excerto da obra de Morrison narra como Sula e Nel são avaliadas sob a perspectiva dos homens negros, tanto mais velhos quanto jovens. Através de um olhar que sugere desejo e posse, elas são colocadas no papel de objetos de avaliação, sendo referidas de maneira sutil, porém firme, pelo termo “cabacinhos” em um espaço público. Essa vigilância e julgamento constante pelo olhar masculino atravessam gerações, sustentando, assim, uma cultura de objetificação do corpo feminino negro.

Em seu ensaio *Prazer Visual e Cinema Narrativo (Visual Pleasure and Narrative Cinema)*, Laura Mulvey discute o olhar masculino sobre a mulher, argumentando que as mulheres são frequentemente representadas como objetos de desejo dos homens. Assim, Mulvey (1983, p. 441) evidencia, em sua análise, o conceito de *male gaze* (olhar masculino), no qual o ato de olhar emana uma satisfação essencialmente sexual. Nesse sentido, o olhar masculino assume um papel ativo e controlador, enquanto a mulher é objetificada por meio

desse olhar. Não obstante disso, a autora ainda discorre sobre a mulher como imagem e o homem como dono desse olhar,

O olhar masculino determinante projeta a fantasia na figura feminina, estilizada de acordo com essa fantasia. Em seu papel tradicional exibicionista, as mulheres simultaneamente olhadas e exibidas, tendo sua aparência codificada no sentido de emitir um impacto erótico e visual de forma que se possa dizer que conota sua condição de “para-ser-olhada” (Mulvey, 1983, p.444).

A reflexão da autora corrobora como a mulher, sob o *male gaze*, é reduzida a um objeto de desejo, cuja existência visual é moldada para satisfazer fantasias masculinas. Isso limita sua autonomia e também reforça uma visão de dominação na qual a identidade feminina é construída a partir da necessidade de ser olhada e desejada, em vez de ser reconhecida como protagonista de sua própria narrativa. Embora a mulher do século XXI esteja em condições completamente diferentes das do século passado, livrar-se do lugar associado à sua sexualidade ainda não tem sido uma tarefa fácil (Nogueira, 1999).

A construção social da feminilidade da mulher negra é permeada por estereótipos e distorções que refletem estruturas de poder enraizadas. Conforme argumenta Collins (2002, p. 134), a sexualidade das mulheres negras é moldada por mecanismos binários rigidamente estabelecidos, os quais geram uma hierarquia sexual. Nesse contexto, “esses binários criam uma hierarquia sexual com expressão sexual aprovada instalada no topo e sexualidades proibidas relegadas para o fundo”, evidenciando como determinadas expressões da sexualidade feminina são validadas, enquanto outras são marginalizadas. Dessa forma, a percepção da feminilidade negra é atravessada por normas sociais excludentes, que reforçam sistemas de dominação e controle.

As protagonistas Sula e Nel conseguem perceber o olhar sobre os seus corpos ao escutarem o comentário “cabacinhos”. O sentimento das garotas é evidenciado em um deleite silencioso; assim, absorvem o desejo masculino sobre os seus corpos em um ato que mistura vergonha e prazer. O momento narrado ilustra a relação que meninas negras desenvolvem com sua sexualidade em uma sociedade que hipersexualiza o corpo da mulher negra, como afirma hooks (2019), ao destacar que a sexualidade das mulheres negras, em diversos contextos sociais, surge através da exploração e dominação sobre os seus corpos.

Dessa forma, indica-se como a objetificação pode ser internalizada. A narrativa constrói uma tensão por meio do gesto de “baixar os olhos”, uma vez que Sula e Nel reconhecem o poder do desejo sobre seus corpos. Por outro lado, o desejo precisa ser reprimido devido às problemáticas da sociedade. Nesse sentido, Morrison apresenta como as personagens percebem

seus próprios corpos e sua identidade feminina, que agora não são mais vistas da mesma forma que quando eram crianças, uma vez que “o novo tema que estavam descobrindo agora eram os homens” (Morrison, 2020, p. 75).

Para a personagem Sula, sua transição em relação à sexualidade é diferente da de Nel. Sula torna-se aberta às possibilidades de representar a sua sexualidade, o que Mulvey (1983, p. 443) destaca ao afirmar: “identificação com a imagem vista”. Esse conceito está imerso em um paradoxo, em que, embora as mulheres fossem submetidas aos estereótipos cruéis da sociedade, existiam aquelas que desejavam ser vistas assim, desejadas por sua sexualidade. No caso da personagem, ela busca não se enquadrar nos padrões e, por isso, é condenada pelos outros ao se atribuir tais representações. Assim, Sula absorve o pensamento de ativa, rompendo com a imagem que representa o corpo da mulher negra como descartável.

A cultura popular oferece exemplos incontáveis de mulheres negras se apropriando de e explorando “estereótipos negativos” para garantir o controle sobre a representação ou, no mínimo colher seus lucros. Uma vez que a sexualidade da mulher negra tem iconografia machista e sexista com mais livre e liberada. [...]. Indesejável no sentido convencional, que define a beleza e a sexualidade como atraentes apenas idealizadas e inatingíveis, o corpo da mulher negra só recebe atenção quando é sinônimo de acessibilidade, disponibilidade, quando é sexualmente desviante (hooks, 2019, p.136).

Por meio desse paradoxo complexo, em que estereótipos negativos sobre a sexualidade da mulher negra foram historicamente utilizados para desumanizá-las, algumas mulheres, como afirma hooks, se apropriam desses mesmos estereótipos para obter visibilidade e poder. No entanto, esse processo não promove uma verdadeira libertação; ao contrário, trata-se de uma negociação dentro do sistema social que, mesmo assim, as mantém no mesmo lugar, sendo continuamente objetificadas pelo sistema opressor.

De acordo com hooks (2019), a iconografia ligada à sexualidade da mulher negra, dentro de construções machistas e sexistas, sugere que essas mulheres são vistas como mais “livres” e “liberadas” do que as mulheres brancas. Contudo, essa suposta liberdade em relação a seus desejos e corpos se revela, na verdade, uma imposição social que as associa à acessibilidade e disponibilidade sexual. Dessa forma, ao ser retratado como desviante, o corpo da mulher negra é inserido em um contexto de exploração, em vez de ser reconhecido com admiração ou respeito.

Nos confrontos com a comunidade de Medallion, Sula Peace constrói uma imagem ameaçadora. Sua maneira de lidar com a vida, especialmente no que diz respeito à sua

sexualidade, impede a população de enxergá-la de forma distinta dos estereótipos que lhe são impostos. Morrison (2020, p.134) revela tais aspectos,

E a fúria que suscitou nas mulheres da cidade era incrível – pois se deitava com seus maridos uma vez para nunca mais. [...] Sula os provava e descartava sem qualquer pretexto que os homens engolissem. Então as mulheres, para justificar a própria avaliação, apreciavam mais os maridos, apaziguavam o orgulho e vaidade que Sula havia ferido.

A passagem sobre a personagem Sula revela uma narrativa que evidencia sua relação com os homens da comunidade, destacando sua liberdade sexual e o desafio às normas sociais impostas às mulheres negras. A imagem de Sula, apresentada por Morrison, contrasta com os padrões de comportamento considerados aceitáveis, subvertendo as expectativas de gênero e provocando reações intensas entre as demais mulheres. A raiva dessas mulheres traídas, no entanto, é direcionada a Sula, e não aos seus maridos infiéis.

Em vista disso, Sula torna-se uma ameaça por não se encaixar nos modelos tradicionais atribuídos às mulheres negras consideradas respeitáveis. Sua independência sexual representa uma barreira para uma sociedade orientada pelo patriarcado e pela moralidade comunitária. Segundo hooks (2020), o patriarcado emerge como um sistema de opressão contra as mulheres, sejam elas brancas ou negras. A protagonista, portanto, caminha em direção à ruptura desse sistema que historicamente oprime as mulheres negras. Seu destino é traçado por suas escolhas e vivências, desafiando os paradigmas construídos em torno de sua identidade.

Diante do patriarcado, das diferenças de gênero e do sexismo — sistemas que historicamente oprimem as mulheres negras — é que seus papéis e identidades femininas são moldados (hooks, 2020, p. 11). A identidade feminina é construída sob a estrutura da opressão, mesmo que as mulheres negras tenham desempenhado um papel fundamental na luta pela sobrevivência da comunidade negra nos Estados Unidos, assim como os homens negros. No entanto, esses mesmos homens reforçaram a ideia de que as mulheres negras deveriam ocupar uma posição subserviente. Como destaca hooks (2020, p. 22), “as mulheres negras do século XX aprenderam a aceitar o sexismo como algo natural, uma realidade, um fato da vida”. Essa lógica se reflete na obra de Morrison, onde a condenação recai sobre a mulher negra que desafia o sistema, em vez de sobre os homens que o sustentam, como ocorre quando são infiéis.

Enquanto os homens negros podiam validar sua masculinidade por meio da sexualidade, as mulheres negras que manifestavam seus próprios desejos frequentemente eram marginalizadas. Sula, ao “provar e descartar” os homens sem oferecer justificativas, subverte essa dinâmica, adotando uma postura historicamente atribuída aos homens. Sua atitude é

provocativa, pois desestabiliza a ordem social ao tratar os homens da mesma forma que eles costumam tratar as mulheres. Segundo Berry (2020), as mulheres negras, em determinado momento histórico, começam a controlar suas próprias escolhas, sendo donas de seus corpos, livres para escolher seus parceiros e exercer plenamente seus direitos como cidadãs.

As mulheres da cidade, tomadas pela fúria, não direcionam sua revolta contra seus maridos infiéis, mas contra Sula, pois veem os homens como a figura central da estrutura familiar, reforçando, assim, a supremacia masculina. A subjugação das mulheres negras ao sistema patriarcal atrela-se à ideia de manter a unidade racial e garantir a imagem da presença masculina em suas vidas. Tal comportamento demonstra o medo da solidão, que desencadeia uma aceitação por parte dessas mulheres ao tornarem-se passivas diante dessas estruturas opressivas. Como aponta hooks (2020, p. 289):

As mulheres negras contemporâneas que apoiavam o domínio patriarcal colocavam sua submissão ao status quo no contexto de políticas raciais e argumentavam que estavam dispostas a aceitar um papel de subordinação em relação aos homens negros pelo bem da raça. [...] Muitas aceitavam o sexismo do homem negro somente porque temiam ficar sozinhas, sem companhia masculina. O medo de ficar sozinha, ou de não ser amada, já levou mulheres de todas as raças a aceitar passivamente o sexismo e a opressão sexista.

A autora discorre sobre a postura de muitas mulheres negras que sofreram uma lavagem cerebral pela sociedade branca, sendo influenciadas a acreditar que seu lugar era dentro de casa, cuidando do lar, dos filhos e do esposo. Nesse sentido, a obra *Sula* evidencia essa dinâmica ao mostrar como a protagonista desafia essas normas e enfrenta o julgamento das mulheres da comunidade. A liberdade sexual de Sula rompe com o modelo da “mulher respeitável”, que se caracteriza por ser submissa, recatada e centrada na família.

De acordo com hooks (2020), enquanto algumas mulheres não conseguiram se desvencilhar das opressões impostas pelo sistema patriarcal, outras acabaram sucumbindo à manipulação sexista. Nesse contexto, a imagem da mulher negra foi ambivalentemente representada: ao mesmo tempo em que era vista como forte, independente e resistente, também era retratada como alguém que, de forma submissa, aceitava e até desejava ocupar um papel passivo dentro da estrutura social. Como aponta hooks (2020, p. 288), “as pessoas nos Estados Unidos estavam fascinadas pela imagem da mulher negra – forte, feroz e independente – humildemente sucumbindo ao papel passivo, aliás, desejando estar nesse papel passivo”. Essa dualidade evidencia a complexidade das expectativas sociais em relação às mulheres negras, que são constantemente pressionadas a equilibrar força e submissão dentro de um sistema que as marginaliza.

As mulheres na obra *Sula* foram ensinadas a viver dentro de um padrão social no qual seus valores estavam entrelaçados à lealdade aos seus maridos. Dessa forma, a percepção sobre Sula constrói um contraste que a apresenta como uma figura perigosa, ao mesmo tempo em que reforça a noção tradicional do papel da mulher dentro da família. Assim, Sula enfrenta a repressão de sua sexualidade feminina não apenas pela supremacia masculina, mas também pelas próprias mulheres da comunidade. Para Nogueira (1999), historicamente, a mulher negra foi destituída de quaisquer elementos que lhe permitissem exercer plenamente tanto sua feminilidade quanto sua sexualidade.

A passagem da obra reforça a teoria da interseccionalidade proposta por Crenshaw (1989), ao evidenciar como raça, gênero e classe impõem expectativas rígidas sobre as mulheres negras. Embora compartilhem a mesma condição racial e socioeconômica, há distinções em seus status sociais, especialmente no que diz respeito à posição de solteira ou casada. Essas diferenças revelam as fissuras dentro do próprio grupo, permitindo que essas mulheres confrontem as normas que as cercam, assim como suas preocupações e lutas individuais. Dessa forma, ao questionarem as ações de Sula, acabam por sustentar os mecanismos de opressão que as aprisionam.

Sula é uma personagem que expressa destemor e busca por visibilidade, representando uma forma de resistência às imposições sociais. Como aponta Berry (2020), essa resistência está intrinsecamente ligada à conexão da mulher negra com sua identidade e seu eu natural, onde sua força envolvente se torna símbolo de paixão e coragem. A maneira como Sula explora sua feminilidade reflete a afirmação de seus desejos e práticas sexuais, evidenciando, em sua essência, a possibilidade de vivenciar e navegar sua sexualidade de forma autônoma. A mulher negra que utiliza o “poder sexual contra o outro masculino” é a que assume o “papel de caçadora – sexualizada, que faz de homens e mulheres suas presas – essa mulher não tem tempo para criar laços – ela está lá para pegar” (hooks, 2019, p. 141). A autora testifica o poder sexual utilizado pela mulher negra; dessa forma, é possível observar traços de semelhança com a personagem Sula.

Ao tratar da sexualidade, as mulheres negras são frequentemente associadas a estereótipos negativos, enraizados em construções culturais e históricas. Essas representações reduzem sua identidade, desconsiderando sua subjetividade e autonomia. Por consequência, restringem a liberdade dessas mulheres negras, limitando suas possibilidades de expressão e vivência da própria sexualidade.

Sula desafia os paradigmas que moldam sua identidade, rompendo com os ditames sociais impostos ao seu corpo e reivindicando uma liberdade que a acompanha desde a infância.

Essa postura é evidenciada na fala de Nel, ao afirmar que “só com Sula essas características ganhavam liberdade total” (Morrison, 2020, p. 101). A rejeição das mulheres da comunidade em relação a Sula reforça os valores patriarcais que sustentam a supremacia masculina, conforme argumenta hooks (2020, p. 168):

Mudanças culturais nos comportamentos direcionados à sexualidade da mulher afetaram o comportamento dos homens direcionado a elas. Desde que mulheres se dividissem em dois grupos, as virgens, que eram as “boas” moças, e as sexualmente permissivas, que eram as garotas “más”, homens eram capazes de manter uma fachada carinhosa com mulheres.

Dessa forma, observa-se que a moralidade sexual imposta às mulheres negras é um reflexo de um sistema patriarcal que controla seus corpos e sua autonomia. A dualidade apresentada por hooks evidencia como a sociedade perpetua a dicotomia entre mulheres “boas” e “más”. Sula, ao rejeitar essas categorias, representa uma figura transgressora, que ameaça a estrutura de poder vigente e provoca desconforto tanto entre os homens quanto entre as próprias mulheres da comunidade, considerando isso, as características que perpetuam em Sula, são estereótipos da mulher negra má, a sexualmente permissiva. Contudo, Sula desmonta essa lógica ao se recusar a medir sua identidade e sexualidade por esses parâmetros, e isso faz com que as mulheres reajam fortalecendo ainda mais o próprio papel dentro desse sistema.

[...] Mas você é mulher e está sozinha. – E você? Não está sozinha?  
 Não se pode ter tudo, Sula [...]  
 Por que? Se eu posso fazer tudo, por que não posso ter tudo?  
 Você não pode fazer tudo. Você é mulher negra e aliás é uma mulher de cor. Não pode agir que nem um homem. Não pode andar por aí toda independente, fazendo o que bem entender, roubando o que bem quiser, largando o que não quer.  
 Você diz que eu sou uma mulher e que sou de cor. Não é a mesma coisa que ser um homem? (Morrison, 2020, p.158-159).

A personagem Sula é desviante dos propósitos convencionais, o que para hooks (2019) assemelha a representação do corpo da mulher negra como uma arma em potencial, e, dessa forma, o jogo narrativo que Toni Morrison constrói reflete o que a autora discute em sua coleção de ensaios *A Fonte da Autoestima*:

[...] Quero dizer, que tive trabalho tentando transformá-la O tipo de pessoa que te deixa furioso, sem no entanto torná-la ao mesmo tempo atraente – uma natureza que era sedutora, mas desconcertante. E jogar com isso era difícil para mim porque eu queria descrever as qualidades de certas personalidades que podem ser exploradas por pessoas convencionais. A fora da lei e a aventureira, não como alguém partindo em busca de uma fortuna, mas como uma mulher é uma aventureira, que tem a ver com sua imaginação. E essas pessoas são sempre memoráveis e geralmente atraentes. Mas ela era problemática [...] (Morrison, 2020, p.386).

A reflexão de Morrison sobre a complexidade de Sula, destacada nessa citação, encerra de forma magistral a construção de sua personagem como uma figura ambígua e multifacetada. Como afirma Hall (2014, p. 121), “o corpo é construído, moldado e remoldado pela intersecção de práticas discursivas”. Sula é descrita como uma mulher cuja natureza “sedutora, mas desconcertante” desafia a moralidade e os padrões convencionais de comportamento, revelando a desconstrução de moldes femininos, especialmente no contexto da mulher negra.

Ao explorar a ideia de uma “fora da lei” e “aventureira”, Morrison não se limita a apresentar Sula como uma mulher em busca de aventuras externas, mas como alguém que desafia a própria estrutura social, navegando por sua própria imaginação e desejos. Seu propósito configura-se em obter o mesmo status que o homem, livre para fazer escolhas sem pedir permissão. Essa perspectiva sublinha a ideia de que Sula não busca a validação da sociedade ou dos outros, mas constrói seu próprio caminho, de forma rebelde e sedutora, revelando, assim, sua força e suas problemáticas internas.

Ela é uma personagem que, apesar de ser lembrada por sua atitude transgressora, não se conforma às expectativas externas e se torna uma representação poderosa da mulher negra que desafia as convenções e constrói uma identidade autêntica, embora desconcertante para os que a observam. Sula quer ser lembrada, seja pela má fama diante da sociedade, seja pelo poder que conseguiu imprimir por meio de sua presença. Dessa forma, Morrison (2020, p. 160) relata: “mas eu, eu vou afundar feito daquelas sequoias. Eu com certeza vivi neste mundo”.

Ela desejava deixar um legado da sua presença, o seu efeito particular de ser. A personagem tinha convicção de suas escolhas, mesmo não sendo homem. A certeza de uma vida carregada de desafios, mas vivida por Sula, revela que o mundo não poderia cobrar a ausência de sua presença, pois sua afirmação denota a confiança em sua passagem singular neste mundo. A ambivalência de Sula, como uma mulher atraente, mas ao mesmo tempo problemática, reflete a luta interna e a resistência de uma figura que, ao mesmo tempo em que é sedutora, é também desafiadora das estruturas de poder e controle social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação objetivou realizar um estudo acerca da sexualidade e identidade da mulher negra inserida em um contexto histórico opressor, em que sua imagem é constantemente marginalizada e estigmatizada por uma sociedade marcada pelo racismo e pelo sexismo. Para investigar as categorias que cercam essas mulheres, o romance da escritora estadunidense Toni Morrison, *Sula*, serviu como instrumento de análise e reflexão, permitindo o vislumbre de como a construção da identidade e da sexualidade da mulher negra é atravessada por experiências de dor, silenciamento, resistência e autonomia.

O estudo se iniciou a partir da perspectiva de como a identidade é construída, desconstruída e ressignificada ao longo do tempo. Observou-se, ainda, como esse conceito reverbera em diversos contextos sociais, econômicos e históricos, sendo delimitado por múltiplos movimentos culturais que atravessam a sociedade. A noção de identidade, portanto, foi ampliada a partir das diferenças, revelando um processo marcado por particularidades que emergem ao se delimitar o espaço da mulher negra. Nesse percurso, também vieram à tona os paradoxos que entrelaçam sua identidade e sua sexualidade, evidenciando tensões entre opressão, resistência e afirmação de si. No que se refere ao conceito de identidade, que neste estudo constituiu uma categoria de análise, Stuart Hall (2022) discorre sobre o processo que envolve essa noção, destacando a forma como as identidades são construídas e representadas. O autor enfatiza que a identidade não é fixa, mas sim construída socialmente, sendo atravessada por diferentes experiências vividas pelos sujeitos, conforme os contextos históricos, culturais e sociais nos quais estão inseridos.

A categoria da sexualidade e da identidade da mulher negra foi discutida a partir das contribuições de autoras negras como bell hooks, Angela Davis e Lélia Gonzalez. Por meio das vozes dessas intelectuais, foi possível contemplar experiências e histórias singulares de mulheres negras que enfrentam uma sociedade marcada por paradigmas opressores em relação aos seus corpos. Em decorrência disso, suas identidades foram historicamente sufocadas por um sistema de dominação baseado na supremacia branca. Tal contexto levou essas mulheres à busca por espaços de reconstrução de suas subjetividades, ressignificando suas identidades mesmo diante das dores e rupturas que esse processo impõe.

Essas considerações teóricas foram pertinentes para uma leitura crítica do romance *Sula*, de Toni Morrison, uma vez que as personagens Sula, Nel, Eva, Helene e Hannah carregam em suas jornadas marcas tensas e profundas desses processos de opressão, resistência e

reconstrução. Cada uma, à sua forma de existir, expressa a complexidade da vivência da mulher negra, seja ao romper com normas sociais impostas, ao lutar por autonomia sobre seus corpos, ou ao opor-se às narrativas hegemônicas que almejam silenciá-las. A intersecção entre teoria e ficção permitiu, assim, aprofundar a compreensão das inúmeras camadas que perpassam a identidade e a sexualidade dessas personagens, reforçando o valor da literatura como espaço de denúncia, memória e reexistência.

A pesquisa apontou a obra *Sula* como um potente processo de identificação, uma vez que a narrativa de mulheres do início do século XX é contada por meio da escrita de Toni Morrison, autora que vivenciou e traduziu em sua literatura a realidade de mulheres negras norte-americanas. Seu romance constituiu-se como elemento essencial para a análise das categorias de identidade e sexualidade da mulher negra, estigmatização e marginalização social, bem como da resistência à opressão estrutural. As personagens Sula e Nel evidenciam essas categorias ao longo de suas trajetórias, ambas atravessam processos nos quais suas imagens são desconstruídas em função de uma adaptação social. No entanto, enquanto Nel se molda aos padrões esperados pela sociedade, Sula ressignifica sua existência como mulher negra, rompe com as normas pré-estabelecidas e se configura como uma figura transgressora.

Diante dessa perspectiva, observou-se que as vivências e os laços familiares das personagens foram determinantes para a manutenção ou ruptura com a opressão à qual estavam submetidas. As mulheres negras enfrentaram constantes entraves relacionados à invisibilidade, de modo que tornar-se socialmente indispensável representava um desafio árduo. Isso se deve ao fato de que a visão distorcida que a sociedade branca construía dessas mulheres as considerava importantes apenas dentro de um contexto de subserviência. Eram vistas como instrumentos para o trabalho pesado e como objetos de hipersexualização, a partir da leitura racializada de seus corpos. Romper com essas imagens sociais significava enfrentar diferentes caminhos, conformar-se aos padrões impostos pela branquitude, tornando-se imitadoras de seus valores, ou rompendo com essa cadeia de opressão, ainda que esse processo de desconstrução gerasse conflitos, dores e rupturas em suas subjetividades.

A pesquisa buscou responder aos questionamentos propostos, bem como investigar a representatividade da mulher negra norte-americana e compreender como sua figura foi construída ao longo de um período marcado pela estrutura patriarcal vigente no século XX – um fator determinante para o silenciamento de suas vozes. Ao apresentar uma sociedade hegemônica atravessada por tensões profundas em relação ao corpo da mulher negra, o estudo se propôs a analisar de que forma essas mulheres foram anuladas, estigmatizadas e estereotipadas. Para tanto, traçou-se um panorama histórico que permitisse compreender como

essas mulheres eram percebidas socialmente, identificando as similaridades e particularidades que cada uma carregava em sua trajetória. Diante disso, autoras como Gerda Lerner, Patrícia Hill Collins e Daina Ramey Berry destacaram o papel desempenhado pelas mulheres afro-americanas no contexto social, evidenciando como a valorização de sua sexualidade foi construída e percebida. Observou-se, assim, o fortalecimento de estereótipos que foram amplamente impostos a essas mulheres ao longo de um extenso período. Por fim, foram descritos os movimentos sociais nos quais essas mulheres lutaram para conquistar um espaço no seio da sociedade estadunidense, reforçando as trajetórias únicas das mulheres tanto no Norte quanto no Sul do país.

Assim, esta dissertação contribui para o fortalecimento de debates interseccionais no campo dos estudos literários, ao iluminar narrativas que rompem com os estereótipos e conferem centralidade à experiência da mulher negra como sujeito histórico, político e simbólico. A literatura de Toni Morrison, ao resgatar essas vozes marginalizadas através de personagens emblemáticas como Sula, Hannah, Eva, Helene e Nel, não apenas denuncia a opressão, mas também propõe novas formas de existência, pautadas na complexidade, pluralidade e a força das identidades negras femininas.

A pesquisa está longe de esgotar as possibilidades de análise, uma vez que as temáticas discutidas apontam para a necessidade de mais diálogos e aprofundamentos sobre a questão da identidade e da sexualidade da mulher negra. A força da obra de Toni Morrison reside na criação de personagens carregados de imensa potência, personalidade e identidades únicas. Sua voz autoral, que permeia as veias desses personagens fictícios, é um emblema de fluidez que estabelece um espaço singular na literatura. Essas vozes fictícias ecoam nas experiências e vivências de muitas mulheres negras, permitindo que suas histórias se tornem universais. Ao se reconhecerem em um personagem, as leitoras e leitores vislumbram a dinâmica política da literatura, entendendo-a como um meio de afirmação e resistência.

## REFERÊNCIAS

BERRY, Daina Ramey; GROSS, Kali Nicole. **A black women' history of The United States**. Boston: Beacon Press. 2020.(p.1-8/p.104-122)

BHABHA, Homi K. **O lugar da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 3ª Edição. São Paulo – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. **Palavra, gênero e poder: a voz feminina por detrás da pena**. Disponível em <[https://www.academia.edu/11429172/Palavra\\_g%C3%AAnero\\_e\\_poder\\_a\\_voz\\_feminina\\_por\\_detr%C3%A1s\\_da\\_pena](https://www.academia.edu/11429172/Palavra_g%C3%AAnero_e_poder_a_voz_feminina_por_detr%C3%A1s_da_pena)> Acesso em 18 de Fev. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo e racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

\_\_\_\_\_. **Gênero Raça e Ascensão Social**. Revista Estudos Feministas, 3(2), 1995(p.544). Disponível em <<https://doi.org/10.1590/%x>> Acesso em 10 de Jan. 2025.

\_\_\_\_\_. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2002.

\_\_\_\_\_. Epistemologia feminista negra. In BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020. p. 139-170.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COOPER, Ana Julia. **A Voice from the South: By a black woman of the South**. Xenia, Ohio: The Aldine Printing House, 1892, (p.127-145).

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8.

DAVIS, **Angela. Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. Tradução de Alexandre Boide. São Paulo: Veneta, 2021.

\_\_\_\_\_. **Darkwater**. Califórnia: The Bancroft Library, 1887.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **Metodologia de pesquisa em Literatura**. São Paulo: Parábola, 2020.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a metodologia de pesquisa nos estudos literários. **Delta (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada)**, 31-especial, p. 377-390, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-445014919759499939>> Acesso em: 21 out. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, Elizandra. **Autonomia e subjetividade da mulher negra**: um estudo em the hangman's game. *Travessias* [en línea]. 2010, 4(1), 229-24. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=702078555018>> Acesso em 03 de Mar. 2025.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIDDINGS, Paula. **When and where I enter: The impact of Black women on race and sex in America**. New York: Amistad, 2006, (p.85-94).

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio e intervenções**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOBI, Luciana Vanuza. A concepção de casamento para Rousseau e a crítica à perspectiva contratualista. In MEDEIROS, Eduardo Vicentini de. **Críticas filosóficas do casamento**: uma coletânea de ensaios. Pelotas: NEPFIL Online, 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. 58 p.

\_\_\_\_\_. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Organizaçao Liv Sovik. Traducao Adelaine La Guardia Resende...et al.. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 434 p.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-131.

HARLEY, Sharon. Northern black female workers: Jacksonia Era. In: HARLEY, Sharon; TERBORGH-PENN, Rosalyn. **The Afro-American woman: struggles and images**. Baltimore/ Maryland: Black Classic Press. 1997 (p.5-16).

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?:** mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

\_\_\_\_\_. **Olhares negros:** raça e representação. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEAL, Helina. Mulheres negras e casamento numa sociedade racista, machista e sexista. In MEDEIROS, Eduardo Vicentini de. **Críticas filosóficas do casamento:** uma coletânea de ensaios. Pelotas: NEPFIL Online, 2023.

LERNER, Gerda. **Black women in white America: A documentary history**. New York: Pantheon books, 1972, (p.147-174).

LOSE, Alícia Duhá; MAGALHÃES, Livia Borges Sousa. **Metodologia do trabalho científico:** Elaboração de projeto. Salvador: UFBA, 2019.

MALDONADO-TORRES Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade. In BERNADINO-COSTA Joaze; MALDONADO-TORRES Nelson; GROSFUGUEL Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020. p. 27-53.

MORRISON, Toni. **A fonte da auto estima:** Ensaios, discursos e reflexões. Tradução de Odorico Leal. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 119-131.

\_\_\_\_\_. **Sula**. Tradução Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MULVEY, Laura. Prazer visual e prazer narrativo. In XAVIER, Ismail. **A Experiência do cinema:** antologia. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrasilme, 1983, p.435-454.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo:** documentos de uma militância pan-africana. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Cleideni Alves do. **Toni Morrison e Carolina Maria de Jesus:** dois timbres marcantes de voz autoral feminina. 2012, 140 f. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/436>

NASCIMENTO, Juciene Silva de Sousa; BOTTON, João Batista. **Que faço com minha cara de negra? Episódios de denegação e branqueamento em uma vivência afro-brasileira**. Revista Espaço Acadêmico. 2021.

NEVERDON-MORTON, Cynthia. The black woman's struggle for equality in the South. In: HARLEY, Sharon; TERBORG-PENN, Rosalyn. **The Afro-American woman: struggles and images**. Baltimore/ Maryland: Black Classic Press.1997 (p.43-57).

NOGUEIRA, Isildinha B. **O corpo da mulher negra**. São Paulo: Pulsional Revista de Psicanálise, ano XIII, 199, p. 40-45. Disponível em < o-corpo-da-mulher-negra-isildinha-b-nogueira.pdf> Acesso em 10 de jan. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SILVA, Maurício Pedro da. Literatura e pragmatismo: pressupostos teóricos contemporâneos da crítica literária. **Dialogia**, v.2, p. 71-82, 2003. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5585/dialogia.v2i0.844>> Acesso em: 16 out. 2022.

SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Quem negro foi e quem negro é? Anotações para uma sociologia política transnacional negra. In BERNADINO-COSTA Joaze; MALDONADO-TORRES Nelson; GROSGOUEL Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020. p. 269-284.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da Literatura: trajetória, fundamentos, problemas**. São Paulo: É Realizações, 2018.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TATE, Shirley Anne. **Black Women's Bodies and The Nation: Race, Gender and Culture**.UK: Macmillan, 2015.

TERBORG-PENN, Rosalyn. Cynthia. Discrimination against Afro-American women in the women's movement 1830-1920. In: HARLEY, Sharon; TERBORG-PENN, Rosalyn. **The Afro-American woman: struggles and images**. Baltimore/ Maryland: Black Classic Press.1997 (p.17-29).

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

WOOLF, Virgínia. **A arte do romance**. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2019.